



Equidade de Género e Políticas Públicas

Angola é com
mulheres e homens

FICHA TÉCNICA

Título:

Equidade de Género e Políticas Públicas - Angola é com Mulheres e Homens

Propriedade:

Mosaiko | Instituto para a Cidadania e FEC | Fundação Fé e Cooperação

NIF Mosaiko: 5000359718; NIF FEC: 502868783

Número de Registo: Mosaiko MCS - 492/B/2008

Coordenação da Pesquisa: Paulo Filipe e Filomena Andrade

Elaboração da Síntese: Maria Monteiro

Revisão: Mosaiko e FEC

Fotografias: Acervo Mosaiko

Edição e Design gráfico: Maria Monteiro e Maria do Carmo Martins

Local de Edição: Luanda

Data de Edição: Setembro 2021

Tiragem: 2000 exemplares

Mosaiko e FEC - 2021 © Todos os direitos reservados. Licenciado à União Europeia sob condições

"Esta publicação foi possível com o apoio da União Europeia e do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, no âmbito do projecto Promoção da Advocacia e Políticas Públicas Inclusivas em Angola. O seu conteúdo é da total responsabilidade do Mosaiko | Instituto para a Cidadania e FEC e não corresponde, necessariamente, à posição dos financiadores."

Este documento é a versão síntese do relatório completo da pesquisa social "Políticas Públicas Inclusivas numa Perspectiva de Género 2019 | 2021".

Distribuição Gratuita

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
CONCEPTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	10
DIREITO DE CIDADANIA	22
O (NÃO) ACESSO DAS MULHERES À JUSTIÇA	38
EQUIDADE DE GÉNERO NA EDUCAÇÃO	60
A FACE MASCULINA DA SAÚDE MATERNA	80
PARTICIPAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO	100
ACESSO E CONTROLO SOBRE RECURSOS	118

Nota Introdutória

A Pesquisa Social sobre Políticas Públicas Inclusivas numa Perspectiva de Género, enquadra-se no projecto Promoção da Advocacia de Políticas Públicas Inclusivas em Angola (PAPPIA), implementado pelo Mosaiko| Instituto para a Cidadania, em parceria com a Fundação Fé e Cooperação (FEC) e financiado pela União Europeia e pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Além de “*apoiar as Organizações da Sociedade Civil em Angola na criação e implementação de políticas de desenvolvimento inclusivas e práticas de boa governação*”, o projecto visa, ainda, reforçar os actores públicos e privados na promoção da igualdade de género, tornando presente a questão de género em todas as abordagens e prestações de serviços aos cidadãos.

O presente documento síntese não dispensa a leitura do relatório completo e anexos, disponíveis em www.mosaiko.op.org.

INTRODUÇÃO

A igualdade de género e a valorização da mulher são factores críticos para o desenvolvimento pleno e sustentável de um país.

Em Angola, mais de metade da população são mulheres e, embora haja registo de avanços significativos quanto à garantia dos seus direitos, existem ainda muitos obstáculos à participação plena e igualitária das mulheres na tomada de decisões, a nível comunitário, do agregado familiar e na vida pública do país.

As principais barreiras derivam de costumes e comportamentos sociais discriminatórios normalizados, difíceis de quantificar e de desconstruir.

A Política Nacional de Género e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 destacam a importância do estudo das questões de género para que seja possível adoptar, a nível do país, práticas e atitudes que garantam a mulheres e homens as mesmas oportunidades de emprego, acesso a cargos públicos e defesa dos direitos políticos.

Contudo, o diagnóstico de Género da União Europeia, através do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais de Angola (PAANE), assinala que continua a existir uma ausência de dados fiáveis e pertinentes sobre género em Angola.

Para responder a esta lacuna, foi realizada uma pesquisa social que pretende apresentar informação objectiva sobre questões de género no país, com o intuito de suscitar debate sobre políticas públicas-chave e fundamentar tomadas de decisão que integrem e invistam, de uma maneira real e concreta, em programas e projectos focados na inclusão e participação da mulher.

Pretende-se que os seus resultados*, representados neste documento síntese (que não dispensa a leitura do documento completo para melhor aprofundar os temas), sejam usados pelos decisores públicos (a nível central, provincial e municipal), por Organizações da Sociedade Civil (OSC) e outros actores de intervenção social.

*Os resultados desta pesquisa, resumidos neste documento, referem-se apenas à amostra investigada, cujos detalhes são apresentados no próximo capítulo

CONCEPTUALIZAÇÃO

A análise de género é o processo de avaliar o impacto que uma actividade ou política de desenvolvimento tem sobre mulheres e homens e sobre as relações de género (económicas e sociais) construídas e reforçadas por instituições sociais.

Pretende garantir que homens e mulheres não são prejudicados pelas actividades de desenvolvimento, que a sustentabilidade e eficácia dessas

actividades são asseguradas e que sejam identificadas áreas prioritárias de actuação que promovem a igualdade entre mulheres e homens.

A partir desta base teórica desenvolveu-se a abordagem conceptual para esta pesquisa.

Desenvolver o conceito de igualdade de género, no quadro de análise e intervenção propostos neste es-



DA PESQUISA

tudo, implica capacitar as mulheres para liderarem, (empoderando-as para saírem da pobreza, decorrente da falta de oportunidades e da discriminação de género), bem como, criar ferramentas para que os homens tenham consciência das vantagens e desvantagens sociais justificadas pelo género, questionem as tradições e os papéis de homens e mulheres e lutem por uma equidade de género.

Para isso, esta investigação dedicou-se à avaliação da relevância e do impacto de políticas públicas, numa perspectiva de género, tendo em conta, sobretudo, as desigualdades em matéria de acesso a recursos (emprego e salário, terra, factores de produção, crédito, entre outros), acesso a serviços (saúde, educação, justiça), participação em decisões (políticas e civis) e controlo sobre os recursos.

QUADRO CONCEPTUAL DE ANÁLISE



DE EQUIDADE DE GÊNERO:



DIMENSÕES DE ADVOCACIA

GÊNERO E CIDADANIA

Advocacia para o incremento de políticas públicas sensíveis ao gênero.

ACESSO

Advocacia para a melhoria do acesso a recursos e serviços.

CONSCIÊNCIALIZAÇÃO

Advocacia para o aumento da consciência das diferenças e construções culturais de gênero.

Quadro Conceptual

A presente investigação desenvolveu-se em torno de três dimensões consideradas as principais determinantes de empoderamento das mulheres, por ordem crescente de equidade: **Acesso, Participação e Controlo**. E uma quarta dimensão, transversal às anteriores: **Consciencialização**.

Esta abordagem conceptual* permite avaliar em que medida as intervenções de desenvolvimento conduzem à igualdade e empoderamento das mulheres, assim como avaliar o grau de compromisso das organizações e instituições que implementam políticas de género.

Uma dimensão transversal

CONSCIENCIALIZAÇÃO

Acreditar na igualdade e na participação colectiva no processo de desenvolvimento das mulheres e dos homens é a base da consciência de género.

Neste estudo, a **consciencialização** é entendida como a compreensão clara da diferença entre sexo e género, e de que os papéis de género são culturais e socialmente construídos, podendo, portanto, ser alterados.

Esta consciência é gradual e demorada, mas é esta que permite alcançar, também gradualmente, níveis cada vez mais próximos de verdadeira equidade de género – quando a mulher ganha controlo sobre o que lhe diz respeito. Conforme aumenta a consciência do que é importante a cada nível, aumenta a vontade de subir de nível.

A dimensão da **consciencialização** é, portanto, transversal aos três níveis de equidade: uma mulher tem consciência da sua situação, luta pelo acesso. E pode ficar por aí. Mas se aprofundar a consciência, passa a querer lutar pela participação. E também pode ficar só por aí. Mas depois de ganhar mais consciência, luta pelo controlo.

Esta constatação é também válida para homens: à medida que ganham consciência dos papéis e das desigualdades de género, tornam-se aliados da luta pelos Direitos das Mulheres e conseguem, também, introduzir mudanças positivas nas suas vidas (pessoal, familiar e laboral).

*O quadro conceptual apresentado (enquadrado num modelo de pesquisa-acção), resulta de uma adaptação do quadro geral de Longwe

Três Níveis de Equidade

1

ACESSO a serviços, recursos sociais e económicos

O acesso define-se quando as mulheres têm as mesmas oportunidades de aceder a serviços e recursos sociais e económicos. A pesquisa

centrou-se na avaliação do acesso a informação, acesso a recursos económicos, acesso a serviços sociais públicos de base e acesso à justiça.

2

PARTICIPAÇÃO na acção colectiva a nível local

Equidade na participação significa envolver as mulheres na tomada de decisões que afectam as suas comunidades, como sejam, a formulação de programas e a avaliação de necessidades. Quando a planificação do uso de recursos e da elaboração de políticas garantem o acesso igualitário às mulheres, criam-se serviços

na comunidade e nas instituições que promovem a igualdade de género e o empoderamento económico das mulheres. Foi então avaliada a participação de mulheres em grupos e organizações locais, em processos de decisão (familiares e comunitários) e na planificação e implementação de programas locais.

3

CONTROLO sobre os recursos

O controlo sobre o acesso à informação e serviços, e à distribuição dos respectivos benefícios, implica um equilíbrio entre mulheres e homens. Existe uma forte relação entre a autoridade decisória e o empoderamento económico das mulheres. Políticas públicas inclusivas e de protecção da mulher fortalecem a sua confiança e o seu poder,

exponenciando a sua capacidade de negociação dentro do agregado familiar, na comunidade e junto de instituições. O estudo quis avaliar o controlo que as mulheres têm sobre os seus activos produtivos e fontes de renda, sobre a alocação e uso de recursos locais, e sobre processos de decisão.

Dimensões Programáticas de Advocacia

Todo este quadro conceptual, que são as balizas com que avaliamos a realidade, não serviria de nada se não for uma alavanca para a acção. Queremos partir dos dados da pesquisa para a advocacia. Perante a realidade que ficámos a conhecer,

queremos influenciar comunidades e decisores políticos, movendo-os para o alcance da equidade de género. Para isso é necessário trabalhar, em paralelo, diferentes dimensões de advocacia.

ADVOCACIA PARA A CONSCIENCIALIZAÇÃO

Esta dimensão da advocacia é extremamente importante e deve ser permanente, por exemplo, através de

consistentes campanhas de sensibilização. Sem ela, como já foi explicado antes, não há mudanças reais.

ADVOCACIA PARA MELHORIAS NO ACESSO

Uma dimensão essencial, porque, no imediato, resolve problemas concretos na vida das mulheres e grupos mais vulneráveis. No entanto, como já vimos, o aumento do acesso não resulta num verdadeiro emponderamento. Muitos programas falham

porque trabalham apenas na melhoria do acesso, sem trabalhar a consciencialização de género (que é diferente de trabalhar a consciência da importância, de, por exemplo, ter acesso à educação).

ADVOCACIA POR PROGRAMAS DE GÉNERO E CIDADANIA

A par com a consciencialização, este é o nível mais profundo de advocacia, e que promove ganhos efectivos de emponderamento das mulheres. Segundo este quadro conceptual, o

verdadeiro emponderamento acontece quando uma comunidade cresce na relação directa entre género, cidadania e desenvolvimento.

Muitos projectos de género falham porque só trabalham o nível do acesso. Melhoram o acesso das mulheres aos serviços, mas não lhes dão fer-

ramentas para que tenham competências para participar e vontade de controlar.

EXEMPLO

As mulheres, apenas têm acesso a lavras por intermédio dos homens da família e, caso fiquem viúvas, perdem as suas terras a favor da família do falecido. Esta é a realidade vivida em muitas aldeias. Se homens e mulheres ganharem consciência de que esta situação é injusta, passam a existir regras diferentes e uma mulher também pode pedir uma lavra ao Soba. Chegámos ao primeiro nível de equidade: **Acesso**.

Continuando a trabalhar na consciencialização, a comunidade pode aperceber-se que, apesar de já ter acesso à terra, continua a ser o marido ou o pai a decidir o que se deve produzir ou vender. Com essa consciência, as mulheres passam também a querer participar nas decisões sobre as suas lavras e sobre as lavras da família. Chegámos ao



segundo nível de equidade: a **Participação**.

Poderíamos ficar por aqui, já que a vida das mulheres melhorou com o Acesso à terra e possibilidade de Participação nas decisões. Mas pode ainda acontecer uma mulher perder as suas terras quando fica viúva ou se separa. Ganhando consciência desta situação, a comunidade pode passar a permitir que a mulher tenha a mesma possibilidade que os homens para controlar os seus bens. Atingimos o terceiro nível de equidade: o **Controlo**.

Empoderar as mulheres é dar-lhes **autoridade legítima para controlar** decisões que lhes dizem respeito.

Só assim promove-se o real empoderamento económico e a capaci-

dade para recusar decisões impostas ou regras estabelecidas que não incluem as necessidades e opiniões das mulheres.

COMO FOI INVESTIGADO

Para responder aos principais objetivos da pesquisa, foram concebidos métodos qualitativos e quantitativos, combinando fontes primárias e secundárias de dados e informação. Os dados qualitativos suportaram a análise e os resultados obtidos a partir dos inquéritos aplicados aos agregados familiares.

Tanto os métodos quantitativos como os qualitativos abordaram as quatro dimensões conceptuais e as questões correspondentes em diferentes graus e profundidades de investigação, por vezes, através de instrumentos distintos, projectados

para apurar questões fortemente influenciadas por factores económicos, culturais e normas sociais.

Com esta abordagem traçou-se um perfil dos aspectos individuais e colectivos de género, o que permite avaliar o actual nível de compromisso público com as questões de equidade de género.

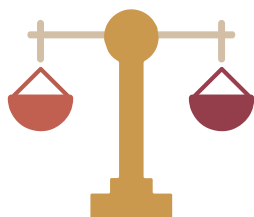
Os dados encontrados referem-se à amostra de pessoas investigadas em cinco províncias, como representado no ponto “Quem participou na pesquisa”.

VAMOS OUVIR FALAR DE...

ÍNDICE DE DESIGUALDADE (ou Disparidade de Género)

O que é?

É a relação entre a situação das mulheres e a dos homens para um determinado aspecto.



EXEMPLO

“O Índice de Desigualdade para a Alfabetização é de 0,8.”

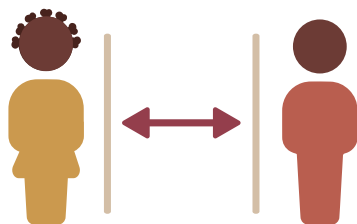
Significa que, para cada 10 homens alfabetizados, há apenas 8 mulheres alfabetizadas.

Quanto mais próximo o ID for de 1, mais equidade existe.

GENDER – GAP

O que é?

É a “distância” ou diferença encontrada entre homens e mulheres para um determinado aspecto.



EXEMPLO

“A percentagem de homens que deu a sua opinião em reuniões é de 57% e das mulheres é 28%.”

A diferença entre homens e mulheres é de 29 pontos percentuais, ou seja, o G-GAP é igual a 29 e revela que muitos mais homens que mulheres sentem-se à vontade para dar a sua opinião em reuniões.

Quanto mais próximo o G-GAP for de 0, mais equidade existe.

QUEM PARTICIPOU NA PESQUISA

As assimetrias geográficas são frequentemente citadas como um dos principais factores da desigualdade social e as actuais políticas de urbanização tendem a perpetuar este padrão. Além disso, os escassos estudos já realizados sobre desigualdade de género projectam, sobretudo, as zonas urbanas.

Por essa razão, o levantamento amostral foi construído para reflectir a diversidade cultural, social, bem como as diferenças demográficas nos municípios pré-definidos para o estudo. A amostra, definida pelo INE, foi também projectada para abranger a faixa de variação entre agregados liderados por homens e mulheres, de facto e de jure*.

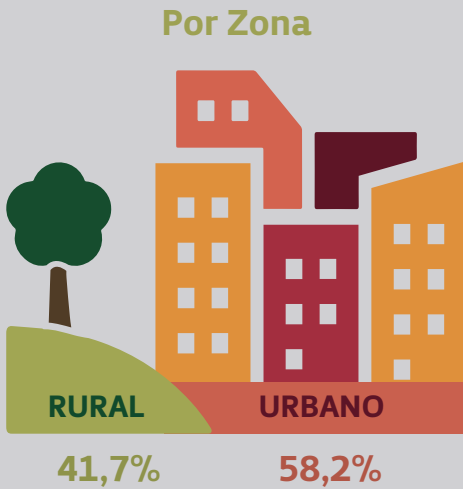
*Os agregados familiares chefiados por mulheres são definidos como aqueles em que as mulheres são as únicas que geram renda. Essas famílias poderiam ser identificadas como de jure ou de facto, dependendo se o parceiro masculino está temporariamente ausente ou desempregado (*de facto*) ou se não há nenhum chefe masculino permanente (*de jure*). Kazi, Shahnaz, Bilquees Raza, and Naheed Aziz, 1988.

Distribuição da amostra por províncias e municípios



4.692

AGREGADOS FAMILIARES FORAM ENTREVISTADOS



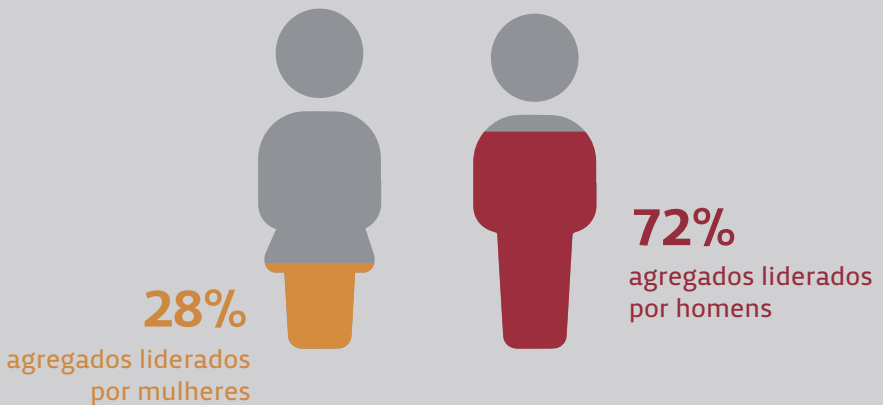
Por Sexo

45,3% homens



54,7% mulheres

Por liderança de agregado familiar



DIREITO DE

UM DIREITO TAMBÉM

O Registo Civil é um sistema mediante o qual o Estado, regista de modo contínuo, permanente, obrigatório e universal, acontecimentos vitais relacionados com os seus cidadãos (nascimento, estado civil, adopção e óbito).

O principal objectivo do registo civil é o de estabelecer o vínculo jurídico-administrativo entre o cidadão e o Estado, através da emissão de documentos oficiais (assentos, cédulas, certidões, bilhetes de identidade)

que possam estabelecer e proteger os direitos dos indivíduos enquanto cidadãos desse Estado.

O segundo objectivo é constituir uma fonte de dados para a compilação de estatísticas vitais* do país que, analisadas e interpretadas, servem para definir metas, tomar decisões, avaliar planos sociais e económicos, monitorar programas (de educação, saúde, etc) e medir outros indicadores demográficos.

*Estatísticas vitais são constituídas pela colecção de estatísticas de eventos vitais durante a vida de um indivíduo, bem como de características dos próprios eventos e da pessoa a que dizem respeito. As estatísticas vitais dizem respeito a incidências e não a prevalências estatísticas.



CIDADANIA

PARA AS MULHERES?

Um registo civil eficiente e com total cobertura nacional, estatísticas vitais fiáveis e sistemas de gestão da identidade que funcionem, tem, portanto, implicações importantes no desenvolvimento humano, na redução da pobreza, educação, saúde, governação, democracia e políticas económicas e sociais inclusivas, das quais faz parte um exercício de orçamentação rigoroso e sensível ao género.

Um direito consagrado tanto na legislação internacional, sobretudo na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como a nível nacional, o registo civil deve permitir a todos os cidadãos uma identidade civil que lhes permita exercer os seus deveres e exigir os seus direitos básicos.

Em 2019, o governo angolano reconheceu que cerca de 46% da população não possuía qualquer tipo de registo**. Apenas em Novembro de 2020, o governo anunciou a criação de uma base de dados única de identificação dos cidadãos nacionais.

**Governo admite que quase metade da população angolana não tem registo de nascimento', Novo Jornal, 20/02/2019. Estimativas do INE apontavam que Angola teria uma população de 30 milhões de habitantes em 2020.

REGISTOS DE NASCIMENTO E BILHETES DE IDENTIDADE

Este estudo avaliou as desigualdades de género no acesso aos serviços de Registo Civil relativamente a dois documentos básicos e relacionados

de modo sequencial: (i) o registo de nascimento* para menores e (ii) o Bilhete de Identidade* para menores e adultos.

Acesso ao registo de nascimento de crianças dos 0-5 anos de idade



57%

Não está registado

36%

Tem Registo de nascimento

8%

Tem outro documento não oficial

Acesso a documentos de identificação de pessoas com mais de 5 anos de idade



16%

Não está registado

35%

Tem Registo de nascimento

39%

Tem Bilhete de Identidade e Registo

10%

Tem outro documento não oficial

Entre a população pesquisada, existe uma percentagem muito elevada de crianças até aos 5 anos sem registo (57%), particularmente nas zonas rurais.

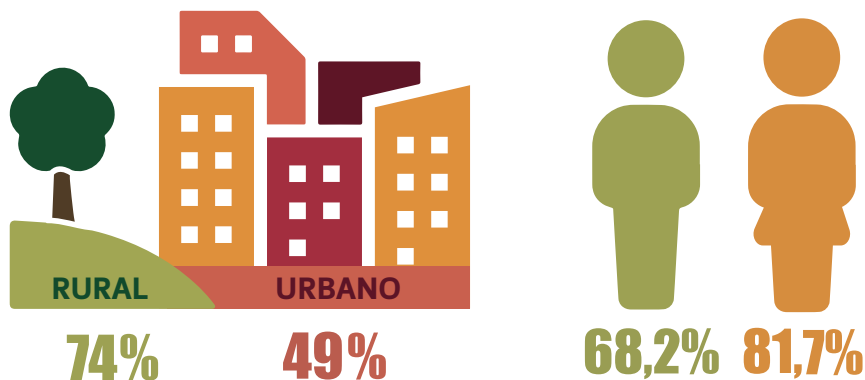
Apesar do baixo número de crianças com registo de nascimento, os pais parecem perceber a importância de efectuar o registo das crianças e das implicações futuras se falta esse documento - além de facilitar os estudos ou permitir acesso a emprego, o documento representa a identidade da criança e garante que seja tratada como cidadã.

Estas percepções são generalizadas a todas as zonas de estudo, apesar

de se terem registado casos de pais, e mesmo de jovens, que não possuem, eles próprios, qualquer documento. Perante a impossibilidade de terem um emprego nos sectores público ou privado, de acederem a uma conta bancária, de beneficiarem de outras oportunidades ou mesmo de se deslocarem entre municípios e províncias, percebem tardiamente a importância do registo.

A percentagem de crianças maiores de 5 anos e de adultos sem qualquer documentação também ainda é elevada, particularmente nas zonas rurais onde há menor acesso à informação e a serviços de identificação.

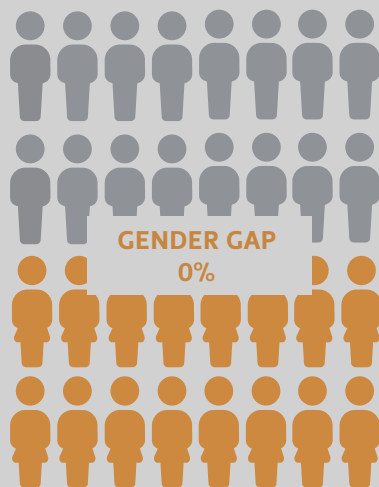
PARTICIPANTES SEM BILHETE DE IDENTIDADE por zonas e sexo



ACESSO A DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO POR SEXO

REGISTO DE NASCIMENTO

O estudo revelou que as prioridades estabelecidas pelos pais para registo dos filhos não são em função do género, mas de factores como a idade da criança, o avanço e a seriedade aplicada nos estudos, porque serão esses os filhos que poderão contribuir para o sustento da casa mais rapidamente.



Desigualdade de género no acesso ao registo de nascimento de crianças até aos 5 anos.



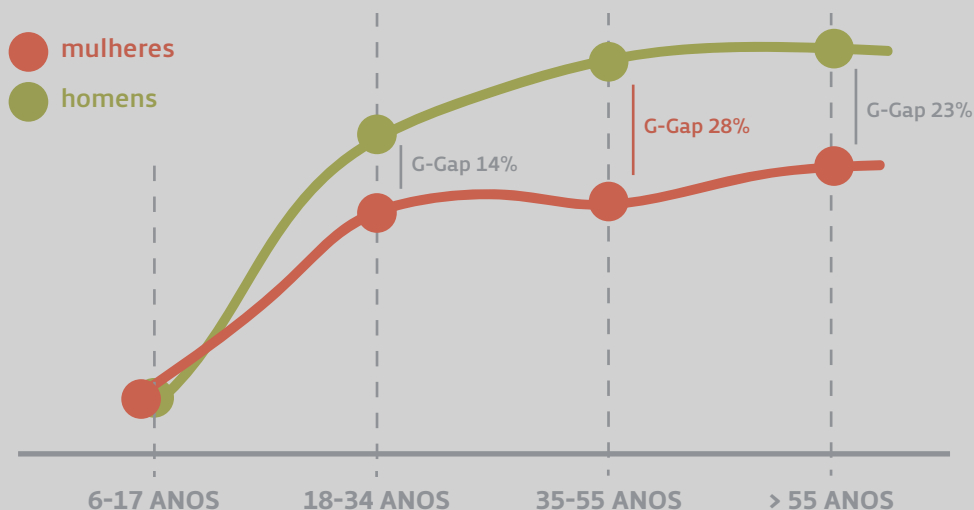
Desigualdade de género no acesso ao Bilhete de Identidade para crianças e adultos, a partir dos 6 anos.

BILHETE DE IDENTIDADE

Estes resultados põem em evidência que as mulheres passam, após a adolescência, a ter uma desvantagem significativa comparativamente aos homens no acesso a um documento que, para além de ser um direito humano, condiciona o acesso igual das mulheres ao mercado de trabalho, ao sistema bancário, a crédito, a melhores oportunidades de geração de renda, ao sistema de justiça e à protecção social.

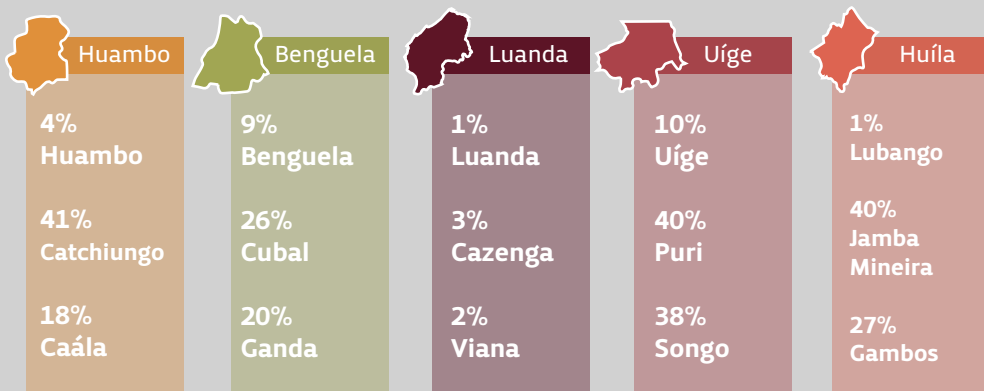
DIFERENÇAS DE GÉNERO NA POSSE DE BI

GENDER-GAP POR IDADE



Para a amostra total, a desigualdade de género é de 11%. Entre os 18-55 anos, idade activa plena, a desigualdade pode atingir os 28%.

GENDER-GAP POR MUNICÍPIO



Os valores variam nos municípios, sendo os valores mais preocupantes em Catchiungo (Huambo), na Jamba Mineira (Huíla), no Puri e no Songo (Uíge). Nas cidades, as diferenças

baixam, embora Uíge e Benguela se distingam, de modo negativo das restantes três capitais de província, Huambo, Luanda e Lubango.





‘O homem sem emprego é um Zé ninguém mesmo, porque ele não vai conseguir arranjar emprego para sustentar a família. Tem que ter documento. Nós mulheres ainda conseguimos batalhar na praça, ou zungar, para sustentar as crianças, mas o homem mesmo sem trabalho...hum, por isso o homem é o mais necessário nos documentos...ele sem dinheiro também não vai conseguir, vai ficar cansado e vai sentar.’

MULHER DO CAZENGA, LUANDA

‘Porque vai lhe facilitar a vida na escola. Também para ele conhecer quem é, às vezes você morre e a criança vai saber o nome, quando é que nasceu, não sabe nada.’

MULHERES DA JAMBA MINEIRA, HUÍLA

‘Se estão na mesma classe, tem que ver quem está mais evoluído na escola [quem tem acesso ao registo de nascimento].’

HOMEM DA JAMBA MINEIRA, HUÍLA

‘Quem tem mais documentos são mesmo os homens, porque, desde o princípio do mundo, Deus quando fez Adão ele disse que ele podia dominar a sua esposa. O homem é o pai, é o superior, então o homem tinha que ter o bilhete mais primeiro que a esposa. Hoje o mundo é moderno, há direitos iguais de homens e mulheres, mas o homem é sempre o superior, a mulher vem da costela do homem. O homem precisa mais bilhete para ter emprego e sustentar a família.’

HOMENS DO UÍGE



Apesar da desigualdade, todos reconhecem a importância do documento. No entanto, a desigualdade é legitimada, entre as próprias mulheres, pela percepção de que é mais importante ser o homem a tê-lo.

As diferenças acabam por ser perpetuadas através dos seus filhos, por causa das crenças e normas culturais que consideram o homem o mais importante da família - uma concepção patriarcal em que por isso deve ser o homem o primeiro da família a ter um Bilhete Identidade.

O QUE LIMITA O ACESSO DAS MULHERES AO REGISTO CIVIL?

O que mais contribui para a baixa percentagem de crianças com registo é a ausência e o custo de acesso ao serviço, particularmente nas zonas rurais, já que as famílias têm de se deslocar para a sede do município ou da província onde se localizam as conservatórias.

Factores que limitam o acesso à identificação nas zonas rurais

ausência de serviços 92%
79% falta de material no posto
custo acesso 78%

Factores que limitam o acesso à identificação em zonas rurais e urbanas

falta de tempo 90%
75% falta de documentos
ausência de pai 50%

Do ponto de vista de relações de género, tanto nas zonas rurais como urbanas, ressalta a 'ausência do pai' e a 'falta de documentos' dos progenitores' como uma grande limitação. A 'falta de tempo' revela-se igualmente relevante, já que os homens referem não ter tempo para tratar do registo dos filhos.



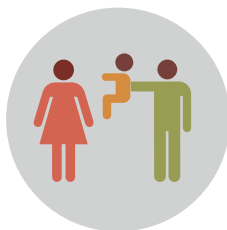
AUSÊNCIA DE SERVIÇOS

A ausência de serviços de registo civil nas proximidades da residência cria grandes constrangimentos entre a população mais vulnerável, em particular às mulheres e aos jovens sem emprego.

Este é um factor que limita principalmente as zonas rurais, pelos custos e o tempo exigidos para as

famílias se deslocarem até à sede do município, ou da província, onde se localizam as conservatórias.

Mesmo nas cidades, onde os postos de identificação ficam a distâncias muito menores, os residentes de vários bairros têm dificuldades financeiras para se deslocarem até lá.



AUSÊNCIA E FALTA DE APOIO DO PAI

Legalmente a mulher pode registar os seus filhos na ausência do pai, mas para que a criança não seja filha de pai incerto ou ter outro estigma similar, será necessário que o pai (quando não é casado com a mãe) e se disponibilize para ir ao registo.

A mãe tem como recurso sujeitar-se a um longo, e muitas vezes humilhante, processo judicial de estabelecimento da filiação, para o qual

necessita ter condições económicas ou patrocínio judiciário.

Os pais não estão presentes por suposta ‘falta de tempo’, além dos casos de falecimento, separações e mudança de residência (muito comum no caso dos militares).

Há ainda mulheres que consideram não ter o documento um “desleixo” do marido.



CUSTO DE ACESSO AOS SERVIÇOS

(devidos e indevidos)

A maioria dos entrevistados, em particular mulheres, refere-se a custos que devem suportar além das taxas emolumentares do serviço.

São as mulheres quem manifestou mais e maiores dificuldades financeiras para suportar todos os custos envolvidos. Muitas vezes mães solteiras, separadas ou viúvas e com

inúmeros filhos a seu cargo, não conseguem fazer face a todas as despesas.

Esta situação é particularmente difícil para pessoas idosas, mulheres viúvas, solteiras e separadas e jovens desempregados ou com empregos precários.

CUSTOS INDIRECTOS IDENTIFICADOS PELOS UTENTES:

- Transporte ida e volta para a Conservatória, múltiplas vezes.
- Transporte ida e volta para a administração local, pelo menos duas vezes.
- Fotocópias de documentos.
- Compra do papel para requerimento.
- Documento da escola.
- Elaboração de requerimento segundo as normas (sobretudo para quem é analfabeto).
- Fotografias tipo passe.
- Pagamento de intermediários ou funcionários das conservatórias para 'entrar na porta'; 'acelerar o processo'; 'emendar os erros ou para 'procurar registo' (custo indevidos).



FALTA DE DOCUMENTOS DOS PROGENITORES

A falta de documentos dos pais, para o registo dos filhos, é uma situação generalizada em todas as zonas do estudo.

Para efectuar o registo, são exigidos os documentos dos pais, mas, sobretudo nas zonas rurais, a maioria das mulheres não os tem (81.7% mulheres não tem BI comparativamente a 68.2% de homens).



DEFICIENTE ATENDIMENTO NOS SERVIÇOS

O atendimento ao público foi muito criticado. As principais queixas têm a ver com falta de humanismo no tratamento dos casos e das pessoas, corrupção e tráfico de influências, falta de prioridade de utentes que precisam (pessoas idosas, mulheres grávidas ou com bebés e pessoas com deficiência), início tardio, demora do atendimento e dificuldades de material.

Perante o mau funcionamento, as pessoas questionam as razões dos serviços públicos não conseguirem realizar os procedimentos com a mesma celeridade de um serviço considerado 'privado', o SIAC* (Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão).

*Os entrevistados consideram, de uma maneira geral, que o SIAC é um serviço privado, na medida em que ali se paga uma taxa pelos serviços prestados. Contudo, o SIAC é um serviço público.

‘Uma senhora (...) teve que mentir a dizer que o marido morreu e que não conhece a família do marido. Foi graças a Deus que miúdos têm registo. Dizem que a mentira destrói, mas a mentira também constrói. A mentira dela construiu-se porque os meninos têm registo.’

MULHER DO CAZENGA, LUANDA

‘Quando te dão filho e está distante, você liga quero tratar o registo da criança, começa a te dar baile. Porque não, espera amanhã. Ligas amanhã, nada até você aborrecer... Quando ligo no pai para me dar a cópia do bilhete que eu mesmo vou tratar, nada.’

MÃE SOLTEIRA, UÍGE

‘Muitos problemas porque para sair daqui até na cidade tem 7 km. Chega lá não te atende, regressa em casa sem nada. Chega lá, é só amanhã, chega amanhã, é só depois de amanhã, a tal pessoa com as crianças que deixou em casa sem nada de comer, amanhã não vai mais, vai procurar a comida das crianças.’

MULHERES VIÚVAS DE CAALA, HUAMBO



‘Também se não conheces alguém lá, podes passar uma semana a ir lá na bicha...você que não tem gasosa, não anda. Você já não tem de comer, vais arranjar mais gasosa?’

MULHER, JAMBA MINEIRA, HUÍLA

‘Essas pessoas que vêm trabalhar nesses postos tem que ter mesmo vontade... Dão-te muitas voltas, até ficas aborrecido, mas como precisas do registo tens que aceitar aquelas pequenas humilhações.’

MULHERES DE CAZENGA, LUANDA

‘a mãe não tem documento, o pai não tem documento, vai registar como o filho? O documento é que nos mete mesmo como cidadão!.’

MULHERES DE CAZENGA, LUANDA

‘A Identificação é na cidade. Ida e volta 300 kwanzas.’

LUBANGO, HUÍLA

CONCLUSÕES

Apesar da legislação aprovada e dos programas públicos em curso, os cidadãos continuam a enfrentar inúmeras dificuldades para obter o Bilhete de Identidade e registar os

seus filhos, a maioria transversal aos dois géneros, mas, por condicionantes culturais, os maiores constrangimentos acabam por ter maior impacto nas mulheres.

1. Há uma ideia generalizada de que os documentos são importantes para todos, mas mais necessários para o homem.

2. Aferiu-se neste estudo que a mulher privilegia o acesso do homem ao Bilhete de Identidade, considerando que ela própria não terá vantagens, legitimando a ideia social de que a mulher não tem os mesmos direitos que o homem.

3. O acesso ao Registo de Nascimento não revela diferença substancial entre mulheres e homens, o que já não acontece quanto à obtenção de Bilhete de Identidade, sendo que os homens são quem tem maior posse deste documento de identificação, diferença mais relevante nas zonas rurais.

4. Continuam a ser as mulheres que mais se preocupam e ocupam tempo com o Registo dos filhos, no entanto, parte dos seus esfor-

ços são inúteis pela não colaboração dos pais (fuga à paternidade, falta de tempo, desleixo).

5. A dependência financeira e não participação da mulher na gestão dos recursos na família promove situações em que esta não consegue obter documentos (o que acaba por prejudicar os processos de Registo dos filhos).

6. As dificuldades indirectas no acesso aos serviços (distância, falta de documentos dos progenitores, dificuldades financeiras, corrupção) são mais sentidas pelas mulheres.

7. A fraca qualidade no atendimento, a não formação dos funcionários em questões de género e a não adopção generalizada de princípios de prioridade no atendimento, prejudica mais as mulheres, que acabam por desistir por receio de enfrentar estes serviços.

ALGUMAS MELHORIAS

Apesar de todas as limitações abordadas anteriormente no acesso aos serviços públicos de registo civil, os participantes neste estudo também reconheceram que nos últimos anos

registam-se algumas melhorias. Não foram expressões detalhadas nem específicas ou de grande regozijo, mas demonstram alguma apreciação.

“Melhorou desde a entrada do Presidente João Lourenço. Antigamente era preciso acordar 3 da manhã e mesmo dormir lá, agora já não. Antigamente nós encontrávamos a bicha, a pessoa chega as 5 horas e só é atendido lá para as 15 horas. Agora chegas, o conservador recebe os papéis e depois te chamam num tempo normal. O único problema é só o tempo de 15 dias.”



Jovens do Songo, Uíge

‘Os conservadores agora até estão a arriscar a vida a ir nos sítios que o carro entra com dificuldade, deixa o carro, anda a pé. Não é fácil um conservador que põe bom sapato, ir lá numa aldeia que não entra carro. Mas ainda não acabamos, o Uíje é grande e também estamos a nascer, nascemos muito, tem que ser mesmo com as brigadas em todas as aldeias, com a ajuda do soba’



Mulher do Uíje, Uíge

RECOMENDAÇÕES

1

Sensibilização que contribua para uma maior consciência de que o Bilhete de Identidade é tão importante para mulheres como para homens. Recomenda-se por exemplo, a criação de programas escolares, campanhas de comunicação dirigidos a grupos de influência (professores, funcionários públicos e outros), políticas de empregabilidade dirigida a mulheres que promovam de forma indirecta a obtenção de BI.

2

O crime de fuga à paternidade deve ter penalização efectiva e devem encontrar-se mecanismos que não prejudiquem o registo da criança. Estes mecanismos devem ter em conta os impedimentos culturais que inibem as famílias de proceder ao registo sem o nome do pai.

3

Os decisores públicos devem ajustar os programas e políticas públicas à realidade. Se são as mulheres que mais procuram registar os seus filhos, os postos de registo e identificação têm que chegar às lavras, aldeias e mercados. É preciso introduzir medidas que facilitem o acesso das mulheres aos serviços: dias de atendimento exclusivo para mulheres, brigadas móveis, atendimento especializado para cidadãs que não sabem ler nem escrever, ampliar a gratuitidade dos serviços para mulheres, campanhas de acesso com abordagens específicas e dirigidas, por exemplo, a zungueiras, camponesas, avós com netos a seu cargo, mães solteiras, entre outras. O subprograma “Nascer com Registo” ou outro que possibilite o Registo nas maternidades deve ser reactivado e efectivo.

4

A reestruturação profunda dos serviços públicos de registo civil, adoptando uma cultura de trabalho com princípios éticos, morais e humanos. Os servidores públicos devem ser educados para as questões do género e ter uma qualificação técnica ou académica. Os procedimentos devem ser transmitidos de forma clara. A comunicação entre os serviços públicos e a população deve ser cuidada e eficaz.

O (NÃO) ACESSO DAS

O acesso à Justiça é um princípio constitucional. É responsabilidade do Estado garantir que todos os cidadãos possam reivindicar os seus direitos por meio do Poder Judiciário, o órgão competente para julgar e decidir sobre conflitos de maneira imparcial, com base na Lei. É uma dimensão crítica de um desenvolvimento inclusivo e um meio de endereçar as questões da desigualdade em geral e do género em particular.

O direito de acesso à Justiça por parte das mulheres e raparigas (menores de idade ou não) diz respeito a diligências justas e eficazes

de protecção dos seus direitos, de prevenção e resolução de conflitos, mediante processos acessíveis e transparentes. Para delinear políticas e medidas ajustadas às suas necessidades é preciso conhecer as dificuldades específicas deste grupo da população.

Em Angola, as análises sobre o sistema de Justiça, numa perspectiva participativa e comunitária, são escassas. A adopção de uma perspectiva de género pelo sistema de Justiça é uma obrigatoriedade, decorrente dos tratados internacionais, alguns deles Africanos, que Angola assu-



MULHERES À JUSTIÇA

miu, segundo os quais se compromete a um tratamento igual entre mulheres e homens.

Não obstante, o quadro de avanço, em termos jurídicos, tem sido meramente formal. É enorme a distância entre os direitos consagrados em tratados e leis, e as experiências das mulheres que recorrem aos serviços de justiça e encontram soluções.

De um ponto de vista institucional, o Governo angolano conta com dois órgãos - o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e a Procuradoria Geral da República - que executam,

fiscalizam e gerem as leis, políticas, estratégias e programas dirigidos aos Direitos Humanos e aos Direitos de Igualdade e Equidade de Género. Há ainda a Provedoria, que acompanha os cidadãos quando estes são lesados.

Por outro lado, o espaço de acção da sociedade civil tem crescido e, nos últimos anos, assistiu-se a um aumento – embora ainda insuficiente – de organizações que trabalham na Defesa de Direitos Humanos e na defesa dos Direitos das Mulheres.

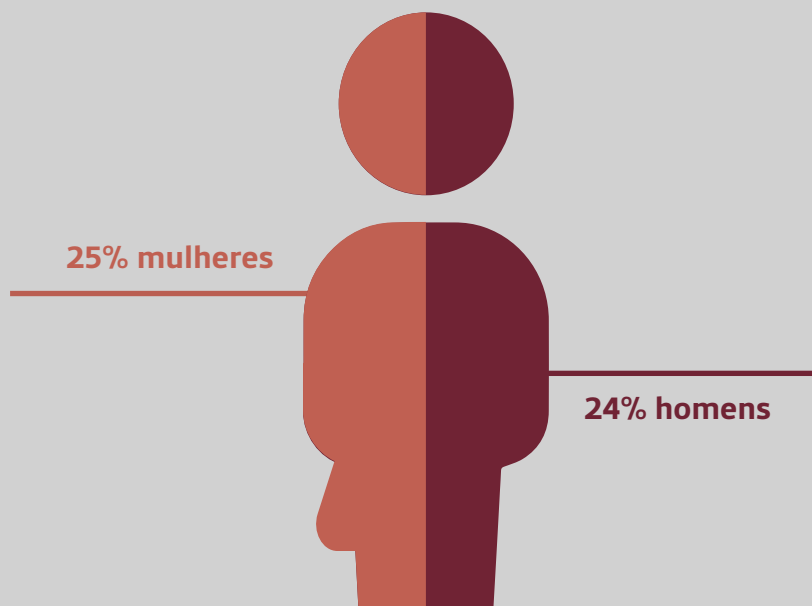
ENVOLVIMENTO EM CONFLITOS

Esta pesquisa investigou as diferenças de gênero no acesso à justiça em três dimensões: i) que tipo de conflitos estão as mulheres mais comumente envolvidas; ii) a equidade na forma de resolução; iii) a satisfação manifestada.

A análise assenta no pressuposto de que as mulheres têm acesso à Justiça

para a resolução dos conflitos, tal como os homens. Considera-se que pode ter havido subdeclaração de conflitos que expõem o próprio marido, o soba (ou os seus conselheiros), ou homens que vivam na mesma comunidade. Há também conflitos que, culturalmente, não são considerados conflitos.

24,4% homens e mulheres
entrevistados
declaram ter tido algum tipo de
conflito



POR ZONA



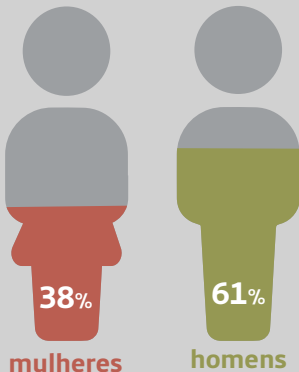
A percepção geral dos entrevistados é de que as mulheres são ‘mais conflituosas’ e envolvem-se em disputas de ‘menor importância’, embora esta percepção não seja confirmada pelos dados estatísticos obtidos, já que apenas se encontrou uma diferença de 1% entre homens e mulheres. Sendo vistas como conflituosas, dá-se menos importância às situações em que são violados os seus direitos.

As zonas urbanas, com elevadas taxas de desemprego ou pessoas com rendimentos precários, concentram mais pessoas envolvidas em conflitos.

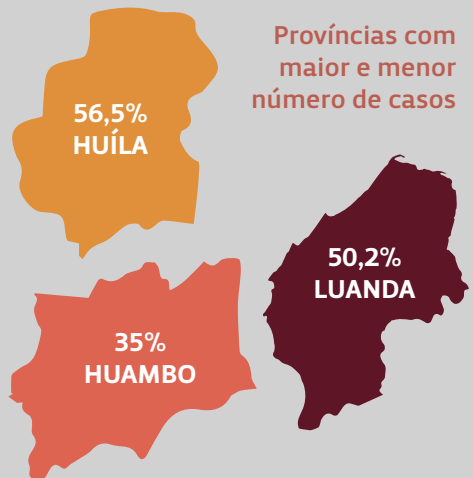
Luanda destaca-se entre as restantes províncias, com o volume de conflitos equivalente entre zonas.

TRÊS CONFLITOS MAIS FREQUENTES

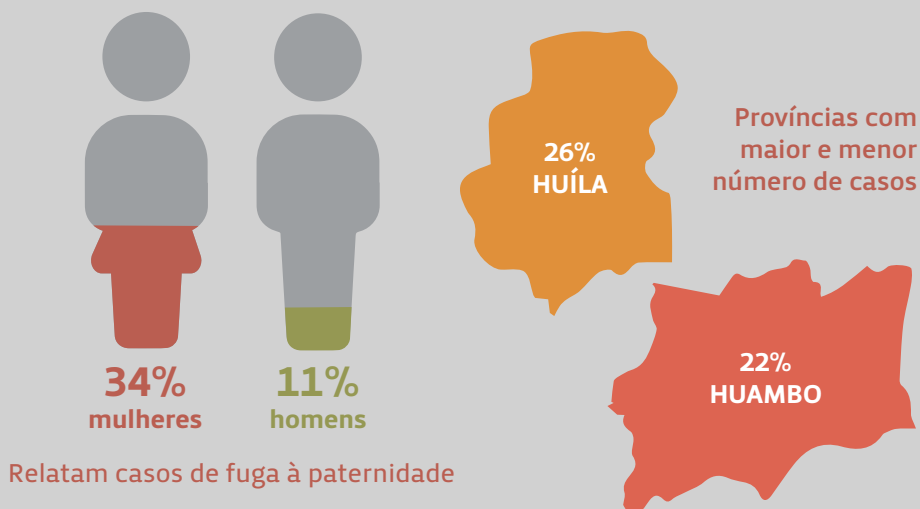
1. ROUBOS E FURTOS



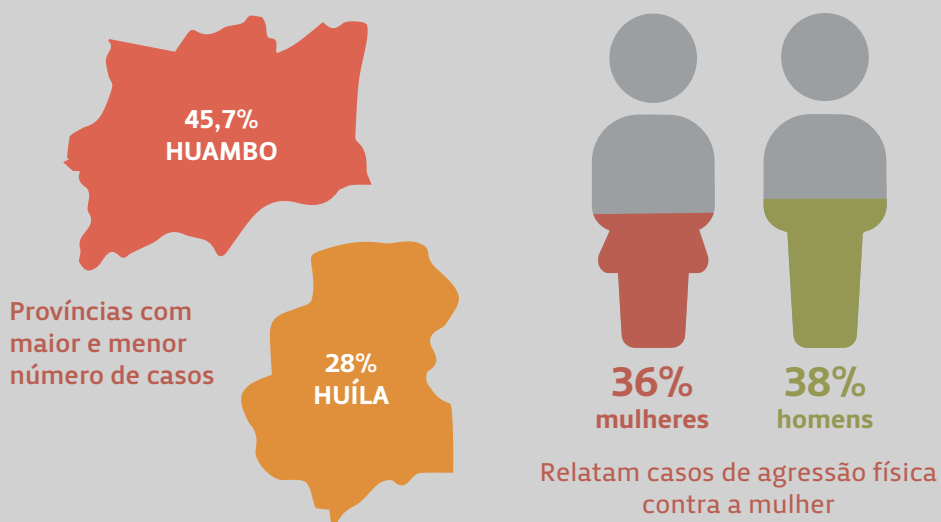
Relatam casos de roubos e furtos



2. FUGA À PATERNIDADE



3. AGRESSÃO FÍSICA CONTRA A MULHER



‘Roubos e furtos’ são maioritariamente declarados por homens, os que têm mais acesso a recursos. São predominantes em todas as províncias, com destaque para Huíla e Luanda. A única exceção é a província do Huambo.

É evidente a análise diferenciada por vários homens entrevistados, que consideram culpa da mulher a ‘fuga à paternidade’, embora indirectamente. Esta apresenta percentagens similares nas cinco províncias estudadas, com maior predominância nas zonas urbanas.

Os relatos sobre a ‘agressão física às mulheres’ são equivalentes entre mulheres e homens porque os últimos assumem que bater faz parte das relações afectivas e sexuais e, por outro lado, as mulheres, muitas vezes, não o relatam por medo. Huambo é a província que teve mais relatos deste conflito, Huíla a que teve menos.

As categorias de ‘roubo e furtos’ e ‘agressão física contra a mulher’ prevalecem nas zonas rurais. Neste caso, a violência de género é mais flagrante, mas normalizada pelo poder patriarcal que domina as relações entre homens e mulheres.

CONFLITOS POR LIDERANÇA DO AGREGADO FAMILIAR

28% Conflitos em famílias lideradas por mulheres



23% Conflitos em famílias lideradas por homens



Os agregados liderados por mulheres são, em todas as províncias, os que mais se envolvem em conflitos. Mulheres sozinhas envolvem-se em conflitos

pela sobrevivência dos seus agregados. Socialmente, uma mulher solteira ou separada e é vítima de muitas situações conflituosas.

CONFLITOS EM AGREGADOS LIDERADOS POR MULHERES



Os agregados chefiados por mulheres estão submetidos a inúmeros condicionamentos pois a grande maioria é pobre.

As mulheres têm receitas monetárias médias mensais inferiores aos homens e são ainda mais inferiores, nas zonas rurais comparativamente às zonas urbanas, e estão, por isso, em clara desvantagem económica.

Muitas mulheres que chefiam o agregado têm todos os filhos a seu cargo - e frequentemente netos e sobrinhos - constituindo agregados grandes. Nesta sequência, as mulheres têm necessidade de lutar para sobreviver e fazer sobreviver os

seus agregados e envolvem-se em conflitos por habitação, por negócio, por fuga às responsabilidades paternas (materiais, educativas e afectivas), por segurança física em bairros de elevada criminalidade, sem esquecer que estão mais vulneráveis à interferência de terceiros, a maioria das vezes, homens.

Acresce também que, socialmente, uma mulher solteira ou separada é vista como um alvo vulnerável e é vítima de estigmatização dentro do próprio bairro. Esta estigmatização pode tomar várias formas, desde ser maltratada e ofendida na rua a visitas não desejadas, normalmente por parte de homens, a sua casa. Esta situação de fragilidade, coloca estas mulheres no centro de muitas situações que podem resultar em conflitos.

FUGA À PARTENIDADE

Considera-se fuga à paternidade negar as responsabilidades paternas em relação aos filhos, assim como, rejeitar a gravidez. A legislação angolana obriga o pai a prestar alimentos à criança e a falta reiterada de

prestação desses direitos à criança e assistência à mulher grávida constitui crime de Fuga à Paternidade. Poucos homens concordaram que a educação e os cuidados do pai são tão importantes quantos os da mãe.

SOBRE A VIOLÊNCIA FÍSICA CONTRA MULHERES

A agressão física é mais frequentemente vista como ‘violência doméstica contra a mulher’ (e raramente se inclui a agressão psicológica, violação sexual ou privação de liberdade na esfera familiar).

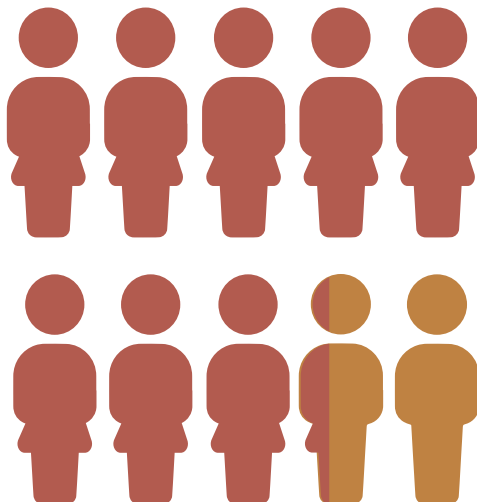
A maioria dos homens confirma que ‘bater numa mulher’ é aceitável, por razões que também foram mencionadas pelas mulheres: acções que eles consideram de mau comportamento (como sair à rua, por exemplo, ou falar com um vizinho), ciúme, enfrentar/questionar o homem nas

decisões que toma enquanto provedor da família.

Sem protecção judicial e completamente desprovidas de direitos sobre a posse dos recursos da família (mesmo que tenham contribuído para tal), as mulheres sujeitam-se durante toda a vida aos mais abjectos actos de violência.

Em Angola, as Nações Unidas divulgaram que em 2019, 83 em cada 100 queixas de violência doméstica foram de mulheres.

Em 2019, 8.3 de 10 casos de Violência Doméstica foram queixas apresentadas por mulheres



O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E MULHERES

O abuso sexual, largamente silenciado e vivido entre portas, é visto, sobretudo nas zonas rurais, como um 'assunto íntimo que não se fala com estranhos. Deste modo, a sua notificação a instituições como a polícia ou ao judiciário são, praticamente, inexistentes.

Por outro lado, o pessoal nestas instituições, embuídos dos mesmos valores patriarcais e discriminatórios relativamente às mulheres, não têm a necessária preparação para lidar com estes casos.

+38 000 Fonte: Declaração do Governo angolano ao Diário de Notícias em Junho de 2019
**casos de violência infantil
notificados em menos
de 6 meses**



‘O homem lhe bate, o vizinho chama alguém ou a polícia, mas quando a polícia chega ela diz que não ele não me bateu, está tudo bem. O homem tem mais tendência de ameaçar e bater e ela para evitar que o problema aumente e poupar os filhos e a família dela, ela prefere mentir para preservar a vida dos outros. É por medo’

MULHER DO LUBANGO, HUÍLA

‘Podes fazer um filho, mas não quer dizer que podes ser pai’

HOMEM DO LUBANGO, HUÍLA

‘Se eu denunciar que o marido me bateu, ele pode te divorciar e perdes tudo...embora me bater eu não posso sair, porque eu vim ser casada. Como meu marido eu não posso ir lá lhe denunciar’

MULHER CASADA COM 12 FILHOS, HUÍLA



‘Abuso sexual de criança, ele apanha pancada directo e só assim é que vai à esquadra. Esse caso (das mulheres) já é privado, não podemos entrar aí’

HOMENS DA JAMBA MINEIRA, HUÍLA

‘Há muito aqui [abuso sexual de crianças e mulheres]. Os nossos mais velhos na aldeia, aqui no bairro, no município, que já não conquistam as mais velhas, usam as crianças para tal porque sabem que são a camada mais fácil, quando lhe corromper com algum dinheiro ele consegue fazer abuso sexual, porque não é do consentimento dessa menor de idade’

JOVEM DO SONGO, UÍGE

DUAS ETAPAS PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS

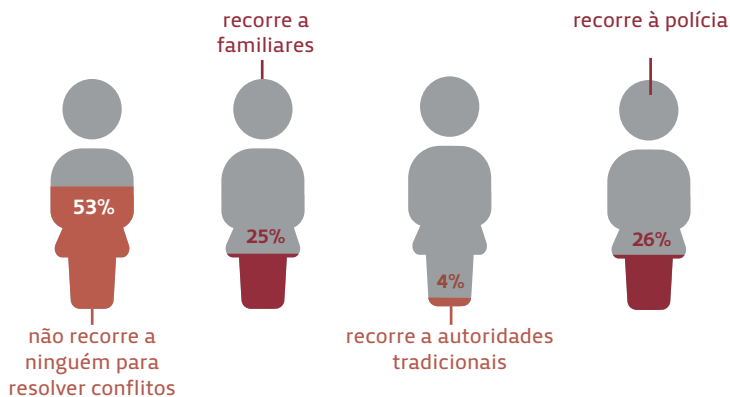
Segundo os dados recolhidos, a primeira etapa para a resolução de conflitos, refere-se ao recurso denominado de primeira instância, composto por entidades não judiciais (família, autoridade tradicional, polícia)

que podem ou não resolver o conflito em causa. Uma vez esgotada a primeira, faz-se recurso a entidade judicial (tribunais) e esta é considerada, a segunda etapa para a resolução dos conflitos.

1

RECURSOS DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

FAMÍLIA, AUTORIDADE TRADICIONAL, POLÍCIA



São as mulheres que menos fazem recurso a qualquer instância, embora o número de homens nessas circunstâncias (47%) também seja relevante.

O recurso ao 'silêncio' é mais evidente na zona rural e, quando tentam resolver, as mulheres recorrem mais a familiares. Nas zonas urbanas, mais de metade das mulheres faz recurso a alguém numa primeira instância

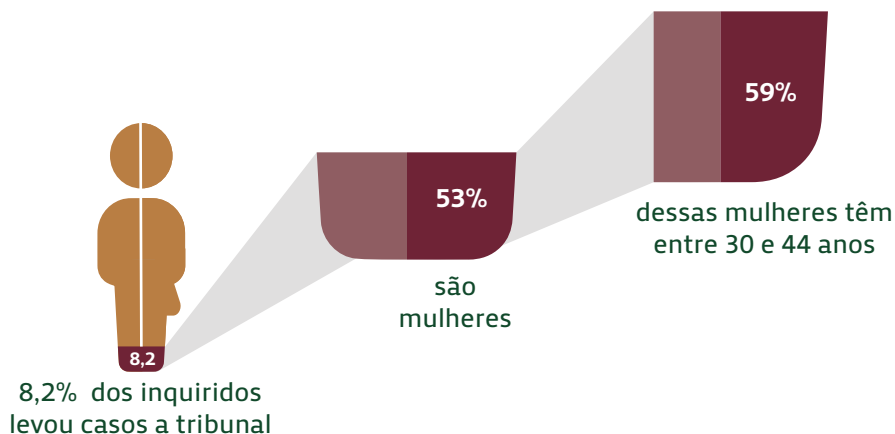
para resolver os seus problemas. A faixa mais jovem de mulheres ainda dependentes, grávidas ou a iniciar as próprias famílias, buscam o apoio dos familiares.

A polícia ganha relevância nas zonas urbanas, enquanto a autoridade tradicional tem mais peso na zona rural. Este é mais um recurso da faixa intermédia dos 30-44, declinando a parti daí.

2

RECURSO AO SISTEMA DE JUSTIÇA

TRIBUNAIS



Muito poucos respondentes envolvidos em algum tipo de conflito (8,2%) levou os casos a Tribunal. Destes mais de metade (53%) foram levados por mulheres. Entre estas mulheres 59% têm entre 30 e 44 anos.

As jovens adultas, até aos 44 anos, são as que mais casos levam a Tribunal, sobretudo nas zonas urbanas. A estabilidade na relação marital, da

vida de separada ou viúva com dependentes já adultos, podem estar na base do declínio de casos (apresentados a Tribunal) na faixa dos 45-60 anos.

Nas zonas rurais, as mulheres hesitam em recorrer aos Tribunais, mesmo sabendo que é um recurso onde podem apresentar queixa.

RECURSOS UTILIZADOS POR TIPO DE CONFLITO

ROUBO OU FURTO

Os entrevistados recorreram mais à **polícia** do que à família, na tentativa de reaver dos seus bens.

AGRESSÃO FÍSICA
CONTRA A MULHER

Usualmente resolvida pelo próprio **casal (não recorrem a ninguém), pela família ou o soba**. Só transita para a polícia se for caso de 'sangue'.

FUGA À
PATERNIDADE

Recorrem primeiro à própria **família** para provocar um encontro com a família do 'parceiro/pai em fuga' e só depois transitam para a polícia.



O SILÊNCIO, A FAMÍLIA OU A AUTORIDADE LOCAL?

Ao não recorrer a qualquer forma de resolução, ou apenas a familiares, as mulheres querem evitar que caia sobre si mais agressividade. Esta é uma consequência das regras rígidas sobre com quem podem falar, que assuntos podem falar e quando devem permanecer caladas. Os sobrados, por sua vez, são arenas mas-

culinas por excelência e dificilmente iriam contra a ordem patriarcal.

Conflitos mais silenciados pelas mulheres: violência doméstica, abuso sexual dentro de casa, abuso sexual de familiar ou amigo próximo, adultério, direitos de herança, feitiçaria.



SOBRE O RECURSO À POLÍCIA

Em todas as províncias houve queixas do recurso à polícia (mau serviço, pouca preparação dos seus quadros, falta de humanismo no tratamento das pessoas, corrupção generalizada, inutilidade do recurso à instituição e falta de alternativas).

O recurso à polícia ocorre em 'casos de sangue' ou depois do soba e o seu conselho de anciões terem esgotado os seus recursos de resolução.



O RECUSO AOS TRIBUNAIS

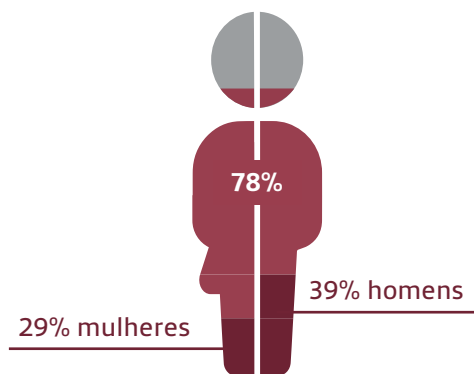
A percepção geral, recolhida em grupos focais, é que o Tribunal é um órgão a que são mais os homens que recorrem (por se considerar que as mulheres não sabem como fazê-lo nem têm conflitos que justifiquem

o acesso a esta instituição), mas a realidade mostra-nos que, mesmo sendo muito poucas, é maior o número de mulheres que empreendeu um processo em Tribunal.

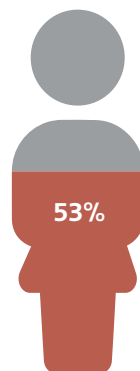
A sequência dos recursos por tipo de conflito, segundo os entrevistados

FAMÍLIA OU SOBA >	POLÍCIA >	TRIBUNAL
<p>Roubos e furtos "simples"</p> <p>Violência doméstica sem "sangue"</p> <p>Discussões em festas, óbitos, casamentos, entre jovens</p> <p>Divórcio conflituoso</p> <p>Abuso sexual de adolescentes</p> <p>Adulterio</p> <p>Fuga à paternidade</p> <p>Bens de herança</p>	<p>Roubos e furtos de bens de valor (animais, material agrícola...)</p> <p>Violência doméstica que envolva 'sangue'</p> <p>Violência entre vizinhos que envolva 'sangue'</p> <p>Abuso sexual de crianças</p> <p>Discussões e guerras de gangs</p> <p>Consumo de drogas</p>	<p>Fuga à paternidade</p> <p>Heranças</p> <p>Ocupações de terras</p> <p>Vendas de património ou bens mal-sucedidas</p>

SATISFAÇÃO COM A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS



78% não ficaram satisfeitos com a resolução dos casos (em primeira e segunda instância)



Mulheres que levaram casos a Tribunal e ficaram satisfeitas

Quer em primeira instância, quer nos casos levados a Tribunal, a maioria dos respondentes declara não estar satisfeito com a resolução dada aos casos em que se viu envolvido(a).

De modo geral, as mulheres entrevistadas são as que declaram menor satisfação com a resolução dada aos casos, em comparação com os homens. Contudo, entre os que leva-

ram casos a Tribunal, a situação inverte-se, sendo as mulheres as mais satisfeitas com o resultado.

As diferenças entre a zona rural e urbana não são significativas, tendo a primeira uma percentagem ligeiramente maior do que a urbana de respondentes satisfeitos com a resolução dos conflitos declarados.



‘O problema maior na direcção do sobado é que lá só tem homens... E quando há problema só tem que ter uma mulher de coragem que possa falar. Às vezes há mulheres separadas com o marido, o marido arrecebe tudo e a mulher vai mesmo assim com os filhos. Em vez de fazer que a mulher fica em casa e ele sai, não, a mulher tem que alugar um quartito para ficar com as crianças, às vezes o quarto molha...a mulher fica mesmo assim a sofrer com os filhos.’

MULHERES SEPARADAS DO SONGO, UÍGE

‘Nas viúvas é mesmo um bocado complicado. A terra é uma maka familiar, cada irmão tem a sua parte. Mas não, quando o outro morre, eles recebem mesmo tudo aquilo onde a mulher pode criar os filhos, os netos. A mulher fica mesmo assim sem saber o que fazer. Se não tiver família que pode agir, lhe ajudar, fica assim.’

MULHERES VIÚVAS DO SONGO, UÍGE

‘Nós nunca entrámos lá, então não sabemos. A parte da justiça é um pouco complicada. Sabemos só o tribunal da Família, a Promoção da Mulher e o Supremo, mas esse já é mais alto, já não é da nossa capacidade. Aqui não sabemos onde reclamar. Você, és filho de camponês, se a polícia não resolver, vais onde?’

MULHERES DO SONGO, UÍGE

‘Às vezes quando há violência doméstica, por falta de informação das mulheres, elas tendem a se fechar e a não comunicar porque a justiça não se faz sentir como tal. Queixam, vêm na casa da pessoa e depois de uma semana está liberado. Não é uma justiça digna de se fazer a essas pessoas... Ela prefere comunicar nos irmãos, eles vêm e fazem violência com as suas mãos’

JOVEM DO CAZENGA, LUANDA

‘Depois da nossa separação eu não me calei. (...) fui até ao Tribunal, bati as portas, entrei, conversamos e fomos mesmo até ao advogado, fomos ouvido e ele disse que podia andar a apoiar as crianças. Mas só apoiou um mês e a partir daquele momento até hoje dá só quando ele quiser’

MULHER DO UÍGE, UÍGE



‘Porque nós, como camponêsa, não temos dinheiro, não temos os valores, temos um problema se vamos ir recorrer no Tribunal não vão nos atender logo, porque não temos os valor’

MULHERES DA JAMBA MINEIRA, HUÍLA

‘Para ir nesses sítios [Tribunal], lá perguntam: lá onde vocês vivem não tem autoridade tradicional? Já resolveram esse problema lá? Então resolvem primeiro lá e depois é que vamos resolver aqui. Primeiro temos mesmo que resolver nas autoridades tradicionais e depois assim é que encaminhamos no tribunal ou na esquadra’

MULHER DE ZONA RURAL, UÍGE



CONSTRANGIMENTOS NO ACESSO À JUSTIÇA

Problemas de funcionamento (recursos humanos, infraestrutura, meios de trabalho) dos órgãos do sistema judiciário, que têm impacto na celeridade e credibilidade dos processos, além de serem, frequentemente, conotados com o poder político (corrupções) e a ele subordinados.

Falta de informação, proximidade, transparência e simplificação da linguagem na interação com os cidadãos, que lamentam a distância a que se colocam os juízes, a falta de diálogo compreensível com as instituições judiciais, o tempo de duração dos processos, a confusão da

legislação relativa à ordem do processo e a corrupção envolvida.

Condicionantes geográfica e econômica do acesso, por causa dos custos de deslocação (transporte e por vezes acomodação) para chegar aos tribunais e aos escritórios dos advogados, quando não se encontram suficientemente próximos; custos com as deslocações dos advogados ao tribunal; custos judiciais e os prazos curtos para pagamento; custo administrativos com o processo e ainda os eventuais custos com tráfico de influências e subornos.

CONCLUSÕES

Apesar dos avanços registados em Angola no desenvolvimento de um quadro legal e de políticas públicas dirigidas para promover e proteger os direitos humanos e a igualdade de género em Angola essa igualdade formal não é suficiente para garantir que as mulheres beneficiem dos

seus direitos. Na prática, são discriminadas e não têm nem as oportunidades, nem a informação ou um sistema de administração da justiça que proteja e reconheça essa igualdade ou que as defenda em situação de violação dos seus direitos.

1. As mulheres consideram como 'normais' os crimes que contra elas são cometidos, não lhes atribuindo gravidade ou culpando-se pelas ocorrências, na medida em que a própria sociedade os desvaloriza e relega para um plano de 'normalidade'. Há desconhecimento e falta de informação entre as vítimas de violência com base no gênero, incluindo a violência doméstica, bem como da população em geral, sobre a legislação e os seus direitos mais básicos, sobre o sistema de justiça, sobre as instâncias de recurso, a mediação e o patrocínio judiciário e mecanismo de proteção em geral.

2. O estudo revela que quando as mulheres lideram os agregados familiares acabam por estar mais envolvidas em situações de conflito, o que se pode explicar pela estigmatização social de que este tipo de agregado familiar é vítima. Mães solteiras ou viúvas são socialmente desconsideradas, tornam-se vítimas preferenciais e, normalmente, enfrentam dificuldades financeiras mais acen-tuadas.

3. A ideia mais comum entre a população, em particular entre as mulheres, é de que a 'justiça' é masculina, é preconceituosa e não é eficiente. O desconhecimento e descrença no sistema judiciário, o complexo aparelho judicial, os seus prazos e excesso de formalismo acabam por produzir efeitos adversos na população, mais sentidos pelas mulheres devido ao seu próprio contexto.

4. O facto da maioria das pessoas que estiveram envolvidas em conflitos não ter recorrido a nenhuma instância para resolução do seu conflito é revelador de que tanto o sistema formal como informal continuam sem responder à maioria da população. De entre o número de pessoas que não recorreu a ninguém para o seu problema, o número de mulheres destaca-se.

5. A maior parte dos conflitos em que as mulheres estão envolvidas são casos de violência com base no gênero (fuga à paternidade, violência doméstica, falta de prestação de alimentos, entre outros).

RECOMENDAÇÕES

1

Reconhecimento, por parte do sistema de justiça da discriminação a que as mulheres estão sujeitas, criando mecanismos e serviços que informem e facilitem o acesso das mulheres à justiça. Tornar o sistema de justiça mais próximo e mais confiável, formando os funcionários sobre questões de género.

2

Proposta para aprovação de indicadores nacionais de acesso à justiça sensíveis ao género (como formação sobre equidade de género a profissionais de justiça e dos órgãos de defesa e segurança; acesso geográfico e económico das mulheres ao sistema de justiça; acesso das mulheres a aconselhamento legal; acesso das mulheres a mediação extrajudicial, entre outros que venham a considerar-se úteis), bem como a recolha regular de dados sobre o desempenho desses indicadores.

3

Proposta de obrigatoriedade de recolha de dados a nível nacional, desagregados por sexo no sector da Justiça. Criar uma base de dados sobre a discriminação, violência doméstica e abuso sexual sobre mulheres e crianças que cruza diferentes fontes institucionais (linhas de atendimento SOS, MASFAMU, serviço de apoio à vítima, Polícia e INAC), de modo a compreender-se a real dimensão do problema e facilitar a criação de mecanismos de prevenção.

4

Sensibilização e formação dirigida às autoridades tradicionais e outros líderes comunitários sobre o quadro legal de violência doméstica, direitos humanos, direitos das mulheres e questões de género de modo a contribuir para a diminuição das práticas tradicionais discriminatórias que afectam a mulher.

EQUIDADE DE GÉNERO

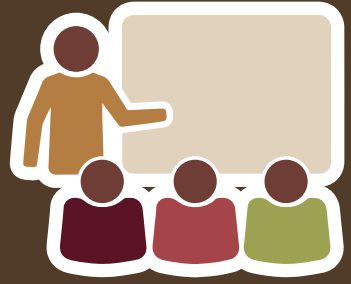
A educação é essencial para o exercício de direitos e, conseqüentemente, para o empoderamento das mulheres. Permite que raparigas e rapazes participem da vida social, económica e política do país e é a base do desenvolvimento de uma sociedade democrática.

Os benefícios sociais e económicos da educação são conhecidos, assim como as vantagens específicas para as raparigas e mulheres.

Mulheres com nível de escolaridade mais avançado tendem a ser mais informadas sobre saúde e nutrição, têm maior poder de decisão sobre a sua vida sexual e reprodutiva, optam por fazer planeamento familiar e os seus filhos são, geralmente, mais

saudáveis. Têm mais oportunidades de participar do mercado de trabalho formal e obter rendimentos mais elevados, o que contribui fortemente para quebrar o ciclo de pobreza.

Apesar da indisponibilidade de dados que permitam avaliar a qualidade do ensino, há várias críticas ao currículo escolar, por manter conteúdos que perpetuam as desigualdades de género nas escolas porque direccionam a rapariga para os deveres de casa ou o cuidar de familiares. Professores, tal como os pais, presos às suas próprias concepções e convicções culturais, transmitem conhecimentos que diminuem o interesse da rapariga na escola e incentivam a sua participação nos deveres domésticos.



NA EDUCAÇÃO

As estratégias que visam melhorar as relações de género no sector da educação devem, portanto, ter uma abordagem combinada de acesso e qualidade da educação. Primeiro é preciso matricular as raparigas e depois mantê-las no sistema escolar.

É ainda necessário que as intervenções no sector da educação sejam acompanhadas por intervenções num quadro mais amplo de sectores. A educação pode ter impacto na vida de raparigas e mulheres, tanto no meio urbano como no rural, mas estas jovens, com acesso à educação, precisam, depois, encontrar um contexto social que lhes permita desenvolver todo o seu potencial.

Em Angola, os dados do último censo populacional de Angola (2014) revelam que metade da população está abaixo dos 15 anos, a maioria do sexo feminino. Os mesmos dados atestam que apenas 52% da população feminina, com 15 ou menos anos de idade, sabia ler e escrever. No acesso e conclusão do nível de escolaridade primário não existem grandes desigualdades de género, no entanto estas são acentuadas na conclusão do ensino secundário.

No geral, a taxa de alfabetização ainda é considerada baixa tanto, para homens como para mulheres, mas as mulheres aparecem sempre em desvantagem. As diferenças são igualmente significativas, entre as zonas urbanas e rurais.

PERFIL DE EDUCAÇÃO NAS ZONAS DO ESTUDO

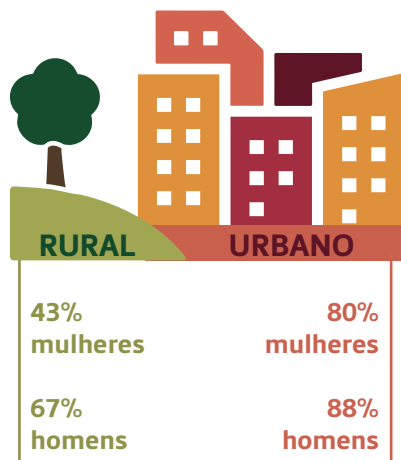
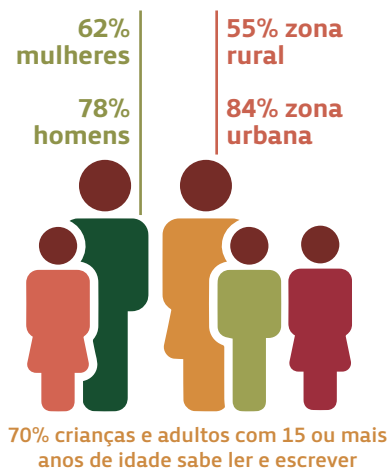
As disparidades de género apresentadas neste relatório reflectem a taxa de desistência escolar, calculada com base em 12 anos de escolaridade, que representa a diferença entre as crianças dos 6-17 anos que alguma vez se matricularam, mas que não estão a frequentar a escola e, sobre essa taxa, foi também analisada a diferença de géneros.

Neste estudo, considera-se quatro anos como requisito mínimo para tornar-se alfabetizado e reter esses ganhos na idade adulta. Portanto,

as conquistas da educação primária, neste relatório, aplicam-se a crianças e adultos que concluíram com êxito, a 4ª classe. A análise da alfabetização de adultos é definida como a capacidade de uma pessoa, com 15 ou mais anos, ler e escrever uma afirmação simples em português.

Foi analisada para esta análise uma amostra de 13 822 pessoas, nas províncias do estudo, com 15 ou mais anos de idade.

POPULAÇÃO COM 15 OU MAIS ANOS QUE SABE LER E ESCREVER



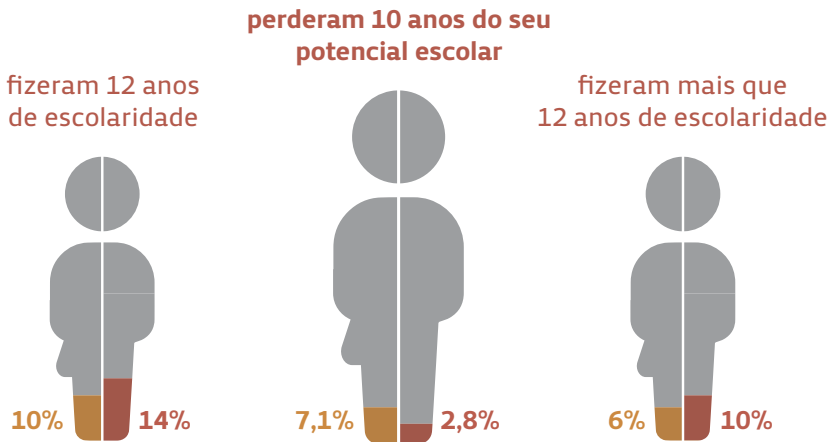
Apesar do progresso na taxa de alfabetização e em termos de acesso ao ensino, as diferenças nas taxas de alfabetização entre as zonas rurais e urbanas, continuam consideravelmente altas.

Entre os municípios mais rurais do estudo (Songo, Cubal, Katchiungo,

Jamba e Gambos) destaca-se a taxa de literacia de Gambos com apenas 41%.

Em termos de género, as mulheres são desproporcionalmente menos alfabetizadas do que os homens, principalmente nas zonas rurais.

POTENCIAL ESCOLAR NÃO REALIZADO ENTRE A POPULAÇÃO ADULTA (+17)



Os dados mostram que as mulheres atingem níveis de escolaridade mais baixos do que os homens. Mais homens que mulheres conseguiram concluir os 12 anos de escolaridade, no período regulamentar. Ainda menos mulheres estudaram mais de 12 anos de escolaridade. O potencial perdido é mais alto para as mulheres.

Estas diferenças reflectem-se na perda de oportunidades de emprego ou de negócios, de formação mais especializada, de direitos, de capacidade de conexão e participação social, de decisão autónoma, de assumir posições de liderança nas organizações sociais, de acesso à formação e à justiça.

ACESSO A EDUCAÇÃO PARA CRIANÇAS DOS 6-17 ANOS

ENTRADA NA PRIMEIRA CLASSE NA IDADE CERTA (6 ANOS)



88,3% raparigas
95,8% rapazes
entraram na primeira
classe na idade certa

45% raparigas
e rapazes
entraram
antes da idade

76,4% raparigas
78,4% rapazes
entraram na primeira
classe na idade certa

34,5% raparigas
24,3% rapazes
entraram
antes da idade



Uma quantidade elevada de crianças, tanto raparigas como rapazes, nas zonas rurais e urbanas, entraram para a primeira classe mais cedo do que a idade regulamentada. Isto pode ter a ver com alguma imprecisão na interpretação do pré-escolar ou início do ensino primário entre os respondentes, além do facto de algumas escolas receberem crianças antes dos seis anos.

Independentemente dessas razões, estimamos que menos raparigas que rapazes, nas zonas rurais, entraram para a primeira classe na altura certa. A entrada no primeiro ano escolar, com a idade certa, nas zo-

nas urbanas é mais alta do que nas zonas rurais, tanto para raparigas como para rapazes.

Relativamente ao atraso no início da entrada para a primeira classe, ressaltam diferenças significativas entre zonas. Nas zonas rurais, além de um maior atraso, há também diferenças entre raparigas e rapazes. Argumenta-se, porém, que quando o atraso é de 1 ano nas zonas rurais, pode não ser atribuído à ausência de serviços, mas sim à percepção dos pais sobre a idade fisiológica correcta para frequentar a escola, fazendo com que a criança entre ligeiramente mais tarde.

FREQUÊNCIA ESCOLAR NO ANO DO INQUÉRITO (2019-2020)



Crianças dos 6 aos 17 anos frequentaram a escola em 2019

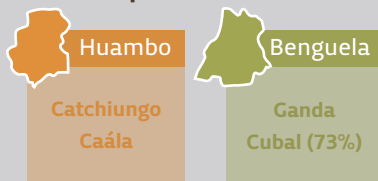
Apesar de haver taxas altas gerais, em alguns municípios nem todos alcançaram a paridade de género no ano de referência neste grupo etário.

A percentagem geral de crianças dos 6 aos 17 anos, da população da amostra, a frequentar a escola no ano do inquérito, foi estimada em 83,6% para raparigas e 86,6% para os rapazes, com alguma diferença entre municípios.

Catchiungo, Caála e Ganda apresentam taxas de frequência escolar mais baixas, sendo Cubal o município com a taxa mais baixa de todas. Os municípios com taxas de frequência de raparigas mais altas são o Songo, Lubango, Viana. Luanda destaca-se com a taxa mais alta de todas. Os restantes municípios situam-se numa posição intermédia.

Apesar de haver taxas altas gerais, em alguns municípios nem todos alcançaram a paridade de género no ano de referência neste grupo etário.

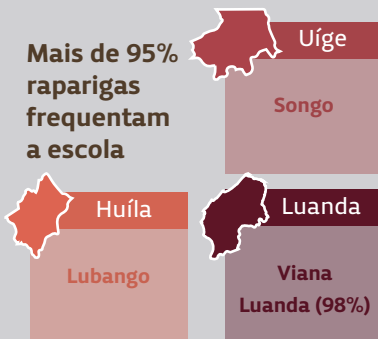
Menos de 80% raparigas frequentam a escola



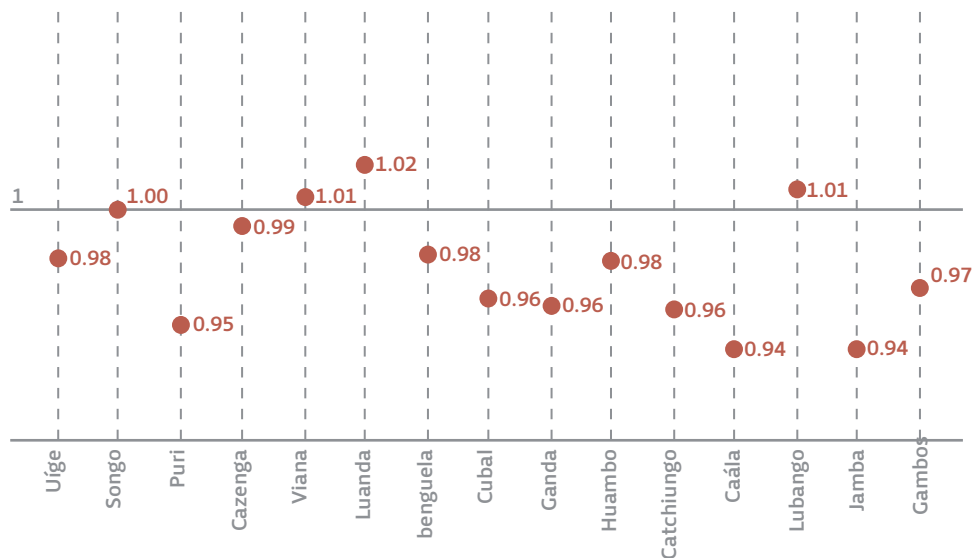
80 a 84% de raparigas frequentam a escola



Mais de 95% raparigas frequentam a escola



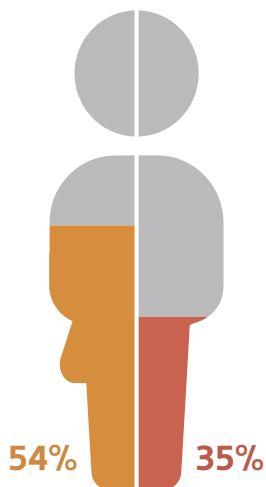
DESIGUALDADE DE GÉNERO ENTRE CRIANÇAS DOS 6-17 ANOS RELATIVAMENTE À FREQUÊNCIA ESCOLAR EM 2019, POR MUNICÍPIO



A maioria dos municípios situa-se abaixo da linha de referência. Destacam-se nesses cálculos os municípios do Lubango, Luanda, Viana, com um número superior de raparigas a frequentar a escola e também, o Songo, onde se regista paridade de género na frequência escolar.

A partir do ensino secundário, as raparigas se distanciam dos rapazes. É precisamente, aos 15 anos que se começa a verificar aumentos significativos na taxa de desistência das raparigas.

TAXA DE DESISTÊNCIA DE RAPARIGAS E RAPAZES DOS 6-17 ANOS



Quando as raparigas e mulheres têm acesso apenas ao ensino fundamental (de base), elas mantêm-se não apenas incapazes de participar activamente, na vida social da comunidade, mas também, politicamente impotentes e com reduzidas oportunidades de empoderamento económico. Além disso, um baixo número de raparigas a concluir o ensino médio, reduz a probabilidade de que venham a existir mais professoras e directoras de escolas para ensinar raparigas e rapazes e servir como modelo de mulher profissional e líder.



‘Eu não faço prioridade, vai quem estuda bem, mas só o caçula [filho mais novo, com 8 anos] que não estuda, ele não está maduro’

**MULHER LUBANGO,
HUÍLA**

‘Na escola pedem mesmo os documentos, mas às vezes a criança ainda tem um corpo assim pequeno e não tem aquela responsabilidade de ir na escola, então lhe deixamos ainda em casa até estar pronto’

HOMEM, JAMBA MINEIRA, HUÍLA



DESISTÊNCIAS E ABANDONO ESCOLAR ENTRE RAPARIGAS DOS 6-17 ANOS

Em todos os municípios da pesquisa, as raparigas enfrentam desafios únicos no acesso e permanência no sistema de ensino. Apesar dos esforços do governo, no sentido de aumentar a disponibilidade de salas de aulas, incluindo nos municípios com características mais rurais, persistem disparidades de género significativas depois do ensino primário, o

que resulta invariavelmente, numa desigualdade maior na aquisição de habilidades profissionais.

As barreiras à educação das raparigas são amplas e interligadas, mas poucas escolas e administrações municipais abordaram os factores que levam milhares de raparigas a abandonar a escola.

PRINCIPAIS RAZÕES PARA O ABANDONO ESCOLAR ENTRE RAPARIGAS DOS 6-17 ANOS, POR ZONAS

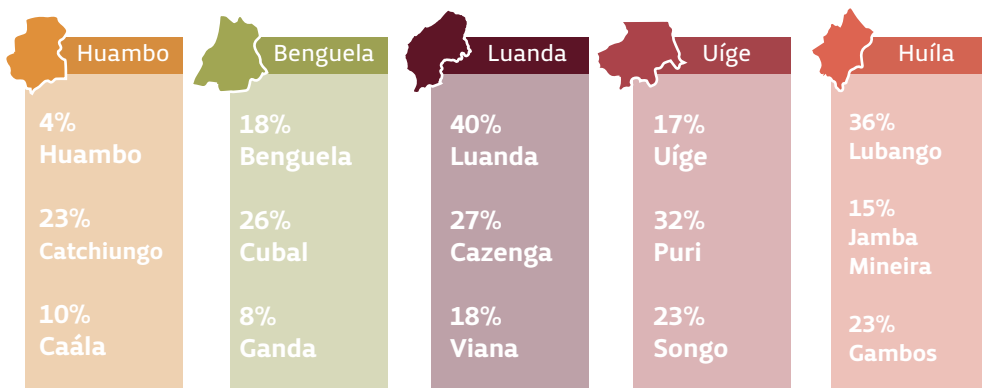


GRAVIDEZ ENTRE ESTUDANTES ADOLESCENTES

A gravidez é uma barreira para a continuidade dos estudos e, muitas vezes, uma causa do abandono escolar. Vários estudos demonstraram que quanto mais tempo uma rapa-

riga permanece na escola, menor a probabilidade de se casar precocemente e/ou engravidar durante a adolescência.

PERCENTAGEM DE RAPARIGAS DE DEIXOU DE ESTUDAR POR MOTIVOS DE GRAVIDEZ POR MUNICÍPIO



As principais causas da gravidez na adolescência, apuradas em entrevistas a um número reduzido de profissionais da educação, incluem a exploração e abuso sexual, o baixo nível de renda dos agregados familiares, a falta de informação sobre sexualidade e saúde reprodutiva e a falta de acesso a serviços como planeamento familiar, particularmente

nas zonas rurais. Contudo, os dados apontam para uma incidência maior da desistência escolar por gravidez nas zonas urbanas do que nas rurais. Nenhum dos rapazes entrevistados abandonou a escola por questões ligadas a gravidez precoce - um forte indicador social de género, já que o peso da gravidez recai apenas na rapariga envolvida.

O estigma em torno do sexo e gravidez na adolescência

Em muitas províncias, o pessoal da educação e da saúde frequentemente envergonha, estigmatiza e, às vezes, isola as raparigas adolescentes que têm uma gravidez precoce e indesejada. Alguns educadores usam argumentos baseados na moralidade para excluir raparigas grávidas e mães jovens dos turnos de ensino diurno porque consideram que permitir que continuem os estudos,

tornaria a gravidez nas escolas uma norma, absolveria as raparigas da ‘punição’ e, incentivaria mais raparigas a engravidar.

Surpreendentemente, o argumento da moralidade aplica-se apenas às raparigas e não aos rapazes, que, igualmente responsáveis pela gravidez, não deixam de estudar para assumir a responsabilidade de pais.

Défice de informação e educação sobre sexualidade e saúde reprodutiva para adolescentes

Desde tenra idade, muitas crianças são expostas a ideias conflituosas ou negativas sobre sexualidade em casa ou na escola. Durante a puberdade, famílias, comunidades e escolas podem impor expectativas carregadas de estereótipos, comportamentos e padrões de moralidade, que podem impedir que as crianças façam perguntas, mas não as impede de experimentar e acabam por iniciar a vida sexual muito cedo, sem maturidade física e emocional.

A maioria das escolas nos municípios estudados, não oferece serviços de saúde sexual e reprodutiva acessíveis e confidenciais para adolescentes. Adiciona-se a isso o facto de que o aborto na adolescência não é consensual e devidamente abordado na sociedade angolana, o que significa que as raparigas com gravidez

não planeada ou levam a gravidez até o fim ou optam por abortos clandestinos e inseguros. As adolescentes, não recebem apoio e serviços adequados durante a gravidez nem depois do parto. A gestão escolar, muitas vezes, nega o acesso de raparigas grávidas à escola, sob a premissa de que deixam de ser crianças assim que engravidam.

Os directores e professores das escolas na Caála, Catchiungo (Huambo) e do distrito da Samba (Luanda), reconhecem os desafios que as raparigas grávidas enfrentam, e consideram que o estigma e o bullying, por parte de alunos e professores, devem ser tratados para assegurar um ambiente de aprendizagem seguro, onde raparigas grávidas e lactantes disponham de salas de amamentação e de aconselhamento.

ESTEREÓTIPOS DE GÉNERO E OBRIGAÇÕES DOMÉSTICAS

Os estereótipos de género que reduzem o papel da mulher à esfera familiar, sustentam todos os obstáculos ao acesso igualitário das raparigas à educação de qualidade. Desde tenra idade, as raparigas são ensinadas a assumir responsabilidades domésticas e a cuidar da família. As tarefas que desde logo, são obrigadas a

executar (cuidar dos irmãos, tarefas domésticas, trabalho sazonal, busca de lenha e água, transumâncias de gado), comprometem o tempo de estudo, sobretudo em ambientes remotos e rurais. Ausentam-se ainda por causa de rituais tradicionais de iniciação.

Os estereótipos ditam expectativas diferentes para raparigas e rapazes e afectam, por exemplo, as escolhas das disciplinas académicas e profissionais no futuro. As raparigas não são incentivadas a seguir carreiras profissionais altamente valorizadas e, maioritariamente, dominadas por homens.

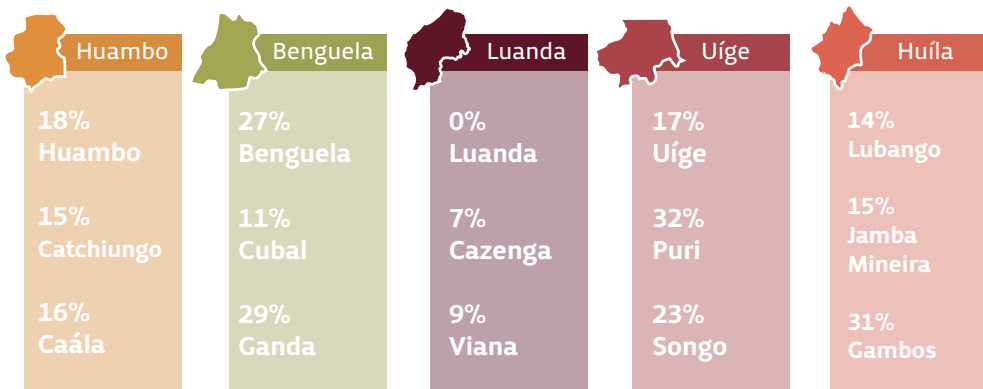
A permanência das raparigas nas escolas pode ajudar a desconstruir estereótipos e normas de género que prejudicam e têm impactos duradouros e marcantes em todos os aspectos da vida.

Profissionais do sector da educação em Luanda e no Huambo, reforçam a necessidade de desenvolver uma abordagem concertada, a nível do sector, para promover carreiras para raparigas em disciplinas menos “tradicionais”.

Por outro lado, as crenças estereotipadas, não só dos professores, mas também dos pais e líderes comunitários, sobre a importância e o valor da educação para raparigas devem ser desafiadas.

AUSÊNCIA DE SERVIÇOS (ESCOLAS E PROFESSORES)

PERCENTAGEM DE RAPARIGAS QUE DEIXOU DE ESTUDAR POR AUSÊNCIA DE SERVIÇOS



Disponibilidade de escolas próximas dos bairros/aldeias

Quando as escolas estão longe de casa, como acontece em áreas rurais e remotas, a frequência escolar entre raparigas diminui. Por questões de segurança, os pais são relutantes em permitir que as raparigas viajem longas distâncias sozinhas. Mas mesmo quando a escola está mais próxima, a qualidade da infra-

-estrutura e a educação oferecida, têm impacto na frequência e conclusão dos estudos das raparigas.

Nas zonas urbanas, a distância para a escola também pode constituir um dilema, sobretudo para as raparigas, devido à delinquência nos bairros.

Condições das infraestruturas escolares

A frequência escolar das raparigas também é condicionada pelas escolas, maioritariamente sem água, casas de banho separadas e seguras. A maioria falta às aulas todos os

meses, durante o período menstrual (5 a 8 dias), poucas raparigas têm acesso a pensos higiénicos e se a escola não tem instalações sanitárias, são obrigadas a ficar em casa.

Atitude e nível de conhecimento dos professores sobre género

Vários entrevistados enfatizaram a necessidade de formar sobre género. Apesar de existirem directrizes do MASFAMU, para integrar as questões de género como regra em todos os sectores, a resistência dos professores às questões de género, foi apontada como uma grande preocupação.

A igualdade de género é um conceito conhecido apenas pelo nome e/ou é interpretado como paridade de género nos principais indicadores, tais como, a taxa de matrícula, de frequência, de aprovações e de

abandono escolar. A maior parte dos professores nunca ouviu falar de metodologias de ensino sensíveis ao género e nem os formadores de professores são versados no tema. A baixa qualificação dos professores também afecta negativamente uma pedagogia sensível ao género. A necessidade de mudar a mentalidade, atitudes e comportamento dos professores foi realçada nas entrevistas com os profissionais da educação. Contudo, não foram avançadas sugestões objectivas sobre “como fazer”.

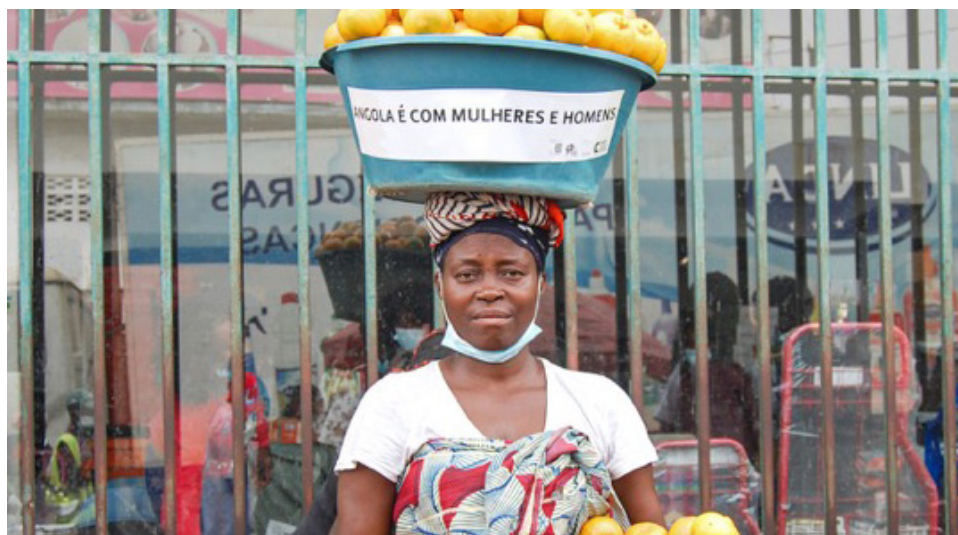
FALTA DE RECURSOS

Nos 15 municípios incluídos no estudo uma em cada quatro raparigas, não concluiu a sua formação por falta de recursos no agregado familiar. Ao contrário da disponibilidade de serviços, que afecta mais raparigas nas áreas rurais, a falta de recursos pesa mais sobre as famílias nos centros urbanos. Uma percentagem maior de raparigas nos municípios mais urbanos deixou de estudar por falta de recursos.

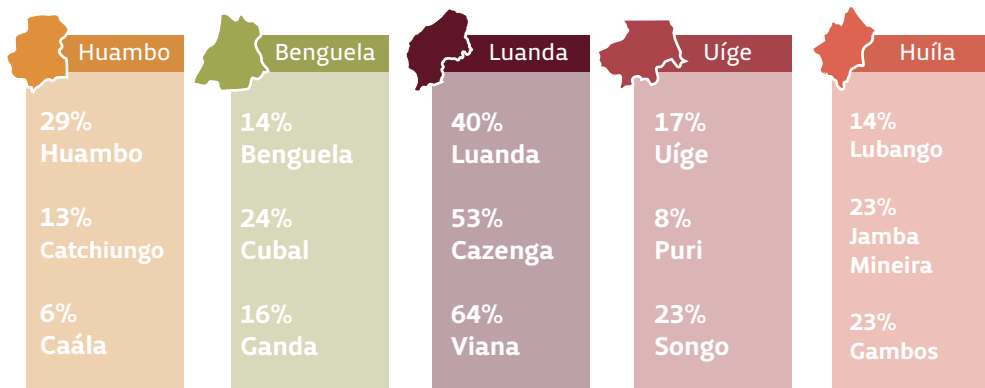
Tanto raparigas como rapazes têm que trabalhar para contribuir financeiramente para a família, mas são as raparigas que ficam em casa a ajudar as mães nas tarefas domésticas e no cuidado dos irmãos mais novos. Prevalece a percepção de que os rapazes não são prejudicados da mesma forma nas zonas urbanas nem nas rurais.

Enquanto as raparigas nos bairros periféricos das cidades começam a trabalhar nos mercados informais desde cedo, as suas companheiras nas zonas rurais estão ocupadas com actividades agrícolas. Por isso, mandar os filhos para a escola secundária longe das zonas de residência (por vezes noutros municípios ou províncias) implica custos de oportunidade que as famílias pobres não podem pagar.

Além disso, a escola secundária também implica custos directos para, por exemplo, matrículas, emolumentos, material escolar, folhas de prova, uniforme e transporte, despesas que as famílias de baixa renda não podem pagar. Além do ensino secundário público não ser inteiramente gratuito, muitas raparigas (e rapazes) teriam que estudar em escolas privadas por falta de vagas nas escolas públicas.



PERCENTAGEM DE RAPARIGAS DE DEIXOU DE ESTUDAR POR FALTA DE RECURSOS NO MUNICÍPIO



VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

As raparigas sofrem, frequentemente, violência de género no caminho de e para a escola, incluindo assédio sexual, agressão, sequestro, ataques psicológicos e bullying, perpetrados predominantemente por estudantes, professores e membros da comunidade do sexo masculino, muitas vezes de modo impune. Casos documentados de ataques contra raparigas a frequentar a escola são reportados um pouco por todo o país, com maior incidência nos centros urbanos, onde o recurso à brigada policial escolar tem sido necessário.

Nas entrevistas aos profissionais de educação foram mencionadas várias iniciativas para atenuar o problema da violência baseada no género, incluindo o monitoramento escolar confidencial dos professores, registos públicos de agressores sexuais nas unidades de polícia, capacitação para educadores sobre aplicação da lei de protecção e desenvolvimento integral da criança e serviços de reabilitação para vítimas. Contudo, essas iniciativas têm muito pouca sustentação.

‘São os rapazes que usam mais a delinquência...meninas não...os rapazes ficam aí no bairro não estudam, não tem empregos, bebem, má vida, fumam, assaltam, matam e violam mulheres...’

MÃE DO LUBANGO, HUÍLA

‘A minha filha estuda lá na cidade, dorme lá. Não vem aqui desde que tentaram lhe violar. Que lhe valeu foi um moço daqui que vinha com ela.’

MÃE DO LUBANGO, HUÍLA

‘Esse ano [2020] os meus dois filhos que estavam a estudar não estudam mais. Eu estou sozinha, a comida aumentou, a casa é no aluguer e o dono disse porque tem que aumentar a renda porque tudo aumentou, vou fazer como? A menina parou já na 5^a e está a vender comigo, agora o mais novo também não consigo pagar todas as coisas que pedem...na escola privada? Se nem na escola pública estou a aguentar, ah!’

MÃE SOLTEIRA DE VIANA, LUANDA

‘É vergonha na família, o pai começa já a dizer que a responsabilidade é tua porque não lhe educaste bem. Muitas não vão mais na escola quando a família descobre a barriga. Depois quando sai o nené, tem que lhe criar, vai na escola como?’

MULHERES DO LUBANGO, HUÍLA

‘Vai ficar mesmo assim; vou lutar tratar os documentos e depois vou deixar as minhas filhas ir na escola para lhes matarem no caminho? A mais velha disseram que através da idade só pode estudar à noite, o mano sabe que nesse bairro se você anda depois das 6 [18 horas] é só rezar a Deus para conseguir chegar em casa.’

MÃE DO CAZENGA, LUANDA

‘Terminam o médio, não tem faculdade ou não consegue pagar... muitos estão aí a tentar biscates para guardar dinheiro e continuar, mas é difícil’ ou ‘Também há irmãos que são encarregados de educação porque são eles que tomam conta dos irmãos menores, trabalham para todos os irmãos e pagar a escola de todos não alcança.’

MULHERES DO LUBANGO, HUÍLA

CONCLUSÕES

A educação é um sector central para a análise da desigualdade de género como potencial indicador do acesso ao emprego formal, oportunidades de crescimento profissional e autonomia financeira.

Apesar das melhorias no acesso ao ensino e também na paridade de

género nas gerações mais novas, existem ainda lacunas e muitos desafios para alcançar uma equidade de género que vá além das taxas do número de inscritos desagregadas por sexo, pois urge promover a consciência de género neste sector para viabilizar o acesso e o avanço escolar das raparigas.

1. No ensino primário, os dados indicam que se melhorou o objectivo da paridade de género, de onde se pode inferir que há maior consciência familiar relativamente à importância de inscrever as meninas na escola. No entanto, verifica-se que há maior taxa de abandono escolar entre raparigas, a partir dos 15 anos, o que resulta que menos mulheres concluem o percurso escolar. Esta perda de potencial escolar, por parte das raparigas, tem repercursões no acesso a emprego formal, na autonomia de decisão em diferentes áreas da vida jovem e adulta, participação na vida social e outras.

2. O desequilíbrio de género mais acentuado localiza-se nas zonas rurais. Embora os dados mostrem pouca resistência à educação de raparigas em qualquer um dos

15 municípios, os rapazes continuam a ter prioridade por razões sociais e económicas.

3. As causas de desistência escolar têm interferência de questões de género, pois podemos constatar que, apesar de haver causas comuns entre rapazes e raparigas para desistirem da escola, há factores que contribuem apenas para o abandono escolar de raparigas, como a gravidez precoce e encargos e responsabilidades domésticas.

4. Dentro da análise de género proposta pelo Quadro Conceptual utilizado no presente estudo e relativamente à temática da Educação, podemos avaliar que está ainda situada no nível do Acesso, o que nos permite classificar o nível de equidade como baixo, já

que a Educação pode trazer enormes ganhos para os níveis de Participação e Controle, que ainda não alcançou.

5. O alcance de equidade, ao nível da Educação, não pode ser apenas medido por indicadores quantitativos, pois é necessário implementar mudanças nos currículos (por exemplo, aplicabilidade e adaptação de temas como educação sexual e reprodutiva) e

incluir a temática de Género na formação de professores.

6. O sector da Educação é chave, por permitir alcançar mudanças sociais no espaço de uma geração, mas necessita trabalhar em complemento com outros sectores, já que a permanência das raparigas, nas escolas, depende também de outros factores como a segurança, pobreza, costumes e tradições e outros.

RECOMENDAÇÕES

1

Integrar a consciencialização sobre género na formação de professores, tanto nas formações de base, como nas formações ao longo da vida, incluindo avaliações.

2

Adoptar/adaptar currículos escolares e materiais didáticos que reconhecem as necessidades tanto de raparigas como de rapazes.

3

Disponibilizar casas de banho separadas e com infraestruturas adequadas, como água corrente.

4

Permitir acesso preferencial a raparigas, especialmente no ensino superior.

5

Combater a violência de gênero e o assédio sexual e rever as políticas em relação ao acesso à escola de grávidas e mães adolescentes, nomeadamente através de posicionamento explícito do Ministério da Educação quanto ao tratamento a dar às raparigas que engravidam durante o seu percurso escolar.

6

Assegurar orçamento suficiente alocado à educação primária e secundária.

7

Assegurar a existência de um número de escolas suficientes fisicamente acessíveis.

8

Apoiar e promover iniciativas específicas para as raparigas de famílias mais pobres e nas áreas rurais.

9

Considerar a igualdade e equidade de gênero como dimensão integral do ensino e da aprendizagem.

10

Assegurar a monitoria e colheita de informações fidedignas a nível local, a fim de desenvolver políticas de educação de boa qualidade e práticas que tratem raparigas e rapazes como iguais.

11

Realização de campanhas com diversas abordagens e temas e que foquem no processo em causa.

12

Criação de iniciativas com tempo e recursos financeiros alocados, para promover a educação de raparigas.

13

Monitorar o processo através de instrumentos específicos, como orçamentos sensíveis ao género e que refletem as necessidades diferentes de raparigas e rapazes.

A FACE MASCULINA

A saúde materno-infantil e reprodutiva inclui o direito da mulher ter filhos com segurança e de decidir, livremente, se os quer, quantos e quando. O controlo sobre estas decisões pode determinar as oportunidades que as mulheres, e os seus filhos, terão ao longo da vida.

A qualidade e o acesso aos cuidados de saúde maternos estão entre os indicadores de protecção dos direitos humanos das mulheres, no entanto, a questão do género é frequentemente negligenciada no sistema de saúde.

Em Angola, os indicadores sobre equidade de género no sector da saúde foram estabelecidos segundo a incidência das Taxas de Mortalidade Materna. São indicadores impor-

tantes para determinar o estado de desenvolvimento social em termos gerais, mas oferecem uma perspectiva limitada das relações de género e os seus efeitos no acesso aos serviços de saúde materna e no poder de decisão das mulheres sobre a sua própria saúde reprodutiva.

O Índice de Igualdade de Género (IIG), na dimensão de saúde reprodutiva, estabelece apenas dois indicadores (taxa de mortalidade materna e percentagem de mulheres adolescentes com filhos), mas o quadro de análise fica incompleto se não se analisarem factores complementares como a taxa de fecundidade, o acesso às consultas pré-natais e o local efectivo dos partos. Os dois últimos são muito influenciados pela relação de género no agregado fa-



DA SAÚDE MATERNA

miliar e, por esse motivo, deveriam constar da matriz de indicadores a monitorar nos relatórios de estatística nacional.

As recentes tendências das políticas de saúde pública referentes à prestação de serviços de saúde materna, por um lado, procuram aumentar a oferta desses mesmos serviços, e por outro, aproximar os serviços da comunidade. Mas uma intervenção ao nível das políticas públicas de saúde, direccionada para as mulheres, deve integrar as relações de género, requer a identificação das necessidades específicas de saúde e exige um trabalho conjunto de homens e mulheres, focado na melhoria do poder de decisão das mulheres e do acesso aos recursos relacionados com a saúde sexual e reprodutiva.

As abordagens à saúde sexual e reprodutiva deixaram, por isso, de ser centradas na mulher e passaram a ser no casal. Estudos em vários países que constataram uma associação positiva entre a participação do parceiro nas consultas de saúde pré-natal e o reconhecimento por parte das mulheres dos sinais de perigo durante a gravidez. Estes estudos revelam ainda evidências de redução significativa de casos de depressão pós-parto.

Esta pesquisa* procura desvendar como as relações de poder entre homens e mulheres criam injustiças no acesso aos recursos de saúde e na tomada de decisão sobre a saúde materna, sexual e reprodutiva.

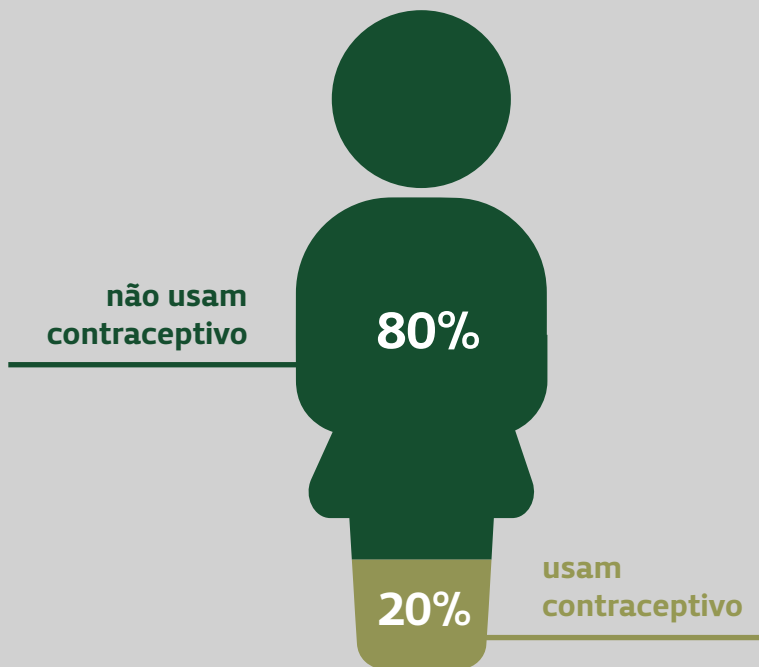
*As perguntas sobre saúde materna foram dirigidas apenas às mulheres – líderes de agregado ou cônjuges. Contudo, não foi possível encontrar todas as mulheres em casa, na altura do inquérito e, por esse motivo, a análise neste módulo aplica-se a uma sub-amostra de 60,2% das mulheres da amostra total.

CONTROLO SOBRE O PLANEAMENTO FAMILIAR

A importância de considerar o acesso aos contraceptivos como um dos indicadores do empoderamento da mulher, reflecte-se no controlo das decisões de planeamento familiar.

Os dados deste inquérito mostram como a precariedade no acesso aos anticoncepcionais é, muitas vezes, influenciada pelas relações de poder dentro do agregado familiar.

USO DE CONTRACEPTIVOS POR MULHERES EM IDADE REPRODUTIVA





MULHERES QUE USAM CONTRACEPTIVOS (POR ZONA E POR PROVÍNCIA)



39% URBANA
(37% rural)



37% URBANA
(14% rural)

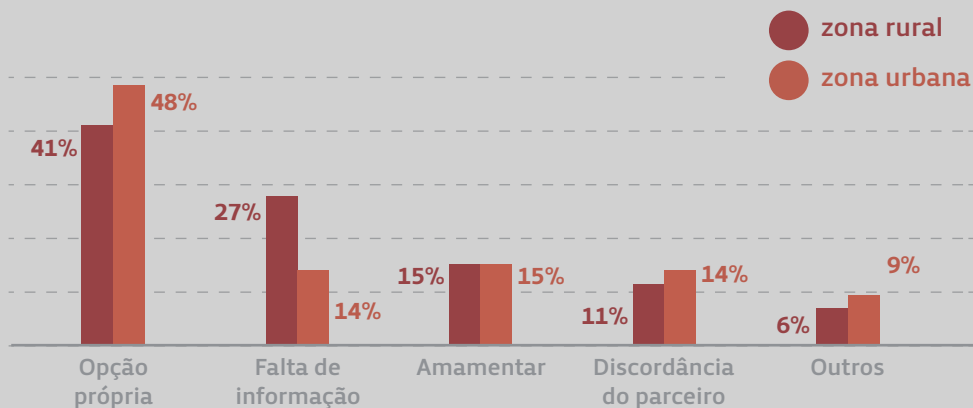


15,7% URBANA
(9,5% rural)

O uso de contraceptivos nos municípios incluídos no estudo, ainda é muito baixo, sendo mais baixo nas zonas rurais, comparativamente às urbanas. A quantidade de mulheres que usam ou não contraceptivos é equivalente nas províncias do estudo, destacando-se apenas Luanda, que concentra a maior percentagem de mulheres que os usa.

Em todas as províncias há uma maior frequência de mulheres que usam estes métodos nas zonas urbanas. Huíla, apresenta uma percentagem nas zonas rurais que se distingue do resto das províncias, com excepção de Luanda, onde o rural e o urbano têm praticamente o mesmo peso. A seguir à província de Luanda são as mulheres nas zonas urbanas de Huíla as que mais se destacam no uso de contraceptivo, em contraste com o Uíge, que registou os níveis mais baixos.

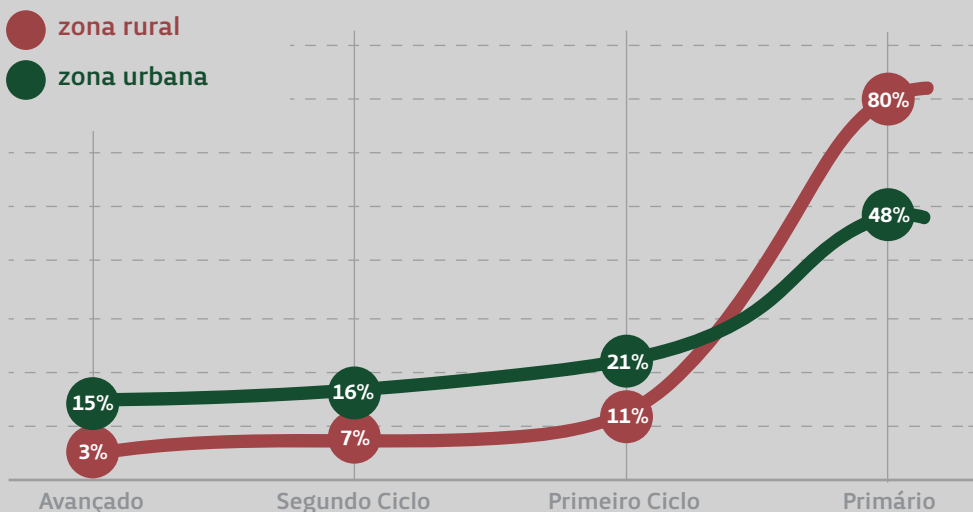
PRINCIPAIS RAZÕES QUE LIMITAM A PRÁTICA DE PLANEAMENTO FAMILIAR (Mulheres em Idade Reprodutiva)



Não usar contraceptivos “por opção própria”, foi a resposta mais frequente das mulheres, tanto em áreas urbanas como rurais. No entanto, há que ter em conta a influência das normas culturais e sociais que desencorajam esta prática.

As mulheres transmitem o sentimento de que a oposição do parceiro, nem sempre expressa verbalmente, está na base da fraca adesão a métodos contraceptivos.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Quanto menor o nível de escolaridade da mulher, maior o peso da oposição dos homens no que concerne ao uso de contraceptivos. A relação entre estas duas variáveis ocorre com maior incidência nas zonas rurais.

O nível de educação, que apresenta diferenças significativas entre zonas, parece influenciar fortemente esta razão - quanto menor o nível de escolaridade da mulher, maior o peso da oposição dos homens no que concerne ao uso de contraceptivos. A relação entre estas duas variáveis ocorre com maior incidência nas zonas rurais.

A falta de acesso à informação sobre métodos de planeamento familiar foi indicada principalmente por mulheres nas zonas rurais, já que nas zonas urbanas há mais acesso aos serviços e informação.

Houve ainda vários relatos que descreveram situações, na primeira pessoa, de mulheres que tentaram

recorrer aos serviços de planeamento familiar e se viram impossibilitadas de ter acesso a meios contraceptivos por diferentes motivos, dependendo da situação da mulher que procurou os serviços:

- **Mulheres solteiras:** que os serviços só estão disponíveis para casadas
- **Mulheres casadas que nunca tiveram filhos:** que só têm direito de acesso a métodos contraceptivos depois de terem tido, pelo menos, o primeiro filho
- **Mulheres casadas já com filhos:** que os maridos devem comparecer e só com a autorização deste é que têm acesso a métodos contraceptivos

PERCEÇÃO DO PARCEIRO SOBRE O USO DE CONTRACEPTIVOS

Ao analisar a percepção dos homens sobre o uso de contraceptivos conclui-se que existem “crenças” relacionadas com os efeitos adversos à saúde das mulheres ou à saúde em geral das crianças, resultantes desta forma de planeamento.

As preocupações dos homens sobre os efeitos colaterais dos contraceptivos são normalmente associados à menstruação prolongada, mudanças no peso ou na lubrificação vaginal durante a relação sexual. Efeitos colaterais mais graves, como hiper-

tensão e ‘fraqueza nos membros’, o desenvolvimento de infecções ou miomas nos órgãos reprodutivos das mulheres, foram referidos por homens em zonas urbanas, onde demonstraram algum nível de acesso à informação, mas não necessariamente experiência adquirida por vivência própria.

O medo da infertilidade foi outra das preocupações expressas tanto por homens como por mulheres, nos grupos focais e foi comum em quase todas as idades.

‘Negocieei um dia com o meu marido que lhe pagaria o vencimento dele diário, o que é mais ou menos kz 7 000, no trabalho de táxi, em troca de me acompanhar na consulta de planeamento familiar. Fiz isso porque ele descobriu que eu tinha apanhado injeção, decisão que tomei sem lhe consultar. Na consulta no hospital do Kapalanca, o meu esposo disse ao médico que eu estava doente por causa da injeção e precisava de ser curada para voltar a engravidar – já íamos no quinto filho – felizmente todos saudáveis.... Mas eu não aguentava mais com as subidas da pressão arterial e diabetes derivadas do último parto. Acho que o meu esposo gosta mesmo de mim, mas insistia que a tensão alta devia-se aos meus berros quando chega tarde a casa, não admitia que era uma consequência do último parto, até o doutor lhe explicar bem!’

**MULHER DE 35 ANOS,
COM A 9ª CLASSE
DE ESCOLARIDADE,
RESIDENTE EM VIANA,
LUANDA**



‘Alguns controlos de natalidade destroem óvulos reprodutivos e outros deixam as mulheres doentes. A injeção torna as mulheres muito gordas e as pílulas queimam óvulos reprodutivos.’

**HOMEM DE 32 ANOS COM
2 FIHOS, LUBANGO, HUÍLA**

‘Porque só Deus que vai definir quando deve parar de ter filhos. Vamos receber todos os filhos que Deus nos der... é por isso que não concordo com a prática de muitas meninas hoje de travarem a fertilidade por essa via dos médicos.’

**MULHER, 41 ANOS E 7
FILHOS, CAÁLA, HUAMBO**

PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS NOS CUIDADOS DE SAÚDE PRÉ-NATAL

Do ponto de vista das relações de género, a questão não se limita ao acesso às consultas pré-natais - sendo esta condição necessária, não é suficiente para assegurar um bom resultado, tanto para a mãe como

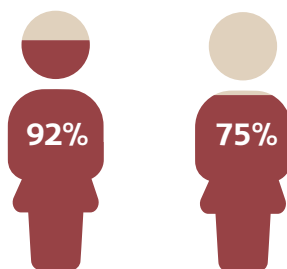
para o bebé. A participação e o envolvimento dos parceiros têm uma influência determinante na gravidez, no parto e na saúde materna em geral.



Consultas em zonas:

urbanas

rurais

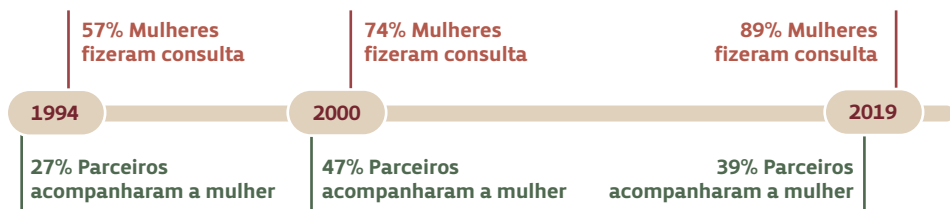


Em termos gerais, 84% das mulheres que responderam ao inquérito, tiveram acesso a, pelo menos, uma consulta pré-natal na última gravidez e apenas 39% dos homens acompanharam as mulheres.

até 2019, data em que as mulheres inquiridas reportaram o último parto. Já o acompanhamento dos homens às consultas não teve a mesma progressão.

O acesso ao serviço tem aumentado ao longo dos anos, substancialmente a partir do ano 2000, progredindo

Mais mulheres fizeram consulta nas zonas urbanas que nas zonas rurais.



SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS HOMENS

Apesar de não haver uma posição clara sobre o encorajamento à participação masculina nos cuidados pré-natais, neste estudo, existem evidências qualitativas de que as mulheres obtiveram melhores resultados na procura dos cuidados de saúde quando acompanhadas dos seus parceiros.

Nos 15 municípios do estudo, os dados revelam que os homens desempenham o papel principal nas tomadas de decisão e no controlo do orçamento familiar. Assim, a decisão de procurar assistência médica de saúde pré-natal é, frequentemente tomada pelo parceiro ou marido, particularmente nos casos em que a unidade de saúde se encontra muito distante da aldeia ou bairro (o que implica gastos financeiros).

No entanto, em algumas zonas (particularmente em zonas rurais) não se espera que os homens estejam directamente envolvidos nos cuidados com a gravidez e no parto das suas esposas. Visto de uma perspectiva social, a ideia de se juntar à esposa na clínica pré-natal é incomum em muitas comunidades e a presença do marido é, muitas vezes, considerada supérflua e até motivo de escárnio.

A percepção dos papéis tradicionais de género, a falta de conhecimento e oportunidades de envolvimento em cuidados obstétricos, foram algumas barreiras à participação de parceiros masculinos nas zonas rurais. Uma realidade que pode ser generalizada a outros pontos do país.

LOCAL DO PARTO

O parto numa unidade de saúde é estrategicamente importante para reduzir a mortalidade materna, principalmente quando o parto é assistido por profissionais de saúde qualifi-

cados. No entanto, alguns factores, que advêm de ambientes de baixo rendimento económico, ainda impedem o uso dos serviços de saúde.

LOCAL DE REALIZAÇÃO DO PARTO

49,6% Partos realizados no domicílio



71,2% desses partos são em zonas rurais

42,8% Partos realizados em Hospital Público



62,7% desses partos são em zonas urbanas

Dos possíveis locais onde fazer um parto, a grande maioria divide-se entre o domicílio e o hospital público, sendo que o domicílio é substancialmente superior nas zonas rurais, e menor nas zonas urbanas.

O parto no domicílio foi indicado por muitas mulheres como a melhor opção, não apenas pela ausência de serviços nas imediações, mas também por um conjunto de factores

relacionados com o abuso físico, discriminação e abandono, cuidado não confidencial, negligência clínica e abuso verbal, psicológico e indelicadeza da equipa de serviço. Esses factores fazem com que a opção seja alta, inclusive nas zonas urbanas.

Esperava-se uma tendência progressiva de partos feitos em instituições, contudo, a partir de 2014, a situação inverteu-se.

FACTORES QUE INFLUENCIAM PARTOS NO DOMICÍLIO

CUSTOS SOCIAIS E CUSTOS DE OPORTUNIDADE MAIS BAIXOS



O parto no domicílio não é opção exclusiva das zonas rurais. Nas zonas urbanas, mesmo tendo a unidade de saúde próxima, muitas mulheres escolhem esta opção, porque, além de evitarem custos financeiros, também reduzem custos sociais e custos de oportunidade.

Ir a uma unidade de saúde, significa expor-se a eventuais maus tratos e abrir mão de inúmeras tarefas domésticas e responsabilidades, que são cruciais para o bem-estar da família. Além disso, homens e mulheres, reconheceram que as esposas ficarem hospitalizadas por longos períodos fomenta a infidelidade, múltiplas parceiras sexuais, mau funcionamento familiar e divórcio.

CONCEPTUALIZAÇÃO DE DOENÇA E DE SAÚDE



Existe a crença de que, quando uma gravidez é planeada e o filho é desejado pela mulher, não devem ocorrer infortúnios durante o parto. Estas crenças poderão, eventualmente, influenciar um casal a optar pelo recurso a parteiras tradicionais.

Há ainda a percepção de que as unidades de saúde são centros de tratamento e não locais para a gestão especializada da gravidez e do parto. Neste contexto o conceito de hospitalização preventiva é mais difícil de incutir.

CUSTOS MAIS REDUZIDOS



Os resultados mostram que o parto na comunidade é preferido porque é mais barato do que o parto numa unidade de saúde e não implica custos com transporte. Além do custo de transporte previsto para chegar a uma unidade de saúde, há também a probabilidade de transferência para um Hospital Geral, o que vem com um custo extra de transporte.

RELAÇÕES DE CONFIANÇA COM A PARTEIRA TRADICIONAL



Apesar da alta taxa de mortalidade materna ser por causa de partos na comunidade (onde surgem complicações em condições que não são propícias) o facto das parteiras se identificarem culturalmente com a realidade local, as gestantes e os seus familiares, aliado à experiência de realizar partos, passada de geração em geração, resulta num ritual de fé, crença e sabedoria que lhes confere legitimidade social, muitas vezes não reconhecida aos agentes da saúde pública.

PAGAMENTO FLEXÍVEL



Outro factor que influencia a opção pelo parto no domicílio, nas comunidades rurais e nos bairros suburbanos, é a flexibilidade no pagamento dos serviços prestados pelas parteiras. Estas não exigem pronto pagamento e as emergências são atendidas de forma imediata. Só depois negocia o prazo e a prestação para o pagamento, que pode ser em espécie. Essa prática reforça, não só os laços da sua vida em comunidade, mas também retira muita pressão financeira às famílias, particularmente as mais jovens, que não têm muitos recursos.

‘Na maioria dos casos, as mulheres grávidas esperam um parto bem-sucedido de um bebê saudável nas condições que prevalecem localmente. Mas as coisas nem sempre correm bem. Em muitos casos, a gravidez termina em fatalidades, matando a mãe, o bebê ou ambos. As causas são numerosas, os casos diversos e as circunstâncias complexas.’

MULHER PROFISSIONAL DE SAÚDE EM CATHIUNGO, HUAMBO

‘As parteiras da comunidade são corajosas e tentam o seu melhor para ajudar, mesmo em circunstâncias difíceis. A maioria delas é experiente e pode até lidar com complicações graves no parto e no pós-parto. Achamos melhor obter assistência de pessoas experientes do que lidar com emergências nos hospitais, onde não temos garantia de tratamento humanizado. Além disso, elas entendem os desafios financeiros que enfrentamos quando vamos à clínica e não irão simplesmente encaminhá-la para um hospital, sem tentar o seu melhor.’

HOMENS DE LUBANGO, HUÍLA



‘Quando chega a hora de uma mulher dar à luz, ir ao hospital no Huambo exige dinheiro para o transporte. O transporte público não é fácil de usar, por isso contamos com a ajuda de comerciantes locais, professores e outros funcionários públicos que possuem carros. Em qualquer caso, a maioria dos proprietários de automóveis exige dinheiro porque sabem que carregar grávida em estado de parto é responsabilidade. Muitos que têm carro não aceitam porque a grávida pode não chegar ao destino.’

MULHER DE CATHIUNGO, HUAMBO

‘As enfermeiras dizem-nos para irmos aqui (à clínica) quando estivermos grávidas porque querem verificar a nossa saúde e a do bebê. Elas não sabem que não temos tempo para isso e sabemos que elas não podem ver o que há dentro porque não são Deus. A clínica é para o tratamento das doenças. Vir aqui só para parir não faz sentido porque podemos parir em casa.’

MULHER DE CAÁLA, HUAMBO



CONCLUSÕES

A saúde materno infantil e os Direitos Sexuais e Reprodutivos são duas matérias de grande análise no que se refere à equidade de género, dada a sua importância e impacto na vida de raparigas jovens e mulheres. O acesso a planeamento familiar, a autonomia de decisão sobre o seu corpo e o número de filhos

(e de quanto em quanto tempo os ter), são factores essenciais para se considerar que as mulheres tenham participação e controlo sobre um dos factores que mais implicações directas tem na sua própria vida, uso do tempo e no alcance de oportunidades (académicas, económicas e de emprego).

1. Os serviços de saúde materno-infantis não têm distribuição geográfica suficiente para chegar a todo o território nacional nem para responder à elevada Taxa de Fertilidade do país. A assistência pré-natal e ao parto é funcionalmente muito diferenciada, nas grandes cidades e capitais de Província há mais consultas de rotina, mais exames clínicos e testagem, mais equipamento disponível e pessoal mais qualificado, enquanto nas zonas rurais e periféricas é difícil garantir uma funcionalidade mínima ou básica.

2. As políticas ou programas públicos nesta área não precisam de modelos descontextualizados, quando a prática no meio rural angolano, apesar de desprovido de conhecimento médico-científico formal, conserva uma abor-

dagem de proximidade cultural e familiar, disponibilidade e humanidade e de acompanhamento da gestante e do bebé, elementos que nas unidades de saúde parecem faltar.

3. Os dados recolhidos neste estudo são inequívocos quanto à recorrente violação dos direitos humanos nas unidades de saúde angolanas. E como a prática dos prestadores de serviços de saúde condiciona e coloca em risco a vida de mulheres e crianças e a sua opção de recorrer a estes serviços.

4. Apesar de alguns relatos que revelam a tomada de decisão do casal quanto à adopção de anti-concepcionais, o homem é quem determina, em muitos casos, se a esposa pode, ou não, recorrer a

estes métodos. Mais grave ainda é que são muitos serviços de saúde que exigem a sua presença na consulta de planeamento familiar, não com o objectivo de o tornar participante, mas sim apenas de lhe atribuir o poder de decisão sobre se a esposa pode, ou não, recorrer a métodos contraceptivos.

5. Finalmente, é importante que o próprio serviço dê atenção não só à gestante, mas também às questões relacionadas com o atendimento de saúde sexual e reprodutiva e sensibilização e esclarecimentos à comunidade, equacione questões mais ligadas à sua própria gestão, como (i) a aproximação da gestante e da sua família ao sistema de saúde, mediante actividades de divulgação, prevenção, diagnósticas e terapêuticas; (ii) a organização e humanização do processo de atendimento: tempo de espera desde a chegada até ao início do atendimento, a linguagem a usar nas palestras, o recurso aos casos das próprias gestantes, como meio de estabelecimento do primeiro vínculo com cada uma das gestantes e entre elas, a inclusão dos pais ou familiares quando presentes, a sequenciação do atendimento, estabelecendo prioridades não em função da chegada, mas de uma triagem com classi-

ficação de risco das gestantes, o controlo dos cartões de grávida; (iii) a gestão das próprias consultas; (iv) a planificação da colaboração e sequenciação precisa da passagem de informação entre diferentes agentes de saúde que intervêm no processo, desde o registo de sinais vitais, passando pelas medições, prescrição de suplementos ou medicamentos, anotações no cartão de grávida e orientações para o mês seguinte; (v) o atendimento mais particular à gestante menor de idade e familiar que a acompanha sobre a gestação, seus cuidados e implicações, mas também sobre a saúde reprodutiva e prestação de apoio emocional, em detrimento de julgamentos ou condenações.

6. Face ao exposto, podemos determinar que, na análise de equidade de género a partir do Quadro Conceptual utilizado no presente estudo e relativamente à temática da Saúde Materno-Infantil, esta encontra-se ainda no nível de Consciencialização, que apesar de transversal a todos os níveis, é o garante de se poder alcançar os níveis de Acesso, Participação e Controlo. Isto permite-nos classificar o nível de equidade como baixo, assim como o empoderamento feminino nesta categoria.

RECOMENDAÇÕES

1

Promover programas de rádio organizados pelos agentes de saúde comunitários, que transmitam informações de saúde sexual e reprodutiva, saúde materno-infantil e saúde da mulher, de forma a abranger uma população de ouvintes mais lacta do que apenas aquela que se desloca às unidades de saúde, aumentando as possibilidades da população masculina ser incluída nestas acções de informação, educação e comunicação.

2

Auxiliar os serviços de saúde locais na elaboração, design e impressão de folhetos adaptados às comunidades sobre temas como 'Importância das consultas pré-natal', 'Participação do parceiro no rastreio pré-natal e no parto', entre outros. Paralelamente, formar agentes de saúde comunitários, que através de dinâmicas de proximidade e interacção directa com a população, sensibilizem mulheres e homens sobre as temáticas versadas, com actividades nas mais diversas localidades, para quem não procura as unidades de saúde e que sem esta intervenção, estaria excluído destas acções. É crucial que estes agentes de saúde não tenham preconceitos, utilizem uma linguagem sensível ao género e detenham uma abordagem segura na transmissão de conhecimentos técnicos, sendo empáticos e sabendo equilibrar a ciência em relação ao contexto sócio-cultural em que operam.

3

Auxiliar os serviços de saúde locais na organização das palestras interactivas dirigidas às gestantes, seus parceiros e/ou familiares, baseadas em dinâmicas que incluam o diálogo com as gestantes e com os seus acompanhantes, sem prejuízo das mensagens mais técnicas a passar. Auxiliar os agentes de saúde a praticar a escuta activa e a retirar conclusões e recomendações dessas dinâmicas e interacções, para reorientar, se necessário, o atendimento e o serviço da unidade de saúde, bem como decidir acompanhar algum caso de forma individualizada que necessite de particular atenção.

4

Esclarecimento sobre práticas de atendimento nos serviços de Planeamento Familiar, reforçando a necessidade de envolver o parceiro e, ao mesmo tempo, a autonomia da mulher no que à tomada de decisão sobre o seu próprio corpo se refere.

5

Apesar de cientes que a política do MINSA e as recomendações da OMS no país incentivam a institucionalização do parto no hospital, os resultados do presente estudo não nos permitem descurar a dimensão de ligação à realidade sócio-económica e cultural das gestantes e puérperas da grande maioria dos lares angolanos. Assim, e em consonância com as mais recentes considerações do MASFAMU, relacionadas com a importância da promoção, valorização e inclusão social das parteiras tradicionais no mosaico sócio-cultural angolano, propor a inclusão da rede de parteira(o)s tradicionais da área de abrangência das unidades de saúde locais (através de sinergias com a Associação Nacional de Parteiras Tradicionais Angolanas – APTA), em palestras nas unidades de saúde sobre o acompanhamento pré-natal e saúde sexual e reprodutiva. Durante as sessões, incentivar a troca de saberes através da captação das suas experiências sobre a gravidez, o parto e o acompanhamento pós-parto. O principal objectivo seria aproximar os actores intervenientes na saúde materno-infantil e da mulher em geral e não tanto alterar o modo como se faz o parto em casa. Ao mesmo tempo, trazer para o serviço de saúde a realidade social das gestantes e dotar a parteira de outros conhecimentos que possam enriquecer a sua experiência, na realização dos partos, em como lidar com os possíveis riscos que ocorram, incluindo a identificação de riscos que podem levar à decisão de transferência para uma Unidade de Saúde mais apetrechada.

6

Divulgação de informação sobre o direito ao rastreio e acompanhamento pré-natal junto do grupo específico em idade reprodutiva (mulheres e homens), sobre matérias especificamente trabalhadas para as comunidades, nomeadamente:

- planeamento familiar (métodos, segurança dos métodos, implicações do planeamento na melhoria da qualidade de vida da família e na quebra do ciclo de pobreza, etc.),
- importância das consultas pré-natal no acompanhamento da grávida e no rastreio de eventuais complicações para gestante e bebé, incentivando a participação do cônjuge como parte fundamental do apoio físico e psicológico que a mulher necessita durante esse período e no pós-parto,
- mapeamento para divulgação dos serviços de saúde materna disponíveis e de parteiras tradicionais em cada área (localizações, nomes e contactos).

7

Identificação de parteira(o)s tradicionais nas comunidades que possam ser capacitada(o)s pelos serviços de saúde e integrar a rede de agentes de saúde comunitários, auxiliar no seu cadastramento e localização segundo mapeamentos realizados pelos serviços e ajudar a fazer a sua ligação orgânica às unidades de saúde local.

8

Promoção de um local seguro e confidencial para discussão com as autoridades sanitárias a nível local (ver comunal/municipal) e, desta forma, poder influenciar a adopção de um orçamento sensível ao género e os orçamentos locais em relação aos valores a atribuir à saúde materna. A recolha de dados qualitativos demonstra ser uma grande mais valia para complementar os dados quantitativos dos relatórios de estatística nacional, ao conferir-lhes a face humana das questões abordadas.

9

No presente estudo, ficou patente que a vertente económica dos cuidados de saúde tem um grande peso na hora da família decidir procurar uma unidade hospitalar ou uma parteira tradicional. Embora a política nacional de prestação de Cuidados Primários de Saúde inclua prestação de serviços móveis, o que significa que os profissionais de saúde deverão visitar todas as comunidades localizadas a mais de cinco quilómetros de uma unidade de saúde, de forma regular e realizar consultas pré-natais e vigilância da criança de forma organizada, na altura de fazer o parto ou em caso de emergência, a deslocação para uma unidade hospital fica muito onerosa, tornando-se, na grande maioria das vezes, inviável. Assim, incentiva-se o mapeamento dos centros e postos de saúde (incluindo os móveis e a frequência dos atendimentos) versus número de habitantes de cada área, incluindo referências concretas à disponibilidade/ausência de consumíveis médicos essenciais (como por exemplo um esfigmomanómetro a funcionar; testes de malária e VIH, anti-palúdicos, ferro, ácido fólico e Fansidar) e técnicos de saúde devidamente capacitados nas áreas em causa, de forma a assegurar uma consulta pré-natal completa. Neste mapeamento deve ainda existir referência à disponibilidade/ausência de consumíveis e/ou capacidade técnica das unidades de saúde identificadas serem capazes de responder correctamente em casos de emergência.

10

Melhoria do sistema de monitoria epidemiológica em todas as unidades de saúde, de forma a promover a obtenção de dados estatísticos desagregados por género, na área da saúde materno-infantil, saúde sexual e reprodutiva e saúde da mulher. Este sistema de acompanhamento e avaliação deve ser sensível ao género e reveste-se de uma importância fulcral na determinação das necessidades reais do sector a nível nacional, dada a sua diversidade geográfica e cultural.

PARTICIPAÇÃO E

Desenvolvimento comunitário e políticas públicas inclusivas visam dois objectivos principais: o primeiro é melhorar as condições sociais e económicas de vida dos cidadãos e o segundo, promover o seu envolvimento directo nesse processo de mudança. A sustentabilidade e eficácia das políticas, programas e projectos, dependem do grau e da forma de participação dos beneficiários, durante o seu desenho e implementação.

A participação, contudo, não é um fim em si, mas visa alcançar o em-

poderamento, entendido como a capacidade de mudar os padrões de poder e permitir aos cidadãos influenciar, decidir, controlar e agir, avaliando as mudanças ocorridas e os processos a favor de uma maior equidade na sociedade.

Em Angola, a participação tem sido abordada, essencialmente, numa vertente legal e política, medida em termos de instrumentos jurídicos aprovados, ratificação de convenções internacionais, cotas de participação em diferentes instituições ou postos ligados ao poder admi-



EMPODERAMENTO FEMININO

nistrativo e político. Tudo isto é importante, mas não o suficiente para garantir a participação e o empoderamento da mulher.

Este capítulo trata da relação, nem sempre clara, entre empoderamento e participação. Ambos conceitos-chave do desenvolvimento comunitário, que determinam em que medida as políticas públicas e o Orçamento Geral do Estado (OGE) respondem, efectivamente, aos problemas, necessidades e aspirações das mulheres e são, nesse sentido, inclusivas e sensíveis ao género.

Nesta sequência, analisam-se os dados recolhidos sobre a participação das mulheres a nível comunitário (participação em Organizações Comunitárias de Base - OCB) e as suas percepções e opiniões sobre o OGE. Entende-se por OCB, as organizações, formais ou informais, compostas por pessoas que, voluntariamente, se unem para trabalhar num objectivo comum.

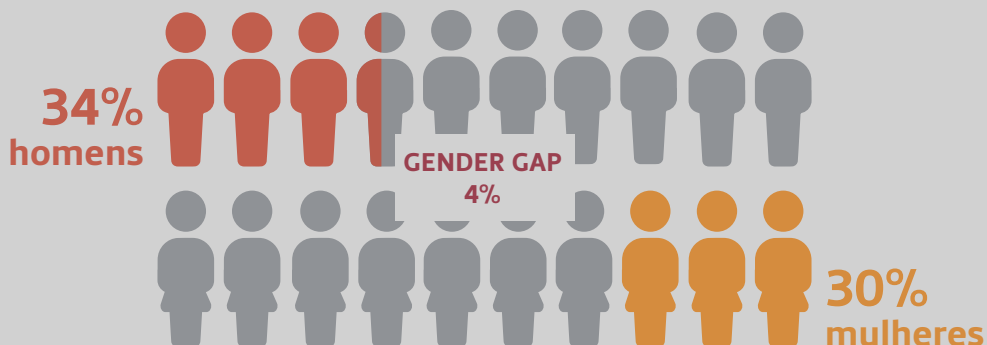
PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES LOCAIS

A participação a nível comunitário dá-se em diferentes níveis. Este estudo centrou-se em perguntas sobre a participação em organizações ou OCB.

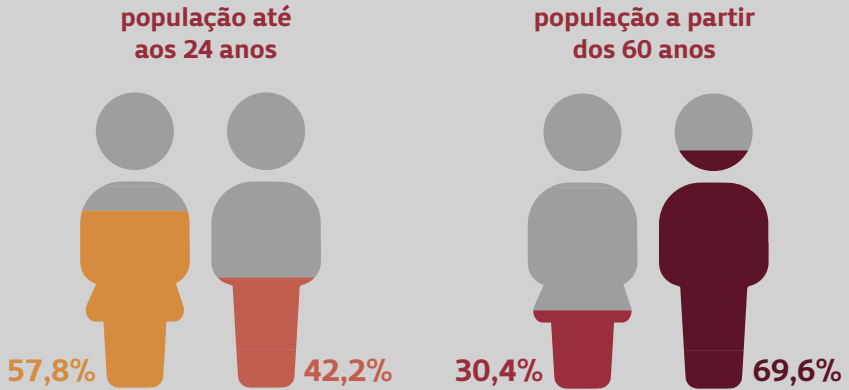
32% DOS RESPONDENTES PARTICIPAM EM ALGUM TIPO DE ORGANIZAÇÃO OU GRUPO LOCAL



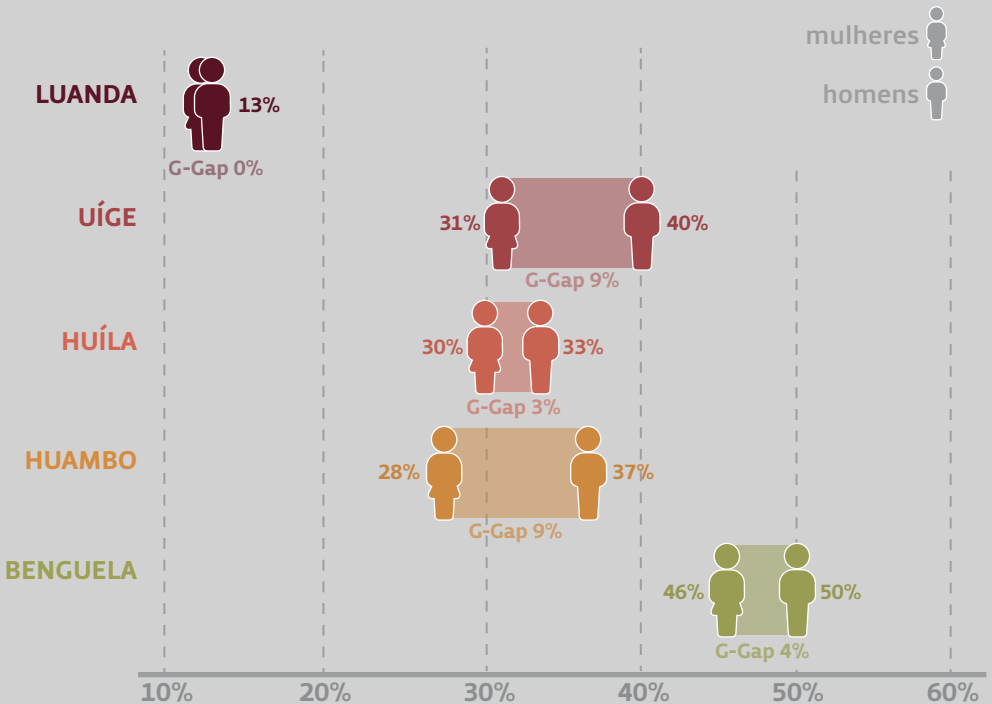
DIFERENÇAS DE GÉNERO NA PARTICIPAÇÃO



POR IDADE



POR PROVÍNCIA



A pequena percentagem de participação, de homens e mulheres, é um indicador de que as práticas e processos de participação em Angola são muito limitados, e que os indivíduos e as comunidades dificilmente agem sobre os seus próprios problemas e necessidades.

Apesar das diferenças entre géneros ser baixa, esse valor não é constante ao longo das faixas etárias.

Nos grupos mais jovens (até aos 24 anos), predomina a participação das mulheres, mas vai diminuindo progressivamente até aos 40 anos, invertendo-se a partir daí, a favor dos homens.

Acima dos 40 anos as mulheres referiram ter menos tempo para pertencer a grupos ou participar em actividades comunitárias, além da igreja, porque constituem família e as obrigações domésticas aumentam, ocupando todo o tempo depois do trabalho. No geral, algumas mulheres disseram que participam, mais do que os homens, porque são mais responsáveis e interessadas em resolver os problemas.

A baixa participação é desproporcional na província de Luanda e mais alta do que a média em Benguela. Ambas apresentam praticamente o mesmo número de homens e mu-

lheres a participar. Uíge e Huambo são as que apresentam uma maior diferença entre homens e mulheres.

Globalmente há maior participação em zonas rurais, embora as diferenças entre zonas rurais e urbanas não sejam significativas.

Na zona urbana de Huíla há uma dinâmica diferente nos bairros, com uma maior proximidade entre as estruturas da Administração local e a população. Isto permite que intervenções sobre os serviços de saneamento básico e acesso a água, sobre a situação problemática dos jovens sem estudos nem emprego que criam instabilidade e sobre a insegurança nos bairros.

Em Luanda a expansão horizontal do espaço urbano, sem um planeamento participativo ou infraestruturas e serviços públicos adequados, tem vindo a criar problemas e, ao contrário do que acontece, seria de esperar que os cidadãos se mobilizassem, para participar nas decisões que os afectam directamente.

As dificuldades económicas foram também referidas como um grande entrave à participação, na medida em que mulheres e homens consideraram estar demasiado ocupados 'a sobreviver' para manter as famílias.

‘O Estado aqui não vem. A informação é de boca em boca... Quem comunica mais com a administração é o grupo da OMA... elas são do mesmo lado com a Comissão de Moradores e a Administração... porque aquilo são grupos que se formam entre eles.’

MULHERES DE VIANA, LUANDA



‘O rendimento diário garante só o jantar das crianças. De manhã acordas já sem comida e vais só assim na fome fazer outro biscato. Assim... vais ter tempo de participar em quê?’

MULHERES DE VIANA, LUANDA

‘Quando envelheces ficas mais duro e já não tens mais emprego, fazes quê? Começas a participar nesses grupos, nas associações para ver se ocupas o teu tempo.’

HOMEM CAÁLA, HUAMBO

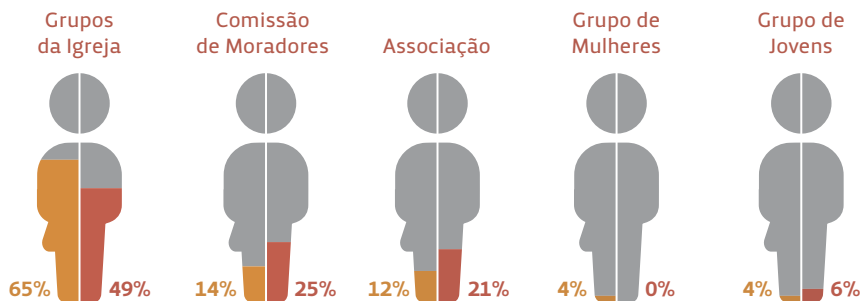


‘As mulheres são mais conscientes e querem mais resolver problemas... os rapazes são muito imaturos e só querem beber ou se drogar nas esquinas e andar atrás de ca-torzinhas [raparigas jovens a partir dos 14 anos]... não têm essa consciência de resolver problemas, só causam [problemas].’

MULHERES DO LUBANGO, HUÍLA

PERFIL DA PARTICIPAÇÃO

TIPOS DE ORGANIZAÇÃO LOCAL



À exceção das organizações religiosas, a maioria das OCBs é constituída por membros do próprio bairro ou aldeia, reforçando a percepção de maiores oportunidades de participação dos membros num ambiente social que lhes é familiar.

Os grupos ligados às igrejas destacam-se, de modo muito significativo, não só no total geral de participantes como na relevante maioria de mulheres a participar.

As comissões de moradores aparecem em segundo lugar e ocorrem, sobretudo, nas zonas urbanas. Aparentam ser uma forma de participação mais próxima da Administração local e é participada largamente por homens, com um número inexpressivo de mulheres.

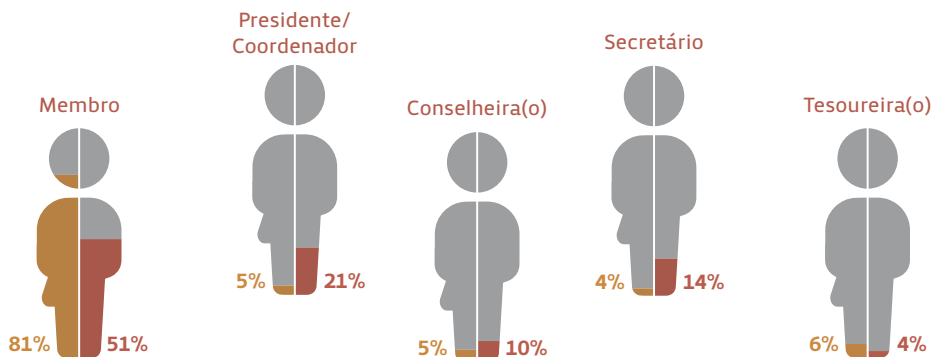
Em Luanda, a participação em comissões de moradores é insignificante, enquanto que Huíla, Benguela e Uíge são províncias que registam números mais elevados.

A participação de jovens em grupos dirigidos à resolução e necessidades da sua faixa etária é criticamente residual.

As associações, maioritariamente situadas em zonas rurais e ligadas à actividade agrícola, também não apresentam valores expressivos entre os respondentes deste estudo, mas é de realçar a grande desigualdade na participação entre géneros.

FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO LOCAL

Distribuição de mulheres e homens segundo as funções ocupadas nas OCB



A grande maioria dos respondentes que se declarou membro ordinário da organização, é mulher e, sem surpresa, um percentual muito superior ao de homens. Nas funções de chefia ou aconselhamento, os homens passam a ser mais representados.

A função de tesoureira(o), muitas vezes atribuída a mulheres, é uma exceção que na verdade, não representa um poder real. A mulher guarda o dinheiro, por decisão do homem, que decide, o seu uso.

As mulheres são reconhecidas pelas capacidades de disciplina, lealdade e ética, mas por outro lado, a sociedade ignora o rigor e perspicácia inatos que a mulher aplica na gestão doméstica, a manter o lar com poucos recursos. Isto demonstra que, mesmo quando a mulher pode par-

ticipar em situação de igualdade, a dinâmica desses grupos privilegia apenas o homem, que entra em contradição consigo próprio quando reconhece que elas são mais confiáveis para gerir dinheiro.

Nas zonas urbanas, o progressivo papel que a mulher tem vindo a desempenhar profissionalmente começa a contrariar a concepção estereotipada da mulher. Já nas zonas rurais, por via do isolamento, falta de informação e formação, a visão patriarcal da mulher permanece na sua fórmula "original".

O baixo nível de escolaridade, a falta de qualificações especializadas e a vulnerabilidade do agregado da mulher são outros factores que influenciam a ausência de mulheres em cargos formais de liderança.



'A associação de camponeses Epinduco resolvem os problemas das viúvas e da terceira idade...a comissão vai lá, como o soba é o conselheiro da associação e o catequista é o chefe da produção e o coordenador também faz parte vão resolver o problema que se passa naquela viúva.'

**HOMEM NA CAÁLA,
HUAMBO**

'As mulheres são mais fiáveis para guardar dinheiro...Nós, homens, gastamos muito dinheiro, às vezes na bebida, com os amigos...a mulher não!'

**HOMENS, PROVÍNCIA
NÃO IDENTIFICADA**

'Não pode a mulher decidir. A mulher guarda e apresenta o dinheiro. Depois o Coordenador ou todos juntos é que decidem onde vão gastar.'

**HOMEM, PROVÍNCIA NÃO
IDENTIFICADA**



REALIZAÇÃO DE REUNIÕES

O tempo decorrido desde a participação do respondente na última reunião da organização a que pertence e o conhecimento do tema debatido, é um indicador aproximado de participação efectiva.

Foram ainda recolhidos dados sobre os pontos de vista dos respondentes foram tidos em consideração pela liderança.

Principais assuntos debatidos:

Fornecimento de serviços 30% **Temas sociais 30%**
Assuntos religiosos 12% **Segurança no bairro 10%**

Não se lembram do assunto discutido na última reunião



Apresentaram os seus pontos de vista na última reunião



Em praticamente metade dos casos, as últimas reuniões aconteceram há mais de três meses, o que, aliado ao facto de não se lembrarem ou desconhecerem o tema discutido, pode ser indicador de um fraco sentido de participação.

As agendas das organizações colocam em debate temas que afectam a vida das comunidades, desde a segurança no bairro à produção agrícola. Os mais debatidos foram sobre o fornecimento de serviços (saúde, educação, energia, água e sanea-

mento), seguidos da segurança no bairro. Os restantes (registo civil, violência doméstica, autarquias, orçamento geral de estado) não se mostraram relevantes.

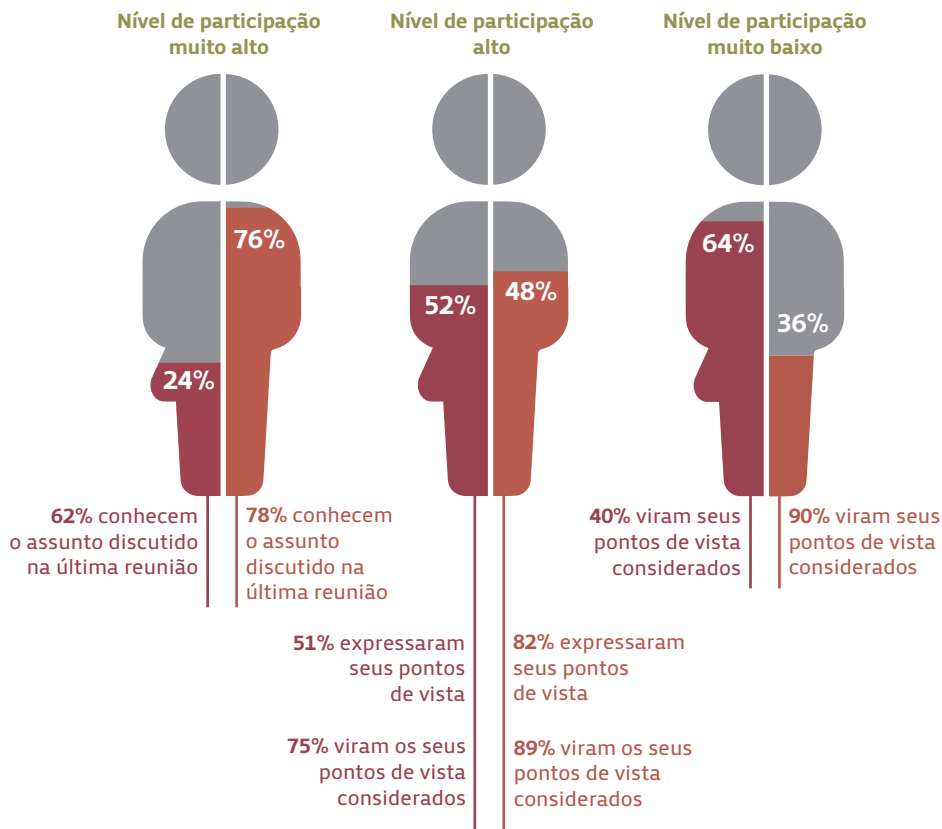
Os temas individuais, relacionados com assuntos religiosos e temas sociais, tiveram mais atenção que os assuntos de carácter colectivo. Estes agrupam questões tratadas sobretudo pelos Grupos da Igreja, e são essencialmente sobre a vida familiar, exclusivamente centrada na mulher e nos seus “deveres” como esposa, mãe e doméstica.

Apesar das mulheres serem a maioria dos membros activos nas organizações ligadas a igrejas, estes grupos, liderados por homens, representam uma oportunidade desperdiçada de tratar questões relacionadas com a cidadania, a participação em questões como a elaboração do orçamento e de políticas públicas, a gestão de serviços públicos ou de programas e projectos que respondam à melhoria das condições de vida das comunidades.

A predominância de pontos de vista manifestados por homens é um padrão constante em todas as faixas etárias. São gerações e gerações de um histórico em que o homem é líder e a mulher é esposa e submissa. Dessa forma, ambos aprenderam que essa é a única forma de se relacionarem.

Estes padrões excluem a mulher não só da liderança, mas também de ter voz e expressar-se livremente.

NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO



FACTORES QUE DIFICULTAM A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES EM OCB

NÍVEL ESCOLARIDADE E FORMAS DE EDUCAÇÃO SOCIAL

As instituições de ensino deveriam fomentar a confiança de cada criança e jovem, estabelecendo estruturas de interações humanas equilibradas e equitativas. No entanto, nessa perspectiva, o sistema de ensino e as práticas de educação actuais, tanto nas áreas rurais como urbanas, privilegiam os homens.

Durante décadas, as mulheres e raparigas foram educadas para cuidar

das suas famílias e os homens para procurar emprego fora de casa.

A pressão para atingir níveis mais altos de escolaridade recai apenas sobre os homens que, por terem mais oportunidades para serem instruídos, tendem a dominar os processos de tomada de decisão e, desse modo, aumentam o desequilíbrio social entre géneros.

POLÍTICA E PRESSÕES ÀS ORGANIZAÇÕES

As influências externas são comuns nas OCBs e são dirigidas pelos interesses, particulares ou estranhos à comunidade, dos líderes comunitários, chefes, sobas e líderes religiosos. Além disso, há líderes de OCBs nomeados por pessoas das administrações municipais que querem influenciar o funcionamento da or-

ganização, especialmente se esta for beneficiária de patrocínios do Estado.

Nestas circunstâncias, as mulheres têm muito poucas hipóteses de participar do desenvolvimento da organização e de ver as suas prioridades consideradas.

EXPERIÊNCIA DE LIDERANÇA

A maioria dos líderes está mais preocupado com os seus próprios ganhos pessoais do que em ajudar o grupo a atingir as suas metas e objectivos.

O líder inibe o fluxo livre de ideias, limita a discussão para resolução de problemas e pode até não dar às

mulheres a oportunidade de participar (por vezes, nas zonas urbanas, há um esforço deliberado para evitar a participação das mulheres, definindo os horários das reuniões à noite, para que as mulheres não compareçam por falta de segurança nas deslocações).

RESPONSABILIDADES DOMÉSTICAS E FAMILIARES

O desempenho das mulheres é depreciado dentro e fora das organizações. A responsabilidade de cuidar da família que, tradicionalmente, é atribuída à mulher, é um trabalho que não é reconhecido nem valorizado. E, porque desde crianças, as meninas são instruídas a não pensar

além dos limites da casa, não são ouvidas nem estimuladas a dar a sua opinião. Quando adultas, pouco ou nenhum preparo têm para assumir lideranças ou posições que exijam exposição e envolvimento político-social.

CRENÇAS RELIGIOSAS

Devido ao seu poder e influência na sociedade, a religião tem sido usada como ferramenta de controlo social e, relativamente ao género, legitima o sistema patriarcal, limita a participação e propaga a submissão das mulheres.

É facto que as lideranças religiosas são masculinizadas e pouco interessadas em mudar a ordem que privilegia o homem em detrimento da mulher, sobretudo nas áreas rurais, onde a taxa de analfabetismo é alta e as fiéis podem ser facilmente manipuladas através de crenças repressivas.

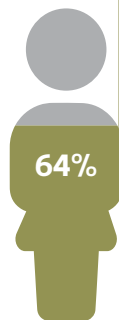
PERCEPÇÕES SOBRE O OGE

(Orçamento Geral de Estado)

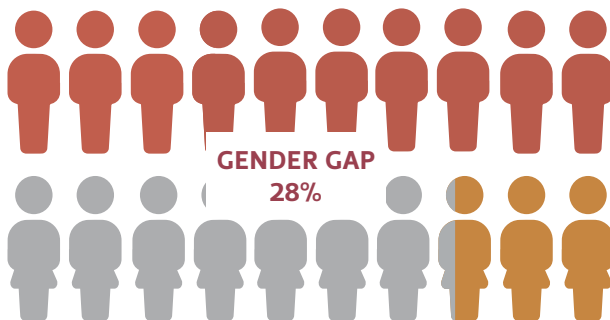
Dois terços dos respondentes declararam nunca ter ouvido falar do OGE, o que é, por si só, um indicador de desconhecimento generalizado. Dos que nunca ouviram falar do OGE, aproximadamente, 64% são mulheres, maioritariamente em zonas rurais.

DESIGUALDADE DE GÉNERO ENTRE QUEM JÁ OUVIU FALAR DO OGE

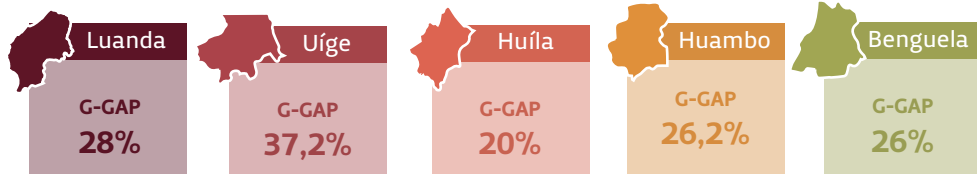
Mulheres que nunca ouviram falar do OGE



2,8 mulheres para cada 10 homens já ouviram falar do Orçamento Geral de Estado



POR PROVÍNCIA



POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE



Primário

G-Gap 47,4%

Avançado

G-Gap 12,9%

A diferença global entre géneros de quem já ouviu falar sobre o OGE, é grande (27,8%) mas varia por província, com a maior diferença a registar-se no Uíge. Benguela e Huambo apresentam diferenças semelhantes, enquanto em Luanda a diferença sobe ligeiramente. Huíla regista a menor diferença entre géneros.

Estas diferenças são significativas nas zonas rurais, comparativamente aos centros urbanos. Nas zonas rurais, além de mais afastadas da maioria das fontes de informação

(rádio e televisão), há menor mobilidade das mulheres e níveis de escolaridade inferiores.

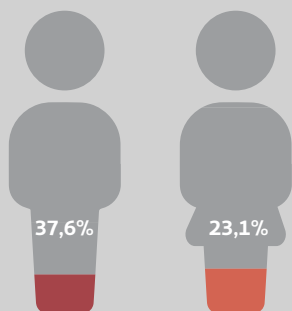
A análise mais relevante neste tema resultou do cruzamento com o nível de escolaridade. A diferença entre mulheres e homens é maior ao nível de ensino primário e essa diferença reduz-se à medida que se progride para níveis de escolaridade mais avançados, demonstrando que a escolaridade tem uma importância decisiva para o conhecimento do tema OGE.



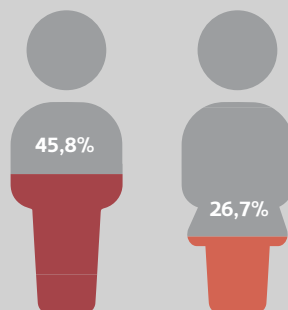
‘Há muitas que estudaram mesmo, mas o marido quer te cortar para você não trabalhar. Já vieste com os teus documentos na casa do teu pai e vai fazer maneira de fazer ela perder a coisa mais importante para te impedir de trabalhar...Não inculcam [incentivam] a mulher trabalhar, não querem ver a mulher no sítio x...você como mulher não se podes levantar do pé para a mão sem a ordem dele ...estás aí hipotecada só para comer e gerar os filhos.’

MULHER DE UÍGE, UÍGE

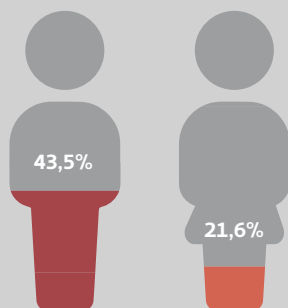
PERCEPÇÕES SOBRE O OGE



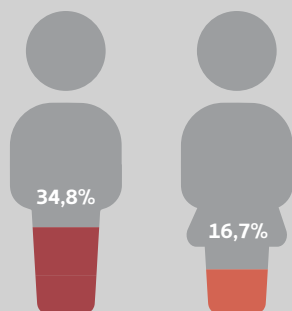
Têm a percepção correcta sobre o OGE enquanto instrumento de planificação das receitas e despesas do país



Concordam que já ouviram falar sobre o OGE e fazem a ligação correcta com a planificação do município



Consideraram que os cidadãos devem participar na elaboração do OGE. No entanto, podem não ter feito a ligação entre a elaboração do orçamento e a fiscalização da sua execução



Acham que devem de acompanhar os investimentos previstos para o município

CONCLUSÕES

A participação e o empoderamento das mulheres são limitados por questões culturais profundas, comportamentos que assentam em normas patriarcais e estereótipos que reforçam a segregação, afastando a

mulher dos espaços de decisão para a confinar ao papel de membro sem voz activa, em grupos, onde recalcam a submissão e legitimam a sua exclusão.

1. O estudo apurou que a participação, no geral, é fraca e tanto homens como mulheres, sujeitam-se a uma estrutura de liderança hierarquizada e fechada ao debate, mas ainda assim, os homens são os que mais ocupam os cargos de liderança, expressam opinião e têm a percepção de que são ouvidos. As mulheres são as que mais engrossam a membranza dos grupos, sobretudo religiosos, mas não têm o hábito de intervir nas reuniões, aliás são incentivadas a não o fazer e quando o fazem, a maior parte sente que não é ouvida.

2. O sistema patriarcal delimita a actuação e participação da mulher no espaço público, convencionando uma divisão de tarefas que sobrecarrega a mulher desde cedo e delimita-a no acesso a informação e conhecimento.

Além disso, separa os assuntos, predestinando temas sociais que no fim, reafirmam e normalizam a ordem patriarcal, por um lado, minam a confiança das mulheres e descredibilizam as suas capacidades de liderança, por outro.

3. A participação e perspectiva de género estão ausentes nas políticas, programas e projectos governamentais. Se existem algumas iniciativas públicas ou experiências para fomentar a participação das mulheres, não são monitorizadas, fiscalizadas nem se tornam consequentes.

4. A percepção do que é o OGE, e do papel crucial que cidadãos e cidadãs podem ter nas várias fases deste instrumento de gestão do Estado, são desconhecidas da maior parte da população e em proporção maior, pelas mulheres.

RECOMENDAÇÕES

1

Integrar o conceito da governação participativa nas instituições públicas e inculcar princípios democráticos junto da população para eliminar as desigualdades de género e de oportunidades. Incluir cidadania nos programas escolares, na perspectiva de participação, envolvimento e acção. Forjar programas de sensibilização que envolvam cidadãos no debate e valorizem o papel de cada um/a na resolução de problemas da comunidade, desenvolver campanhas de mobilização de mulheres para se envolverem na gestão, política e defesa do bem-comum.

2

Desenvolver indicadores desagregados por género em todos os documentos de política, programas, projectos e planos de acção, nacionais e sectoriais. Avaliar, permanentemente, o impacto de políticas e programas, nacionais e sectoriais, sobre a situação das mulheres. Incorporar a perspectiva de género de modo sistemático e na prática dos gestores a todos os níveis – do nível local ao central, do legislativo ao executivo.

3

Estabelecer um sistema de cotas alargado a vários sectores e iniciativas, por exemplo programas de crédito agrícola/comercial, acesso a sementes, formação especializada, vagas em universidades, escolas técnicas, administração pública, entre outros.

4

Garantir modelos de lideranças femininas que sejam de conhecimento público e de proximidade (mais recrutamento de professoras para as zonas rurais, mais lideranças femininas nas administrações comunais e municipais).

ACESSO E CONTROLO

O empoderamento económico pressupõe que mulheres e homens participem, contribuam e beneficiem dos processos de crescimento, tenham acesso igual às fontes de renda e tenham igual controlo dos recursos produzidos.

Em Angola, as estatísticas nacionais de acesso ao emprego e a fontes de rendimento da população economicamente activa*, assim como, as estratégias de desenvolvimento nacional na área do emprego, demonstram um cenário desigual, em que as mulheres têm maior dificuldade no acesso ao emprego formal.

Já a actividade económica informal – com rosto predominantemente feminino – não é reconhecida nem suportada por dados estatísticos, muito embora o Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022 ressalve que a actividade económica informal tem uma forte expressão em Angola (em especial nas grandes cidades) e gera a maior parte dos rendimentos que sustentam as famílias.

Apesar do peso da economia informal na vida das famílias, os objetivos de desenvolvimento para este sector não parecem inclinados para



SOBRE RECURSOS

a redução das desigualdades de género e para a melhoria das condições de trabalho das mulheres, em particular. E na lista das prioridades definidas no PDN, para o sector do emprego, observa-se a ausência de uma abordagem específica de género.

Nos últimos 20 anos, registaram-se progressos substanciais no aumento da escolaridade das mulheres, mas isso não se reflecte, de modo proporcional, no aumento do emprego nem na melhoria de cargos ou posições no trabalho.

Neste capítulo são discutidos alguns dos fundamentos da disparidade salarial entre géneros, isto é, a relação entre as fontes de rendimento e o nível de remuneração por género, por zona geográfica de residência e por nível de escolaridade. São também discutidos o acesso a bens e recursos importantes para a sobrevivência e garantia de autonomia financeira, como sejam, o acesso à terra e a recursos animais.

*A população activa é o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência de uma pesquisa, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

FACTORES DE PRODUÇÃO

O acesso à terra condiciona, em grande medida, a capacidade das mulheres acederem ao mercado de insumos e ao mercado financeiro, assim como o seu poder de influenciar decisões económicas no agregado familiar.

A terra para a produção agrícola, tanto por via de herança como por compra directa, é dominada pelos homens.

ACESSO A TERRA PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

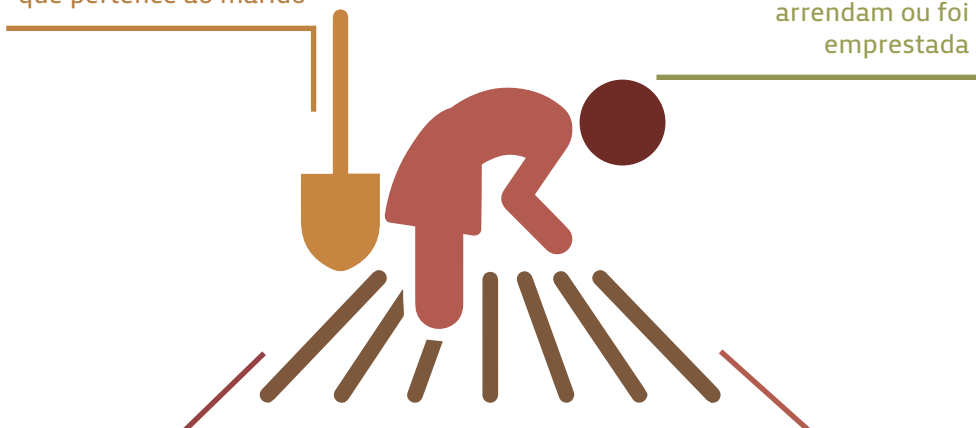
28% mulheres

produzem culturas alimentares e de rendimento em terra que pertence ao marido

5% homens

12% mulheres

cultivam terra que arrendam ou foi emprestada



70% homens 44% mulheres

cultivam a terra obtida por herança

25% homens 16% mulheres

cultivam terra que compraram

ACESSO

Nos municípios agrícolas investigados, mais homens que mulheres cultivam terra obtida por herança. O mesmo se passa com a respectiva capacidade de compra de cada um.

Mais de um terço das mulheres produzem culturas alimentares e de rendimento em terra que não lhes pertence (terra do marido, obtida por empréstimo ou arrendada) e tem poucas oportunidades de adquirir terra no mercado.

Ao contrário das mulheres nas zonas urbanas, que têm acesso, ainda que limitado e informal, a oportunidades de geração de renda, nas zonas rurais, as mulheres precisam de lutar pelo acesso à terra, equipamentos, insumos agrícolas e pela liberdade para participar ou liderar as decisões sobre o uso das receitas e a organização do tempo.

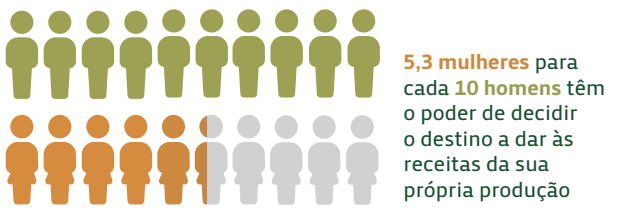


Em Angola, não obstante o facto de a nova Lei de Terras reconhecer as mulheres como co-titulares da terra e com direitos iguais aos homens relativamente à propriedade e uso da terra, a nível institucional os administradores locais e os funcionários públicos, responsáveis pelo cumprimento das normas da nova lei, raramente têm conhecimento, vontade ou autoridade para aplicá-las. E, por outro lado, as mulheres têm também acesso limitado ao sistema de Justiça o que restringe a capacidade de reivindicação dos seus direitos.

O facto do homem ser o interlocutor privilegiado pelos órgãos que executam as políticas públicas dos secto-

res agrícola e financeiro (a banca), a quem atribuem a responsabilidade pela unidade produtiva, é outro entrave à posse de terra por parte das mulheres. Não há relatos em qualquer das áreas desta pesquisa de mulheres produtoras que tenham tido acesso a crédito, ou sequer a ter uma conta bancária.

Tradicionalmente a terra é cedida a homens e, quando a mulheres, apenas por via de parentes masculinos (pais, maridos, tios ou irmãos). Em situações de separação e viuvez, usualmente a mulher perde o acesso à terra e todos os bens a favor dos familiares do marido ou dos filhos homens.



RECEITAS

Menos de um quinto das mulheres tem capacidade de comprar terra no mercado. O índice de desigualdade para esta situação é de 0,57.

Igualmente preocupante é a disparidade no poder de decisão que as mulheres têm sobre as uso das receitas das suas próprias produções. Pouco mais de um terço das mulheres entrevistadas, em comparação com mais de dois terços dos homens, declarou ter esse poder de decisão.

No entanto, quase metade dos homens podem decidir sobre as recei-

tas das produções das mulheres, em contraste com apenas um quinto de mulheres que participam em decisões sobre as receitas das produções dos homens.

Na proporção inversa, quase dois terços das mulheres participa, directa ou indirectamente, na venda da produção dos seus parceiros e apenas 1 em cada 10 homens disse que comercializa os seus produtos sem a ajuda da parceira (normalmente na venda de culturas produzidas exclusivamente para o mercado).



‘Se a coisa fosse certa, já que o meu marido trabalhou, eu junto dos filhos também trabalhamos, depois da morte desse marido, seria melhor se a família dele, no caso os sobrinhos dele, tirariam uma parte, mas uma parte ficaria comigo e com os filhos...Os meus filhos têm que comprar as lavras que foram nossas, que agora foram ocupadas pela família. Se os meus filhos têm a capacidade, compram e cortam um pedaço e me dão para eu trabalhar...’; ‘Eu não tenho nada. Os meus filhos não conseguiram comprar nada...você é obrigada a sair daí e voltar nos seus pais com os seus filhos.’

VIÚVAS DE HUÍLA

‘Eu própria que decido, porque o marido vive fora, trabalhamos cada um com a sua lavra, e ele como visitante não pega na enxada aqui, mas eu aguento tudo em casa e se aguento e lhe sustento também.’

Mulher solteira numa relação com um homem que não vive na sua casa



‘O papá (marido) trabalha sozinho, mas eu lhe acompanho na lavra dele, trabalho lá, vendo o produto e entrego o dinheiro nas mãos dele. Na hora de comprar produtos para você semear, o dinheiro já não está, por isso que cada um deve ter o seu cofre...nesses pequenos produtos a maior preocupação é connosco, ele pode ir capinar, mas o resto é mesmo tua responsabilidade, por isso dar mesmo dinheiro no pai é risco.’

MULHER DE PROVÍNCIA NÃO IDENTIFICADA

‘Se tirar o dinheiro sem me dar o aviso, eu vou dar por conta e vou ficar nervoso com ela, posso lhe bater... a mulher não pode mexer à toa no dinheiro porque a preocupação da casa é do homem... O pensamento do homem é mais diferente, ela não pensa mais nada de comprar boi e o homem é que pensa essas coisas.’

HOMENS DA JAMBA MINEIRA, HUÍLA

‘Nós aqui não temos essas condições de comprar mangueira, motor, dependemos da chuva, só trabalhamos a época da chuva...Nós não temos futuro, não temos onde vai sair dinheiro... os homem tem bué de futuro, pode emprestar o outro e depois vai pagar... tem homem que trabalha na igreja... na empresa e compra quando recebe.’

MULHER DO HONGA ZANGA, NA PROVÍNCIA DO BENGO

‘Nós temos as lavras da chuva e trabalhamos com catanas. Esses da Agricultura não tratam das lavras da chuva, só das lavras da rega [lavras controladas pelos homens]’⁴

MULHER DO HONGA ZANGA, BENGO



‘Às vezes a lavra é de aluguer, não confiam onde vai tirar, vai receber por 100 mil, é para entregar 200, às vezes você vai trabalhar e não vai conseguir tirar os 200 mil, agora recebeste 100 mil para devolver os 200, isso estamos à rasca com ele.’

MULHER DO HONGA ZANGA, NA PROVÍNCIA DO BENGO

‘Fertilizante nas nossas lavras não chega. Aquilo quando chega é para a lavra do homem... as sementes às vezes recibes lá um bocado, mas depende da semente, ele aceita me dar porque a comida sai aí. Mas nós só fazemos um bocado de milho, a maioria é mesmo do homem’

MULHERES NA JAMBA MINEIRA, HUÍLA

ACESSO A INSUMOS AGRÍCOLAS

7,3 mulheres em cada **10 homens** têm capacidade para comprar sementes



7,7 mulheres em cada **10 homens** têm capacidade para comprar fertilizantes



Também no acesso aos insumos agrícolas (sementes e fertilizantes) e ao poder de utilizá-los há desigualdade entre gêneros.

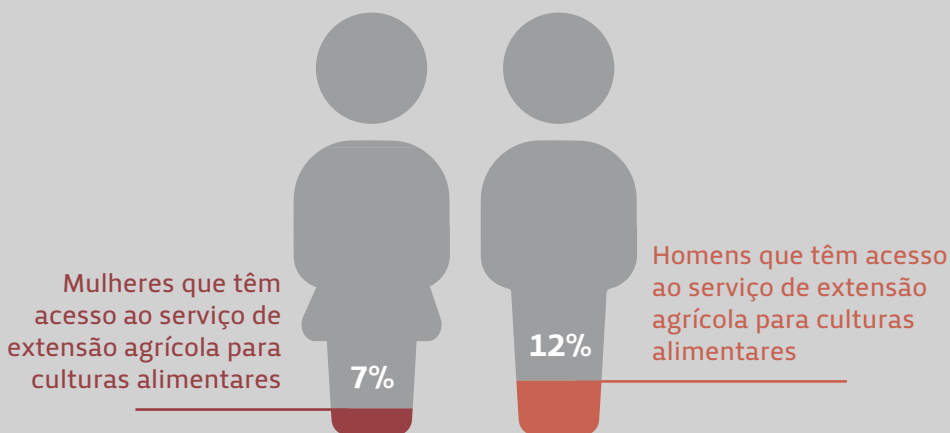
Apesar da maior parte das mulheres cultivar o que popularmente se denomina como ‘lavra da mulher’ (culturas alimentares para o auto-consumo da família e venda) elas não têm ‘direito’ a insumos agrícolas de modo autónomo, o que não é, muitas vezes, reconhecido de forma explícita pelos serviços de extensão.

As mulheres não conseguem, por isso, comprar insumos agrícolas básicos ou pagar trabalho de tracção animal, ou mecanizada, no momento certo e nas quantidades certas para as culturas que elas próprias produzem.

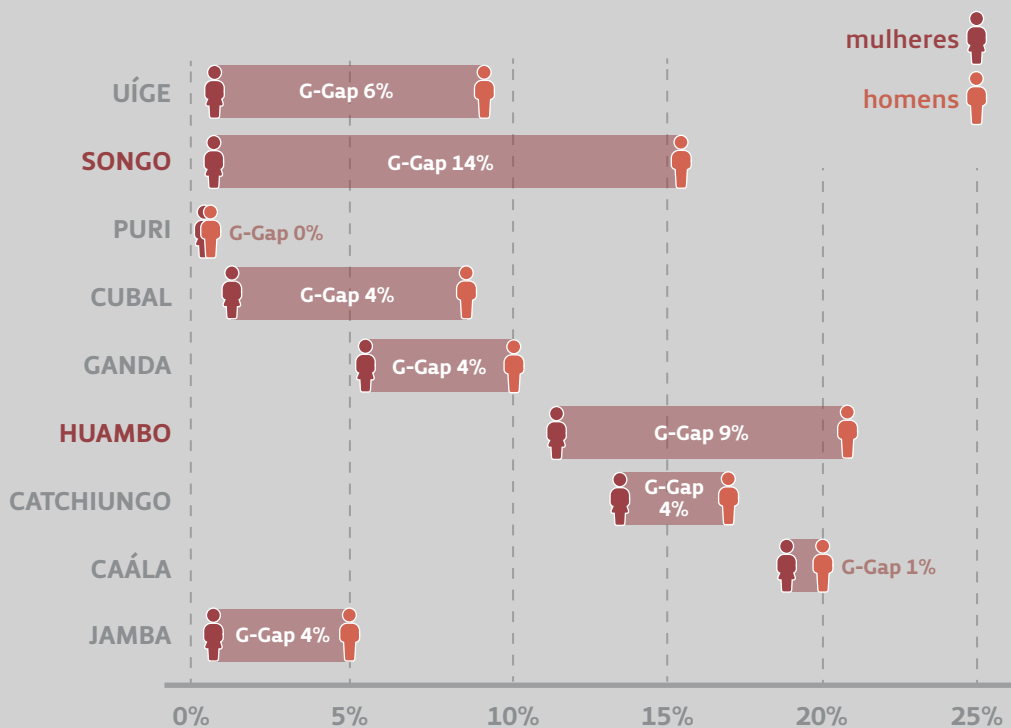
A agricultura familiar, enquanto forma de organização produtiva, que orienta as decisões não apenas pela lógica da produção/rentabilidade económica, mas também pelas necessidades e objectivos da família, está profundamente enraizada na cultura local e nas tradições.

Estrutura-se com base em relações de parentesco e vizinhança, respeitando uma matriz de valores e condutas seculares que determinam que a ‘lavra da mulher’ é pequena, de produtos alimentares, não necessita de sementes de qualidade ou de trabalho adicional, não é digna de investimento nem de aplicar tecnologias mais inovadoras.

ACESSO AOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO



DESIGUALDADE DE GÊNERO POR MUNICÍPIO

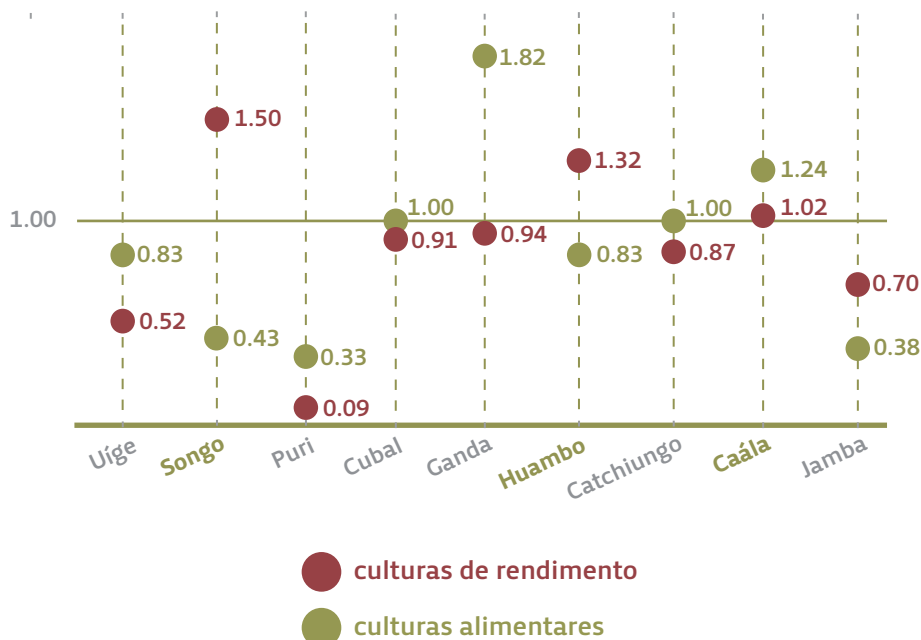


O serviço de extensão agrícola é desenhado para dar formação e prestar acompanhamento técnico aos produtores e, também, assegurar o acesso aos insumos de produção e outros serviços necessários para apoiar a comercialização. É a partir deste serviço que se fornecem informações aos produtores e se repassam as novas tecnologias e ideias desenvolvidas pelas instituições de pesquisa e/ou agências de desenvolvimento.

As mulheres, vistas (inclusive por elas próprias) apenas como ajudantes dos cônjuges e não como produtoras, têm menos acesso do que os homens aos serviços de extensão, ou seja, à informação e tecnologia necessárias para desenvolver a economia agrícola e, por isso, estão limitadas na capacidade de transformar os recursos produtivos em riqueza.

Esta desigualdade é particularmente notória nos municípios do Songo (Uíge) e Huambo (Huambo).

INDICE DE DESIGUALDADE POR TIPO DE CULTURA



O índice de equidade de género relativamente ao acesso ao serviço de extensão indica um nível mais próximo da paridade para as culturas alimentares do que para as de rendimento.

Estas disparidades são maiores nos municípios do Uíge, Songo, Puri (Uíge) e Jamba Mineira (Huíla). Contudo, nos municípios do Songo (Uíge), Huambo e Caála (Huambo), mais mulheres do que homens tiveram acesso a técnicos de extensão no ano do inquérito, no caso das culturas de rendimento.

CULTURAS ALIMENTARES E CULTURAS DE RENDIMENTO

As culturas alimentares (milho, mas-sambala, mandioca, batata-doce e feijão) são destinadas a satisfazer as necessidades alimentares do agregado familiar. Apesar de também serem comercializadas, o peso que têm na cesta básica familiar faz com que as mulheres produtoras se ocupem particularmente desta produção.

As culturas de rendimento (batata rena, tomate, ananás, banana pão, banana de mesa e amendoim) são todas aquelas cuja planificação de

produção é feita segundo o mercado e são controladas pelos homens. O valor de mercado destas culturas é determinado pela quantidade de terra alocada para o cultivo, o nível de investimento em insumos, a contratação de mão-de-obra e o controlo da comercialização.

Esses factores fazem com que os homens, não só dominem a produção de culturas de rendimento, mas também determinem o nível de serviço prestado pelo técnico de extensão agrícola.



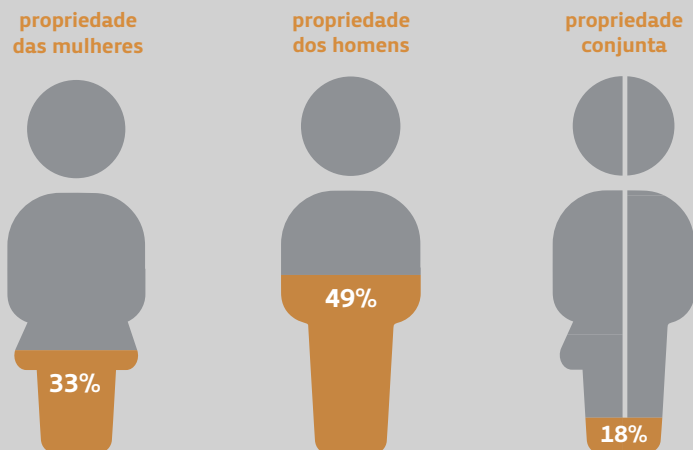
RECURSOS ANIMAIS

Os inquéritos referentes à componente agropecuária, para análise do acesso e posse de animais, foram aplicados a apenas três municípios da pesquisa: Gambos (Huíla), Cubal e Ganda (Benguela). A escolha des-

ses municípios teve como base a predominância da agropecuária na região e o peso desta actividade na economia das famílias. A análise refere-se a uma subamostra de 757 agregados.



DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DE ANIMAIS



DESIGUALDADES NA POSSE DE ANIMAIS E NO PODER DE DECISÃO SOBRE AS SUAS VENDAS

AVES

decide sobre
a venda:

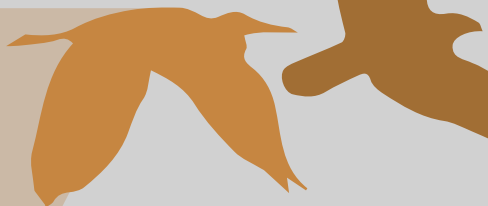
46%
mulheres

45%
homens

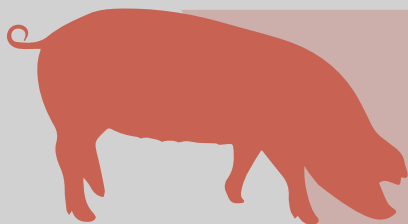
24% | homens possuem e controlam

60% | mulheres dizem ser donas,
mas não controlam

16% | propriedade conjunta



SUÍNOS



30% | homens possuem e controlam

47% | mulheres dizem ser donas,
mas não controlam

23% | propriedade conjunta

decide sobre
a venda:

47%
mulheres

43%
homens

BOVINOS

decide sobre
a venda:

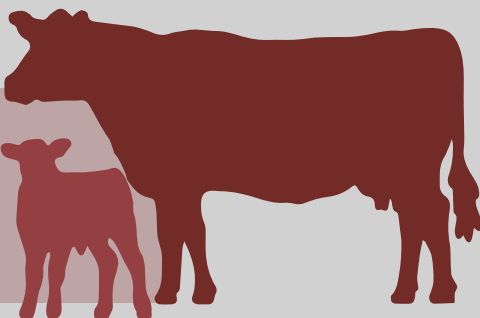
15%
mulheres

61%
homens

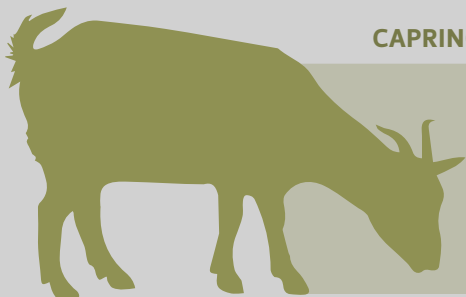
63% | homens possuem e controlam

26% | mulheres dizem ser donas,
mas não controlam

11% | propriedade conjunta



CAPRINOS



51% | homens possuem e controlam

23% | mulheres dizem ser donas,
mas não controlam

26% | propriedade conjunta

decide sobre
a venda:

39%
mulheres

52%
homens

A seca recorrente privou os homens de gado de grande porte, o que os levou a um maior controle dos animais de pequeno porte, que antes estavam sob gestão da mulher, sendo estes os que contribuem mais para a segurança alimentar e economia diária do agregado.

Na maioria dos agregados familiares, incluídos nesta análise, os homens dominam a posse de gado bovino, enquanto uma minoria das mulheres dizem ser donas, mas não controlam. A gestão e controle do gado da mulher são entregues ao homem (marido, pai, irmão). Este tipo de animal foi reportado como propriedade conjunta em menos de um quinto dos agregados.

Os homens também dominam a decisão de vender e usar os benefícios (em dinheiro ou espécie) decorren-

tes da sua venda. As mulheres, em lares chefiados por homens, controlam principalmente as receitas das vendas de pequenos animais, como aves e cabritos.

As mulheres só controlam a venda e o uso dos benefícios da venda do gado de grande porte quando são elas a liderar o agregado. Apenas 3% das famílias chefiadas por homens tinham mulheres a controlar a venda e o uso dos benefícios da venda do gado de grande porte.

Os animais de pequeno porte são da mulher (cabritos, porcos, galinhas), que os cria e pode vender, mas é destes animais, e da lavra cultivada, que sai o sustento para a família. As vendas dos homens são mais direcionadas para a aquisição de roupas, bebida e motorizada.

FACTORES QUE INFLUENCIAM RELAÇÕES DE GÊNERO NA POSSE DE ANIMAIS

VALOR ATRIBUÍDO ÀS DIFERENTES ESPÉCIES ANIMAIS

Se os animais servem para alimentar a família, as mulheres terão maior influência nas decisões. Se a venda de animais é para gerar renda, os homens têm maior influência na tomada de decisão. Apesar de prevalecer ainda a percepção de que os homens controlam a criação para fins

monetários e as mulheres dedicam-se à criação para alimentar a família, recentemente há mais homens a controlarem a produção e comercialização de animais de pequeno porte (galinhas e porcos), o que era normalmente feito pelas mulheres.

CULTURA PATRIARCAL

Numa entrevista com criadores de gado dos Gambos, constatou-se que, por razões culturais, os animais, particularmente os ruminantes, são registados como propriedade dos homens, incluindo gado que as esposas herdaram dos seus pais.

CONCEPÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXTENSÃO RURAL

Os programas de fomento pecuário, que têm potencial para melhorar a produtividade do gado, não contribuem para a distribuição equitativa dos benefícios. O pessoal de extensão é usualmente do sexo masculino e interage, sobretudo, com os ‘responsáveis’ pela criação e gestão do gado, raramente com consciência das necessidades e perspectivas das mulheres. Não procuram activamente as mulheres separadas ou viúvas, criadoras de gado, e centram as suas intervenções pontuais (vacinações apenas) no gado bovino e caprino, que é tido como domínio quase exclusivo do homem.

HERANÇAS

Há mulheres que têm gado dado pelos pais à nascença e/ou durante a sua vida, embora isso nunca seja admitido publicamente pelas mulheres, porque não é socialmente aceite. O prestígio relativo à posse de um elevado número de cabeças é exclusivo do homem e, mesmo que o gado tenha sido dado à mulher, é o marido quem controla. Só ele o pode gerir, vender por emergência ou doar para cerimónias.

A mulher poderá doar as cabeças de gado aos filhos/filhas e sobrinhos/sobrinhas enquanto viva, mas se falecer, as suas cabeças ficam para o marido ou são entregues aos filhos da irmã. Mas se o homem morre, as

suas cabeças vão obrigatoriamente para os filhos da irmã. Em caso de separação ou viuvez, a esposa regressa à casa dos pais, vive com os seus filhos numa casa que um irmão lhe possa arranjar ou volta a casar. As heranças seguem, portanto, o sistema matrilinear.

Muitas vezes, para se precaverem, as mulheres deixam o gado herdado na casa dos seus pais ou familiares. Só podem fazer isso com o gado herdado, pois o gado adquirido tem que ser colocado no ‘curral familiar’. No fim, a mulher contribui para a riqueza e prestígio do marido, mas fica sem nada e se houver separação, ainda tem que o reembolsar.

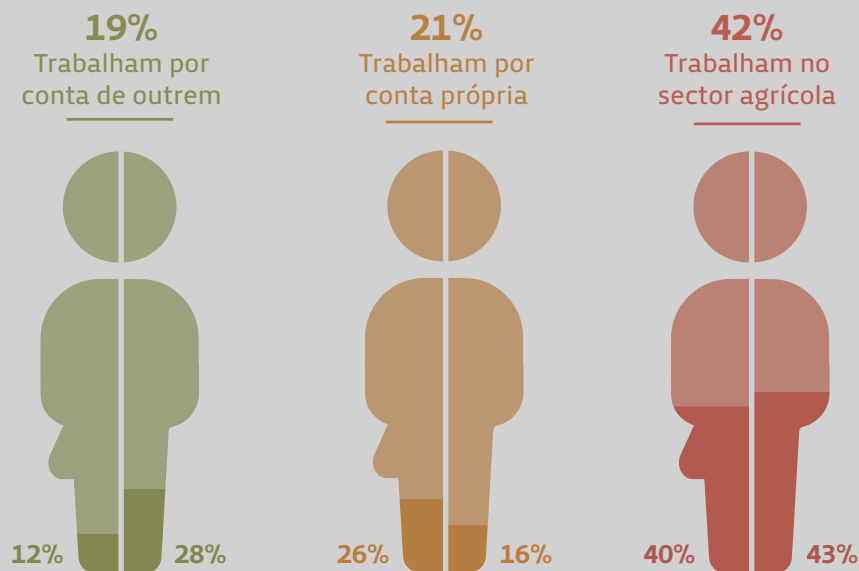
FONTES DE RENDA LABORAIS

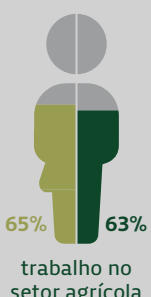
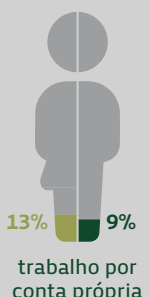
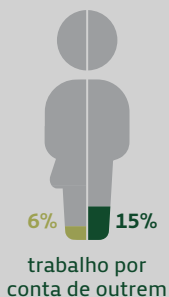
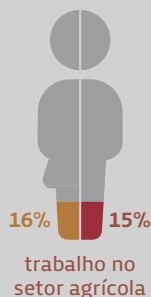
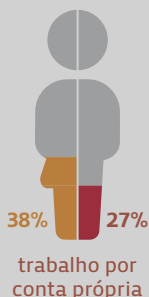
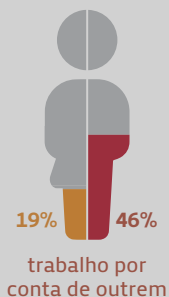
A análise das fontes de receitas foi baseada nas receitas declaradas no mês do inquérito, entre os entrevistados (88%) que reportaram ter tido trabalho regular na semana do inquérito.

Um quarto das mulheres entrevistadas trabalha por conta própria, maioritariamente no sector infor-

mal. A tendência inverte-se no trabalho por conta de outrem, ao serviço de uma entidade empregadora formal ou informal. À semelhança de relatórios publicados a nível nacional, o sector agrícola emprega a grande maioria dos respondentes.

88% HOMENS E MULHERES TÊM FONTES DE RENDA LABORAL





As fontes de receitas, nas zonas rurais, apontam para proporções semelhantes de mulheres e homens empregados no sector agrícola, o que inclui também o trabalho na exploração agrícola familiar. As diferenças revelam-se significativas no caso do trabalho por conta de outrem nas zonas rurais, que é dominado por homens.

As mulheres, que além do trabalho agrícola estão envolvidas em activi-

dades de comercialização da produção e bens industrializados e estão representadas no trabalho por conta própria em proporção superior à dos homens.

A pesquisa mostra que as mulheres, nas cidades, têm acesso desigual ao trabalho. Há evidências consideráveis que sugerem que as barreiras ao empoderamento das mulheres permanecem generalizadas nos ambientes urbanos.



ESTIMATIVA DAS RECEITAS MÉDIAS (declaradas na altura do inquérito)

Os dados mostram que a receita mensal média, estimada nesta pesquisa, é de Kz 46 968. Esta estimativa exclui os respondentes desempregados sem ocupação* e os que

recebem pagamentos em espécie, além dos valores extremos declarados (cinco por cento das receitas mais baixas e cinco por cento dos valores mais altos).

ATIVIDADE POR CONTA DE OUTREM

POR SEXO

Mulher - Kz 62 369
Homem - Kz 94 867

NÍVEL ESCOLARIDADE

Primario - Kz 31 349
Segundo Ciclo - Kz 87 305
Avançado - Kz 152 002

POR ZONAS

Rural - Kz 60 543
Urbano - Kz 89 492



POR NÍVEL SALARIAL

Receita baixa - Kz 10 342
Receita alta - Kz 155 473

ATIVIDADE POR CONTA PRÓPRIA

POR SEXO

Mulher - Kz 39 633
Homem - Kz 52 065

NÍVEL ESCOLARIDADE

Primario - Kz 35 691
Segundo Ciclo - Kz 57 779
Avançado - Kz 62 907

POR ZONAS

Rural - Kz 36 086
Urbano - Kz 46 396



POR NÍVEL SALARIAL

Receita baixa - Kz 9 134
Receita alta - Kz 155 406

* 'Desempregados com Ocupação' corresponde, segundo o INE, à situação em que a pessoa se considera desempregada, mas tendo uma actividade de geração de renda, usualmente no mercado informal. 'Desempregado Sem Ocupação' quando a pessoa considera não ter qualquer fonte de rendimento.

ATIVIDADE AGRÍCOLA

POR SEXO

Mulher - Kz 30 395
Homem - Kz 33 174

NÍVEL ESCOLARIDADE

Primario - Kz 30 752
Segundo Ciclo - Kz 35 412
Avançado - Kz 128 925

POR ZONAS

Rural - Kz 31 145
Urbano - Kz 33 014

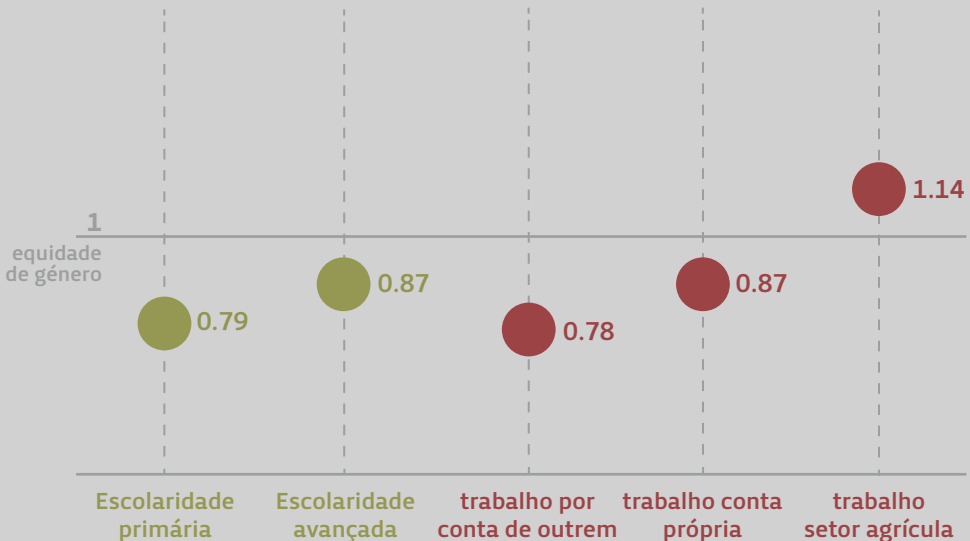
POR NÍVEL SALARIAL

Receita baixa - Kz 12 233
Receita alta - Kz 155 939



DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS

8,4 mulheres em cada 10 homens tem menos receitas salariais



Em termos gerais, os trabalhadores por conta de outrem têm uma média de receitas mais alta do que por conta própria. No fim da escala, encontram-se os respondentes na actividade agrícola.

Os respondentes nas zonas urbanas declararam receitas superiores aos das áreas rurais, excepto os que desempenham actividades no sector agrícola, onde as diferenças entre zonas são insignificantes.

Quanto às diferenças por sexo, é notória a prevalência de receitas mais altas entre os homens em todas os regimes laborais, com maior incidência no trabalho por conta de outrem. Em termos gerais, as receitas mais baixas foram registadas na actividade agrícola, mas é também neste sector que a diferença entre homens e as mulheres é mais baixa.

Os trabalhadores com escolaridade mais avançada reportam, em todos os sectores, uma média de receitas duas a cinco vezes mais alta do que os respondentes com o nível primário. A menor diferença de receitas encontra-se no grupo de pessoas

que trabalha por conta própria. O nível de escolaridade não é determinante na geração de renda de quem trabalha por conta própria, categoria com um quarto das mulheres da amostra.

Por outro lado, quando se trata do trabalho por conta de outrem, particularmente no sector formal, o nível de escolaridade já é determinante. É precisamente no nível das receitas mais baixo onde se encontra cerca de um quarto das mulheres desta amostra, com baixo nível de escolaridade.

Pode-se também observar que os trabalhadores por conta de outrem têm as receitas médias mais altas, 15 vezes superior. A desigualdade é ligeiramente menor nos sectores agrícola e informal, o que se explica, muito provavelmente, pelas diferenças de oportunidade que cada pessoa consegue potenciar, independentemente do nível de escolaridade.

Como era de esperar, há menos homens do que mulheres com receitas baixas.



‘Aqui em Luanda, as empresas não demora a empregar o homem, por isso que o homem é que trata os documentos mais rápido. A mulher fica mais a vender, homem não consegue vender na rua’

**MULHERES DO BAIRRO DA ESTALAGEM,
EM VIANA (LUANDA)**

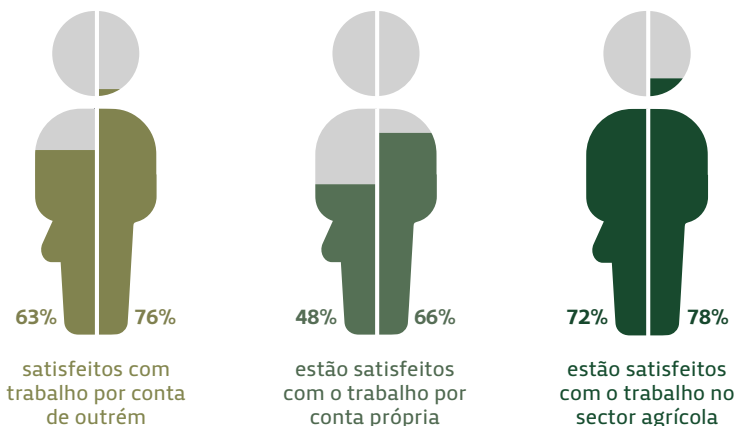


SATISFAÇÃO COM O TRABALHO ACTUAL

53,4% mulheres
estão insatisfeitas
com a actividade
laboral corrente



POR ATIVIDADE



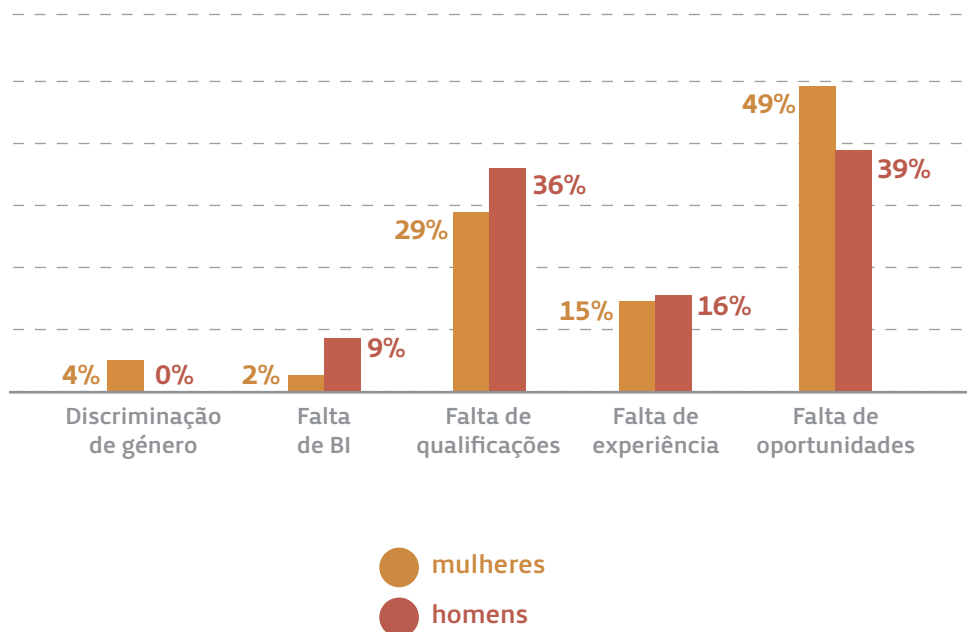
Não é surpreendente que mais de metade das mulheres tenham indicado insatisfação com a actividade laboral corrente.

Apesar de haver frequentemente reclamações em torno dos baixos níveis de salários, uma proporção significativa tanto de mulheres, como de homens, revelaram satisfação em condições de trabalho por conta de outrém. O trabalho por conta própria, que abarca parte significativa das mulheres, não proporciona maior satisfação.

As diferenças de género sobre o rendimento médio no trabalho por conta própria, têm certamente uma influência decisiva na percepção de satisfação expressa por mulheres e homens nesta categoria.

A satisfação correlaciona-se com o nível de receitas dos respondentes. Quanto maior o rendimento declarado, maior a satisfação, uma relação que é particularmente mais forte para os homens do que para as mulheres, o que se explica pelas desigualdades de género reflectidas nas receitas.

FACTORES QUE IMPEDEM AS MULHERES E HOMENS DE OBTEREM TRABALHO MELHOR



As mulheres consideram que o fator que mais as impede de obter um trabalho melhor é a falta de oportunidades, seguido da falta de qualificações. A tendência é igual para os homens, embora os factores ocorram com um nível de incidência menor.

Apesar de serem mais as mulheres que não têm BI, muito poucas reco-

nhecem que a falta do documento limita o acesso a uma situação laboral melhor.

Ressalta também que, apenas as mulheres, indicaram a discriminação de género como limitação, o que pode sugerir um quadro social em que os homens não sofrem discriminação de género no acesso ao emprego.

O PODER DE DECISÃO

As mulheres que trabalham por conta própria têm mais autonomia de decisão sobre o uso do dinheiro, quando comparadas com as que trabalham por conta de outrem. No meio rural, onde as mulheres são a principal força de trabalho agrícola, os homens têm maior influência sobre o rendimento gerado por estas.

Garantir que as mulheres tenham mais voz nas decisões domésticas e comunitárias, incluindo a dimensão financeira, é fundamental para assegurar os seus direitos.

DECISÃO SOBRE O USO DO RENDIMENTO PRÓPRIO SEGUNDO A SITUAÇÃO LABORAL



48% mulheres
52% homens
trabalho por
conta de outrem

65% mulheres
35% homens
trabalho por
conta própria

45% mulheres
55% homens
trabalho agrícola

51% mulheres
49% homens
trabalho por
conta de outrem

75% mulheres
25% homens
trabalho por
conta própria

CONCLUSÕES

As evidências que este estudo reúne demonstram que a mulher trabalha desde a infância até à morte, sem qualquer valorização ou respeito pelo tempo dedicado ao trabalho doméstico e ao cuidado da família. Fora do lar, à mulher, são disponibilizados muito poucos, ou mesmo ne-

nhuns, recursos ou condições de trabalho. O conceito de controlo sobre os recursos não se aplica à mulher, numa realidade em que o homem é quem gere e controla os recursos de todos, inclusive os bens que, supostamente, são da mulher.

1. O trabalho da mulher é desvalorizado, muito embora sustente todo o agregado familiar. A sociedade desconsidera o trabalho da mulher, no meio rural, retira-lhe as oportunidades de melhorar as suas condições de trabalho, negando ou dificultando o acesso à terra, sementes, instrumentos, técnicas, formação, entre outros. No meio urbano, torna o principal meio de subsistência da maioria das famílias, a zunga, uma actividade de risco. Seja pela insegurança nas ruas, insalubridade dos mercados ou fiscalização desproporcionada e infundada.

2. A mulher não tem direito à posse dos recursos, tal como o homem, que pode decidir vender ou doar os bens da família se assim entender. A mulher não tem posse de terra, a lavra onde trabalha é cedida pelo marido e quando

este morre, a esposa é expulsa de casa, da lavra e os filhos não recebem herança do pai. O homem retém para si, a maior e melhor extensão de terra, enquanto que atribui à esposa a porção mais pequena. Tradicionalmente, os homens são prestigiados pela posse, as mulheres são discriminadas se declararem alguma posse (por herança). O rendimento familiar obtido é gerido pelo homem, mesmo quando se tratam de receitas de vendas de produtos manufacturados pela mulher.

3. O número de horas de trabalho da mulher não é oficialmente contabilizado, além do trabalho doméstico que é comum tanto no meio rural como no urbano, a jornada da mulher camponesa inclui cuidar da lavra da “chuva”, prestar serviço na lavra de rendimento (do homem) e vender os produtos

das duas lavras. No meio urbano, o número de horas dispendidas a percorrer as cidades até ao regresso a casa são também desconhecidas, muito embora se reconheça que a venda sustenta as famílias angolanas. Nos dois ce-

nários (rural e urbano), não existe qualquer tipo de protecção social, o que quer dizer que a maioria destas mulheres quando deixarem de ter força para trabalhar, não terão direito a reforma.

RECOMENDAÇÕES

1

Promover políticas que resultem em maior acesso das mulheres aos recursos e, conseqüentemente, maior participação na tomada de decisões, vistas como uma estratégia para melhorar o bem-estar das famílias. A saúde e taxa de sobrevivência das crianças, o estado nutricional e a frequência escolar, melhoram substancialmente, quando as mulheres têm autonomia para influenciar as decisões familiares.

2

Melhorar a qualidade do emprego, apostando na educação das raparigas, até ao final do ensino secundário, com a atribuição de bolsas de estudo para ingressar em cursos técnico-profissionais e/ou nas universidades. Criar cursos técnicos para jovens adultas e programas de alfabetização.

3

Reconhecer o trabalho das mulheres, criando indicadores de género sobre a produtividade que incluam trabalho doméstico; garantido protecção social para funções, até então desprofissionalizadas, como venda e venda ambulante, camponesas, cuidadores, entre outras; e garantindo condições dignas para desenvolver a actividade ambulante em espaço público.

4

Introduzir orçamentos com perspectiva de género, assim como, estatísticas desagregadas por género na análise dos programas públicos. Criar orçamentos com verbas específicas dirigidas às mulheres para criar projectos que garantam, por exemplo, a atribuição de terras a mulheres (viúvas, separadas e/ou abandonadas). Aumentar os investimentos em programas para mulheres, através da criação de instrumentos de planificação orçamental na perspectiva de género que auxiliem a desenvolver políticas ajustadas e assegurem maior precisão na realocação de recursos para promover a equidade de género.

5

Conceber um regime de prestação social para trabalhadores e trabalhadoras do sector informal, adaptado às particularidades deste público-alvo, que lhes permita garantir protecção social e apoio na velhice.



MOSAIKO
INSTITUTO PARA A CIDADANIA

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana
Fax: +244 929 775 815
TM: +244 929 775 815
Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola
E-mail: mosaiko@mosaiko.op.org

www.mosaiko.op.org



FEC
FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

Quinta do Bom Pastor
Estrada da Buraca, 8 a 12
1549-025 Lisboa | Portugal
TM: +351 21885547
E-mail: geral@fecong.org

www.fecong.org

Com o apoio



Co-Financiado pela
União Europeia



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS